



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARIA FERNANDA ALMEIDA TORRES

**O FOTÓGRAFO COMO TESTEMUNHA OCULAR:
EVANDRO TEIXEIRA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM
1968**

Londrina
2020

MARIA FERNANDA ALMEIDA TORRES

**O FOTÓGRAFO COMO TESTEMUNHA OCULAR:
EVANDRO TEIXEIRA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM
1968**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação *Strictu sensu* em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Neme Buzalaf

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

T693o Torres, Maria Fernanda Almeida.
O fotógrafo como testemunha ocular : Evandro Teixeira e o movimento estudantil em 1968. / Maria Fernanda Almeida Torres. - Londrina, 2020.
115 f. : il.

Orientador: Márcia Neme Buzalaf.
Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Comunicação Visual - Tese. 2. Movimento estudantil no Brasil - Tese. 3. Evandro Teixeira - Tese. 4. Fotografia e Memória - Tese. I. Buzalaf, Márcia Neme. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

CDU 316.77

MARIA FERNANDA ALMEIDA TORRES

**O FOTÓGRAFO COMO TESTEMUNHA OCULAR:
EVANDRO TEIXEIRA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM 1968**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação *Strictu sensu* em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Comunicação.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Neme Buzalaf
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Paulo César Boni
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho – UNESP

Londrina, 10 de junho de 2020.

Para Huan Torres (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Carlos e Mariza, por todo amor, incentivo e orações – mesmo que até hoje não entendam muito bem o que estudei esses anos todos na UEL. Mãe, nunca me esquecerei do dia em que nos ajoelhamos e oramos juntas antes de eu fazer a prova do mestrado... e hoje estou aqui, escrevendo os agradecimentos da minha dissertação. Obrigada por ser minha maior e melhor inspiração. Pai, obrigada por sempre acreditar em mim e por me incentivar a ser uma mulher independente. Agradeço aos meus irmãos, Ana Beatriz e João Francisco, meus melhores amigos desde 1993. Mesmo com tantos desencontros, tive o privilégio de ter vocês comigo no dia da minha defesa – e isso fez toda a diferença. Obrigada por me apoiarem nos momentos de ansiedade e fraqueza, me enchendo de força e otimismo pra continuar. Eu amo vocês incondicionalmente.

À minha orientadora, Márcia Neme Buzalaf, pessoa maravilhosa que escolhi (e também me escolheu) para caminhar comigo nessa rápida aventura que é o mestrado. Obrigada por ter conduzido com amor e (muita) paciência essa “escritora-pipa”, que voava para os mais diversos assuntos, fugindo às vezes do Evandro Teixeira. Obrigada por me inspirar desde a primeira aula de historiografia e cultura, disciplina a qual me fez redescobrir o meu amor pela história e pela docência, ajudou a formar meu pensamento crítico e me fez questionar o que antes era inquestionável. Obrigada por me ensinar coisas que ultrapassaram a formalidade acadêmica e por me corrigir com o jeitinho Márcia de ser.

Ao corpo docente do programa de Mestrado em Comunicação da UEL, por todo conhecimento transmitido nestes 4 anos que estive envolvida como aluna especial e depois, como aluna regular. Agradeço especialmente aos professores Manoel Dourado Bastos e Paulo César Boni, que fizeram contribuições extremamente pertinentes e construtivas ao meu trabalho na etapa de qualificação e defesa. Agradeço, também, ao professor Maximiliano Martin Vicente, da UNESP – Bauru, que participou de minha banca de defesa e também fez excelentes contribuições ao meu trabalho final.

À todos os meus amigos, que tiveram paciência e compreenderam minha ausência durante a execução deste trabalho. Aos amigos do mestrado, por serem admiráveis parceiros nessa breve caminhada. Agradeço especialmente ao

Júlio, por ter me ligado um dia pra dizer: “Mafê, o Evandro vai vir pra Londrina na Semana de Comunicação da UEL!”... esta ligação foi o “empurrão” que eu precisava para dar vida à essa pesquisa. À Pati, por todas as tardes de pouco estudo, muitas conversas e muito café! Obrigada, amiga, por todo companheirismo e por estar sempre comigo, mesmo agora distantes geograficamente. Ao queridíssimo André, que me consolava e me alegrava com seus áudios fofos e motivacionais. Ao Gabriel Ruiz, que dividiu comigo não só a mesma orientadora, mas, também, as preocupações do mestrado. Obrigada, Gabs, por ser meu exemplo de força e dedicação, mesmo em situações adversas.

À Denise, Elisi, Vanessa, Natália, Claudinha, Juliana, Kamila, Ana Paula, Carol e Nath. Obrigada por todos os conselhos, orações e por estarem comigo diariamente, me dando força nos momentos de dificuldades e incertezas.

À Renata Cabrera, pessoa incrível que eu tive o privilégio de conhecer quando eu tinha 12 anos de idade (!) e anos mais tarde, foi minha colega de mestrado. Rê, obrigada por ter me auxiliado em uma etapa tão importante da minha pesquisa e por sempre me alegrar com essa energia surreal que você emana.

Ao mestre Evandro Teixeira – que com tamanha humildade e simpatia, me recebeu em seu apartamento no Rio de Janeiro (com direito a bolo, café e coca-cola) e me concedeu uma tarde maravilhosa de pesquisa, entrevista e muitas histórias maravilhosas. Obrigada, Evandro, por me deixar tão à vontade e por participar de minha banca de defesa, fazendo contribuições valiosas. Foi um privilégio ter o seu apoio.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos que me permitiu empreender dedicação exclusiva sobre esta pesquisa.

E por último, mas sempre em primeiro lugar, agradeço à Deus, por tornar os momentos difíceis mais leves e por escrever este trabalho em coautoria comigo. Tudo o que sou, tudo o que sei e tudo o que faço sempre será para honrar e glorificar o nome Dele!

A palavra rememorativa, certamente imprescindível, não tira sua força mais viva da conservação do passado e da perseverança de escritores, historiadores ou filósofos; mas do apelo à felicidade do presente, isto é, em termos filosóficos antigos, da exigência da vida justa dos homens junto a outros homens.

Ouvir o apelo do passado significa também estar atento a esse apelo de felicidade e, portanto, de transformação do presente, mesmo quando ele parece estar sufocado e ressoar de maneira quase inaudível.

Jeanne Marie Gagnebin para o livro *“Lembrar escrever esquecer”* (2009, p. 12).

TORRES, Maria Fernanda Almeida. **O fotógrafo como testemunha ocular: Evandro Teixeira e o movimento estudantil em 1968**. 2020. 115f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

Evandro Teixeira, um dos mais importantes fotojornalistas do Brasil, documentou a ditadura civil-militar (1964-1985) e contribuiu para atribuir à fotografia significado e relevância históricas. Em uma abordagem analítico-crítica, esta pesquisa visa compreender de que forma as fotografias de Teixeira contribuem para a preservação da memória e são testemunhas visuais do período ditatorial, especificamente das movimentações estudantis em 1968, como a “Sexta-feira Sangrenta” e “Passeata dos 100 mil”. Pretende-se, portanto, revisitar a luta do movimento estudantil por meio de levantamento histórico; analisar iconograficamente fotografias de Evandro Teixeira, compreendendo o significado convencional da imagem; interpretar iconologicamente as imagens e narrativa do fotógrafo como testemunha ocular dos fatos, buscando detectar seus elementos constitutivos (fotógrafo, assunto, tecnologia) e suas coordenadas de situação (espaço, tempo) e, por fim, compreender os desdobramentos da imagem, observando sua ressignificação com o passar dos anos, como expressão da memória histórica da ditadura civil-militar e do movimento estudantil. Os dois níveis de análise e leitura de imagens - iconográfica e interpretação iconológica – são fundamentados em conceitos de Erwin Panofsky levantados por Peter Burke na obra *Testemunha Ocular: História e Imagem* (2004) e Boris Kossov, em *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo* (2007). Como parte complementar e derivativa da análise será proposto, também, um debate sobre história e memória a partir de conceitos de Jacques Le Goff no livro *História e Memória* (2003) e Jeanne Marie Gagnebin, em *Lembrar escrever esquecer* (2009). Concluiu-se que, embora algumas de suas fotografias não tenham conseguido driblar, naquele ano, o aparato da censura, suas imagens alcançaram o objetivo de denúncia e testemunho, sobrevivendo ao tempo e ao imaginário coletivo.

Palavras-chave: Comunicação Visual. Processos sociais e práticas culturais. Movimento estudantil no Brasil. Evandro Teixeira. Ditadura civil-militar no Brasil. Fotografia e memória.

TORRES, Maria Fernanda Almeida. **The photographer as eyewitnessing**: Evandro Teixeira and the student movement in 1968. 2020. 115 pp. Dissertation (Master's degree in Communication) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

Evandro Teixeira, one of the most important photojournalists in Brazil, documented the civil-military dictatorship (1964-1985) and contributed to attribute historical significance and relevance to photography. In an analytical-critical approach, this research aims to understand how Teixeira's photographs contribute to the preservation of memory and are visual witnesses of the dictatorial period, specifically of the student movements in 1968, such as "Sexta-feira Sangrenta" and the "Passeata dos 100 mil". It is intended, therefore, to revisit the struggle of the student movement through a historical survey; iconographically analyze photographs by Evandro Teixeira, understanding the conventional meaning of the image; iconological interpreting the photographer's images and narrative as an eyewitness to the facts, seeking to detect their constituent elements (photographer, subject, technology) and their situation coordinates (space, time) and, finally, to understand the unfolding of the image, observing its resignification over the years, as an expression of the historical memory of the civil-military dictatorship and the student movement. The two levels of analysis and reading of images - iconographic and iconological interpretation - are based on concepts by Erwin Panofsky raised by Peter Burke in the work *Testemunha ocular: História e Imagem* (2004) and Boris Kossoy, in *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo* (2007). As a complementary and derivative part of the analysis, a debate on history and memory will also be proposed based on the concepts of Jacques Le Goff in the book *História e Memória* (2003) and Jeanne Marie Gagnebin, in *Lembrar escrever esquecer* (2009). It was concluded that, although some of his photographs failed to circumvent the censorship apparatus that year, his images achieved the objective of denunciation and testimony, surviving time and the collective imagination.

Key words: Visual Communication. Social processes and cultural practices. Student movement in Brazil. Evandro Teixeira. Civil-military dictatorship in Brazil. Photography and memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Evandro Teixeira, em entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro, 2019.....	19
Figura 2 – Tomada do Forte de Copacabana, Rio de Janeiro, 1964.....	28
Figura 3 – A câmera <i>Leica</i> de Evandro Teixeira.....	29
Figura 4 – Retrato de João de Régis, 90 anos, 1994	35
Figura 5 – Fotografia exclusiva de Pablo Neruda morto, ainda no hospital, 1973...37	
Figura 6 – Evandro Teixeira com camiseta feita em sua homenagem, 2019	41
Figura 7 – Sexta-feira Sangrenta na Cinelândia, 1968.....	59
Figura 8 – Detalhes da imagem.....	63
Figura 9 – Primeira página do Jornal do Brasil, 22 de junho de 1968	64
Figura 10 – A fotografia no <i>site</i> de busca	64
Figura 11 – Fotografia de Evandro Teixeira associada a <i>fake news</i>	65
Figura 12 – Passeata dos 100 Mil, Rio de Janeiro, 1968	71
Figura 13 – A fotografia permitida para estampar a capa, 27 de junho de 1968.	74
Figura 14 – Os personagens da fotografia	75
Figura 15 – Estudante ferida, 1968	77
Figura 16 – Mulheres em protesto, 1968.....	77
Figura 17 – O uso midiático da fotografia.	83
Figura 18 – Série de imagens. Passeata dos 100 mil, 1968.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção acadêmica com temáticas relacionadas a Evandro Teixeira ..	39
Tabela 2 – Vagas no ensino superior brasileiro e número de excedentes.....	46
Tabela 3 – Batalha entre estudantes e policiais, nos dias 19, 20 e 21 de junho de 1968	61
Tabela 4 – Análise de imagens em comparação	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional N° 5
ALN	Ação Libertadora Nacional
CIA	Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EUA	Estados Unidos da América
IMS	Instituto Moreira Salles
JB	Jornal do Brasil
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PM	Polícia Militar
UB	Universidade do Brasil
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UME	União Metropolitana dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USIS	United States Information Systems (Sistema de Informações dos Estados Unidos)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	EVANDRO TEIXEIRA: FOTÓGRAFO E TESTEMUNHA OCULAR	22
2.1	MEMÓRIAS DA BAHIA	22
2.2	MEMÓRIAS DO RIO DE JANEIRO	25
2.3	MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR	27
2.4	MEMÓRIAS DO PASSADO, NARRATIVAS DO PRESENTE	33
2.4.1	Canudos 100 anos (1997)	33
2.4.2	Vou Viver – Tributo a Pablo Neruda (2005)	35
2.5	EVANDRO TEIXEIRA: PASSADO PRESENTE FUTURO	38
3	HISTÓRIA, IMAGEM E NARRATIVA: O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM 1968 PELAS LENTES DE EVANDRO TEIXEIRA	43
3.1	MUITO ALÉM DE EDSON LUÍS	50
3.2	IMAGENS QUE CONTAM A HISTÓRIA	57
3.2.1	O famoso anônimo	59
3.3	CEM MIL PESSOAS NAS RUAS	68
3.3.1	Realidade modelada...ou emoldurada?	71
3.3.2	Mulheres na luta: o contraste das manifestações	77
3.4	O PÓS-PASSEATA	85
3.5	MEMÓRIAS DE IBIÚNA	87
4	HISTÓRIA QUE FAZ MEMÓRIA, MEMÓRIA QUE FAZ HISTÓRIA	92
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	105

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação objetiva revisitar a história do movimento estudantil em 1968 mediante levantamento histórico, análise de imagens e narrativas de Evandro Teixeira e a construção desses símbolos tardios com base em conceitos sobre memória. Considerado um dos principais fotógrafos do período, suas imagens foram e ainda são elementos centrais de representação da ditadura civil-militar e impedem o esquecimento ou abrandamento que o tempo, muitas vezes, lança sobre a história. Como parte indissociável da pesquisa, inicio essa introdução de forma um pouco subjetiva, porém, faz-se necessário destacar algumas reflexões e memórias pessoais como pesquisadora-participante.

Dos diversos caminhos que a dissertação percorre, recordo-me do primeiro “choque” entre a pesquisa e minhas próprias vivências: foi assistindo ao documentário *Democracia em Vertigem* (2019) que tive minha primeira fusão-pesquisa-objeto. Naquele 20 de junho de 2019, próximo às 20h, minha mente inquieta borbulhou de ideias – já não sabia mais até que ponto refletia sobre minha própria existência ou se estava me conectando com a pesquisa. O documentário, que aborda a polarização política instaurada no Brasil desde o primeiro mandato de Lula (PT), passando pelo governo de Dilma Rousseff (PT), até o atual governo de Jair Bolsonaro (PSL) é narrado em primeira pessoa, sob o ponto de vista da cineasta Petra Costa. Embora apresente uma nítida romantização partidária, Costa narrou sua própria história de vida, mesclando arquivos pessoais com reportagens e outros conteúdos audiovisuais. Paralelamente estava eu, em minha posição de espectadora. Não pude fugir de minhas próprias reflexões sobre a construção do meu posicionamento político.

Era como se eu pudesse me ver, simultaneamente, no passado e no presente, com pensamentos e opiniões tão opostas quanto a polarização ali exposta. Assim como Aldous Huxley em sua obra *Admirável mundo novo* (1932) construiu um mundo em que todos são felizes e alienados, a alienação política havia me deixado em uma posição confortável, como nos moldes do patriarcado da década de 1950, em que os filhos eram espelhos de seus pais. Não havia senso crítico, opinião, muito menos pesquisa: meu voto era dos candidatos que meus pais escolhessem. O critério de seleção não era por interesses pessoais, partidários ou

intelectuais – o que me direcionava politicamente era o voto de confiança dado pelas pessoas que são de minha extrema confiança. E só.

Observando o passado que se repete e completamente entregue à obra de Zuenir Ventura – *1968: o ano que não terminou (1988)* veio-me outra lembrança: coincidentemente, o ano de 1968 foi, também, o escopo de meu trabalho de conclusão de curso em Design de Moda, no ano de 2014. À época, seduzi-me pela efervescência do movimento *Swinging London*, pelo florescimento do *fast fashion*, pelos embalos da *Carnaby Street* e pela autenticidade e rebeldia da geração *baby boomer*. Hoje, debruço-me ao 1968 cinzento, sangrento e repressivo no Brasil, eternizado pelas lentes de Evandro Teixeira. Embora contrastantes, as pesquisas se assemelham na representação de ciclos que se repetem: de um lado, a moda *retro*, eternizada com a minissaia de Mary Quant; de outro, a desvalorização da educação, o sucateamento das universidades e a insatisfação estudantil. A cegueira política, inevitavelmente, deixou de fazer parte do meu cotidiano.

Inicialmente, a pesquisa objetivava identificar somente elementos estéticos na fotografia de Evandro Teixeira; posteriormente, seguiu o caminho da compreensão histórica do que representou, de fato, 1968: muito além das imagens (que por si só comunicam em totalidade a violência e a repressão do período) mas, também, a importância da narrativa do fotógrafo como participante ativo desses acontecimentos. Meu primeiro contato pessoal com Evandro Teixeira foi na VII Semana de Comunicação da UEL e sua palestra ocorreu, propositadamente, no dia 1º de abril de 2019. Com extrema simplicidade, era como se estivéssemos ouvindo um contador de histórias – e, de fato, não deixava de ser. Foram incontáveis histórias de copas do mundo, olimpíadas, carnavais, desfiles de moda.. ditaduras, mortes e tragédias. Faltou tempo para tantas memórias. Na ocasião, pedi para entrevistá-lo e no dia 25 de julho de 2019, com auxílio e participação especial de minha amiga Renata Cabrera, nos encontramos em seu apartamento no Rio de Janeiro (Figura 1).

Novamente, senti-me como se estivesse visitando um ente querido: houve recepção com bolo e café, ganhamos presentes, nos divertimos com suas histórias mirabolantes e, claro, registramos as memórias em um valioso conteúdo audiovisual, que servirá de complemento à análise aqui desenvolvida. É importante ressaltar que durante a visita, tive acesso ao seu acervo de fotografias, jornais e até fui apresentada a um aparelho de telefoto, usado para a transmissão de imagens por

linha telefônica, que o acompanhava em suas viagens. Quase 7 meses após este encontro, no dia 12 de fevereiro de 2020, o jornal *O Globo* noticiou que seu acervo foi incorporado ao Instituto Moreira Salles. Segundo a reportagem, o arquivo de Teixeira é o maior do Brasil, com aproximadamente 2 milhões de imagens e deste montante, 150 mil fotos, feitas em cinco décadas de carreira (em negativos, contatos, cromos ou arquivos digitais) além de objetos (câmeras, publicações sobre fotografia e, claro, o aparelho de telefoto), foram repassados ao IMS. Todo material será identificado e inventariado, antes da etapa do escaneamento para preservação (apenas em negativo, são mais de 85 mil imagens!). Esse mapeamento pode durar até dois anos, mas projetos expográficos e editoriais podem ser desenvolvidos simultaneamente.

Mas voltando à minha experiência no Rio de Janeiro: a oportunidade de visitar a Cinelândia (palco das principais movimentações estudantis do Rio de Janeiro) despertou, também, um emocionante entrelaçamento da construção de meu imaginário, com base nos relatos e no que já existe como registro historiográfico, com a atualidade. Tive, também, as mesmas sensações andando pela Avenida Rio Branco, passando pela antiga sede do *Jornal do Brasil*.

No mês seguinte, em agosto de 2019, estive em Santiago, no Chile. Chegando ao *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*, novamente, senti-me envolta da pesquisa. Ao me deparar com três imensos andares com exposições, documentos oficiais, cartazes, objetos e representações audiovisuais, constatei que, mesmo com tantos detalhes e informações, ainda não era suficiente para descrever a complexidade e a extrema violência enfrentada pelo povo chileno no período ditatorial, entre os anos 1973 a 1990. O sentimento de angústia e impotência me acompanhou por horas. O que me “confortou” (digo isso, com muitas aspas e ressalvas) foi pensar no cuidado que tiveram em preservar as memórias desse período. Sim, as memórias são importantíssimas. Naquele museu havia jovens, adultos, idosos e também crianças – uma geração que precisa saber o que de fato aconteceu nesses longos 17 anos de regime militar. O mesmo ocorreu quando adentrei a Londres 38, uma casa que funcionava como centro de detenção, tortura e extermínio localizada no centro de Santiago. Atualmente, abriga memórias, testemunhos de sobreviventes e proporciona uma marcante experiência ao adentrar em cada cômodo.

Ao retornar para o Brasil, fiz questão de visitar o Memorial da Resistência em São Paulo, afinal, este é, de fato, o meu interesse como pesquisadora. Fazendo uma rápida pesquisa no *Google*, encontrei a seguinte descrição: “O Memorial da Resistência de São Paulo é um museu que preserva as memórias da resistência e da repressão políticas do estado de São Paulo”. Grande expectativas foram criadas, até adentrar o museu. Em números, o Brasil viveu 4 anos a mais numa ditadura do que o Chile. O sentimento de angústia que me acompanhara em minha primeira experiência visitando ao *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* e a Londres 38 foi substituído pelo sentimento de frustração, ao constatar que não há o mesmo cuidado, nem a mesma importância em preservar a nossa memória. Não temos a mesma preocupação em contar a história de um passado tão recente – e pior: um passado que se repete. O passado que se repete não é uma frase meramente simbólica. É uma realidade (vide ameaças do governo atual sobre um possível retorno do AI-5, entre tantos outros exemplos). Assim como nas fotografias de Evandro Teixeira, para mim, também não há neutralidade no discurso. Não há a possibilidade de relativizar ou negar o que está documentado nas imagens e o que está escrito nos livros. Não há a possibilidade de amenizar a violência. Há senso de urgência na preservação da memória.

Esta pesquisa é o começo de tudo, é o grande marco do início da minha vida como pesquisadora. Seria impossível registrar aqui, em algumas páginas, a complexidade da ditadura civil-militar no Brasil. Nas palavras de Jeanne Marie Gagnebin (2009, p. 56-57):

[...] e se, ademais, não somos privados da palavra, mas, ao contrário, se podemos fazer do exercício da palavra um dos campos de nossa atividade (como, por exemplo, na universidade), então nossa tarefa consistiria, talvez, muito mais em restabelecer o espaço simbólico onde se possa articular aquele que Hélene Piralian e Janine Altounian chamam de ‘terceiro’ – isto é, aquele que não faz parte do círculo infernal do torturador e do torturado, do assassino e do assassinado, aquilo que, inscrevendo um possível alhures fora do par mortífero algoz-vítima, dá novamente um sentido humano ao mundo.

A preservação da memória é importante para que coisas ruins do passado não se repitam. Ser uma testemunha não é somente ver com seus próprios olhos, mas ouvir o testemunho, a narrativa. Aliás, também não é somente ouvir: é necessário levar adiante, como passar o bastão – não por sentimento de culpa ou por compaixão (embora seja, por vezes, uma consequência) mas porque somente

essa transmissão simbólica, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo e ousar esboçar uma nova história, reinventando o presente.

Figura 1: Evandro Teixeira, em entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro, 2019.



Fotografia: Renata Cabrera. Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

Em busca de novos caminhos para a pesquisa e partindo para uma abordagem analítico-crítica, a pergunta-problema que guia este trabalho é: de que forma Evandro Teixeira, como testemunha ocular dos fatos e fotógrafo-participativo, contribuiu e ainda contribui com a preservação da memória do movimento estudantil, durante a ditadura civil-militar em 1968? Objetiva-se, também, revisitar a luta do movimento por meio de levantamento histórico, usando como fonte de pesquisa livros e trabalhos acadêmicos sobre a ditadura, bem como bibliografias do Evandro Teixeira. Para o estudo das imagens, a pesquisa visa analisar iconograficamente e interpretar iconologicamente suas fotografias e narrativas, compreendendo o

significado convencional da imagem; detectar seus elementos constitutivos (fotógrafo, assunto, tecnologia), identificando suas coordenadas de situação (espaço, tempo) e, por fim, apontar seus desdobramentos, observando a ressignificação das imagens com o passar dos anos.

A pesquisa dividiu-se em três etapas, sendo a primeira, um estudo sobre vida e obra de Evandro Teixeira. Os subcapítulos, ou suas *memórias*, narram sua história de vida, desde seu nascimento em Irajuba (BA), em 1935; o início de sua carreira como fotojornalista e suas primeiras experiências no Rio de Janeiro; sua trajetória profissional e seu estabelecimento no *Jornal do Brasil* e sua importante participação no registro da ditadura civil-militar no Brasil, como a fotografia tirada na tomada do Forte de Copacabana (Figura 2), na madrugada do dia 1 de abril de 1964, que retrata o exato momento em que o golpe militar foi deflagrado. Em *Memórias do passado, narrativas do presente*, as obras *Canudos 100 anos* (1997) e *Vou viver – Tributo a Pablo Neruda* (2005) são resumidamente descritas, associadas às memórias pessoais de Teixeira, que tornaram-se, posteriormente, exposições e livros publicados. O último tópico desta primeira etapa de pesquisa – *Evandro Teixeira: passado presente futuro* – mostra, em números, o alcance de seu trabalho no meio acadêmico, apresentando alguns artigos e dissertações publicadas, sendo Teixeira o principal foco, entre outros trabalhos que o citam indiretamente ou fazem uso de suas imagens. A metodologia principal deste capítulo foi a entrevista exclusiva concedida à autora e quanto às informações biográficas, utilizou-se principalmente o livro *Evandro Teixeira: um certo olhar* (2014), de Silvana Costa Moreira. Outras fontes bibliográficas e materiais audiovisuais serviram de aparato à pesquisa, como o documentário *Instantâneos da Realidade* (2004), entrevista concedida a Paulo Cesar Boni (2012) e entrevistas para outros portais. É importante destacar que seu próprio livro – *1968 destinos 2008: Passeata dos 100 Mil* (2007) também foi usado no levantamento histórico.

A segunda etapa consiste no entrelaçamento entre história, imagem e narrativa, com foco nas ações do movimento estudantil em 1968, fotografadas por Evandro Teixeira. Este capítulo propõe uma narração histórica do movimento estudantil, fazendo uma breve contextualização dos anos anteriores até chegar aos principais acontecimentos do ano a ser estudado. Os subcapítulos se dividem em ordem cronológica, começando pela morte do estudante Edson Luís, considerado o primeiro crime que sensibilizou e engajou a opinião pública para a luta estudantil. Os

acontecimentos seguintes – a Sexta-feira sangrenta e a Passeata dos 100 Mil – são relatados, além da pesquisa bibliográfica, por meio da análise das fotografias selecionadas e sua narrativa. A análise foi pautada em conceitos de Erwin Panofsky levantados por Peter Burke na obra *Testemunha Ocular: História e Imagem* (2004) e Boris Kossoy, em *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo* (2007). Como fontes audiovisuais, utilizou-se a entrevista concedida à autora e o documentário *Instantâneos da Realidade* (2004). As fotografias e informações biográficas foram retiradas principalmente de seu livro escrito por Moreira (2014), no livro *1968 destinos 2008: Passeata dos 100 Mil* (2007) e do acervo digitalizado do *Jornal do Brasil*. Como fonte de testemunho e narrativa, destaca-se a obra de Zuenir Ventura – *1968: o ano que não terminou* (1988).

Os últimos tópicos descrevem os momentos finais de 1968, como o pós-passeata dos 100 mil, o XXX Congresso da UNE até a decretação do AI-5. As fontes consultadas para o contexto da ditadura civil-militar foram, principalmente: Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, nos livros *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*, *O Fantasma da Revolução Brasileira* (1993) e *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária* (2014). Como fonte específica do movimento estudantil, destaca-se Rafael Rosa Hagemeyer, em sua pesquisa *Movimento Estudantil 68: Imagens da paixão* (1997) e Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira, em *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil, França e Alemanha* (2008). Como fonte de história geral, utilizou-se Eric Hobsbawm em *Era dos extremos: O breve século XX (1914 – 1991)* e o documentário *Utopia e Barbárie* (2010), de Silvio Tendler.

A terceira e última parte – *História que faz memória, memória que faz história*, propõe um debate sobre conceitos de história e memória, estudados por Jacques Le Goff e Jeanne Marie Gagnebin; entrecruzando as constatações obtidas nas análises das fotografias de Evandro Teixeira. Objetiva-se, portanto, apresentar suas contribuições como testemunha ocular para o avivamento da memória do movimento estudantil, por suas imagens também serem uma fonte histórica.

2. EVANDRO TEIXEIRA: FOTÓGRAFO E TESTEMUNHA OCULAR

O mundo, o nosso mundo infelizmente não é elegíaco. Evandro Teixeira quase nos pede desculpas por, aqui e ali, não poder retocar a versão que nos dá de tudo que viu. Sim, ele tem um compromisso com a verdade. Ele não pode intervir. Logo, fotografar é um ato de não-intervenção – e é uma escolha. Aqui está, enquadrada, paralisada, a notícia de um tempo em que nos reconhecemos. Aqui está um silêncio muitas vezes acusador. A foto aprisiona um momento fugaz e libera uma realidade que não quer morrer, que não merece morrer.

Otto Lara Resende, para o livro *Fotojornalismo* (1982).

2.1 MEMÓRIAS DA BAHIA

Grande parte das informações a seguir foram retiradas do livro biográfico *Evandro Teixeira: um certo olhar*, escrito por Silvana Costa Moreira e publicado em 2014.

Tal e qual suas fotografias, que não passam despercebidas, Evandro Teixeira veio ao mundo numa importante data: 25 de dezembro. O ano de seu nascimento, 1935, também revelara sua força, principalmente na política: em abril, o presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei de Segurança Nacional e em 25 de novembro, aprovou o estado de sítio do Rio de Janeiro. A então capital da República, junto a Recife e Natal, havia sofrido um levante denominado “Intentona Comunista”, ou seja, uma tentativa de golpe liderada por Luís Carlos Prestes, do Partido Comunista Brasileiro (Partidão). A repressão do governo ao movimento fez com que Getúlio Vargas decretasse o Estado Novo, endurecendo ainda mais sua ditadura civil-militar, dois anos depois. No cenário mundial, tensões políticas apontavam os primeiros sinais do nazismo e fascismo, na Alemanha e Itália respectivamente. No entanto, a Segunda Guerra Mundial eclodiria quatro anos mais tarde.

No universo da mãe e do pai, Almerinda Teixeira de Almeida e Valdmiro Teixeira – dona Nazinha e seu Vavá – a vida era comum: Evandro Teixeira veio ao mundo graças à ajuda da parteira Joana Coelho, em sua própria casa, em Irajuba, pequena cidade no sul da Bahia, a 355 km de Salvador. Naquela época não tinham fazenda, mas tinham um pedacinho de terra, suficiente para criar algumas cabeças de gado. Dos sete filhos que tiveram, três morreram ainda bebês. Tiveram uma infância simples, mas repleta de aventuras.

Apesar do exemplo do pai, Teixeira não gostava do trabalho na roça, desagradando-o completamente. A intenção dele era que os filhos seguissem carreira com os afazeres da fazenda, mas o negócio de Vando (como era carinhosamente chamado pelos familiares) era outro. Aos poucos, percebeu que Irajuba havia se tornado pequena demais para um menino de grandes sonhos. Sua primeira experiência com o trabalho foi num povoado próximo a Irajuba, no distrito de Ibitiguira (popularmente conhecido como Serra do Vitorino). Evandro Teixeira atuava como aprendiz numa loja de tecidos que pertencia ao seu Dermival e não almejava recompensas financeiras, queria apenas adquirir experiência. Também aprendeu a fabricar, de forma artesanal, pequenas malas de madeira.

Aos 12 anos de idade, teve uma de suas primeiras experiências imagéticas ao construir uma caixa de cinema, com uma lente improvisada. Utilizando pedaços de fitas e filmes que ganhava de um amigo comerciante que as trazia de Salvador, o pequeno artista colocava os quadros, projetava e narrava, construindo um cenário, “o nosso cinema”. As imagens eram projetadas na parede da escola em que estudava e a bilheteria era composta por ele mesmo, que cobrava uns trocados pela apresentação. Mesmo com acesso restrito à mídia, a comunicação já fazia parte do seu cotidiano simples. O rádio, que disseminou costumes, ideais políticos e valores lhe despertou ainda mais o desejo de sair daquela cidade pequena e adentrar nas janelas abertas para o mundo.

Seu primeiro contato com uma câmera fotográfica foi graças ao seu tio Arcelino, que adquiriu o equipamento em São Paulo. Este momento ficou eternizado em sua memória. Por vezes, Teixeira pegava a máquina e saía fotografando os familiares e animais da roça enquanto seu tio, vendo que o menino levava jeito para a coisa, o incentivava a deixar Irajuba e ir em busca de novas oportunidades, em outra cidade maior. Sua coragem seria determinante para a efetivação do sonho de ser fotógrafo.

Em meados dos anos 1940, Ipiaú destacou-se por seu desenvolvimento com a produção do cacau, que abriu novos mercados consumidores ao sul da Bahia e iniciou o processo de ocupação urbana. Um dos produtores de cacau de Ipiaú era a família Mota, que gentilmente convidou Teixeira a viver na cidade, que à época chamava-se Rio Novo. Embora tivesse apenas 13 anos, não deixou de festejar a mudança. A viagem era longa, mas após cerca de três horas de estrada de chão, as primeiras surpresas surgiram: energia elétrica, casas comerciais e carros – tudo o que inexistia em Irajuba

Mesmo com limitações financeiras, a família se dispôs a ajudá-lo na realização de seu grande sonho. Evandro Teixeira inicialmente trabalhou em uma casa de comércio, que pertencia a um senhor chamado Américo. Apesar da necessidade do trabalho, nunca abandonou a escola, local onde deu, inclusive, seus primeiros passos no jornalismo. Para Moreira (2014), Teixeira relatou que fazia parte de um jornal produzido pelo grêmio estudantil, que trazia consigo as principais notícias da cidade, informações sobre festinhas no clube e algumas fofocas. Apesar de ingênuo, sua participação no jornal acentuou seus interesses pelo jornalismo e pela fotografia. Mais à frente, no início dos anos 1950, passou a colaborar com o *Jornal Rio Novo*, que exibia em suas quatro páginas textos redigidos por Waldemar Lefundes (proprietário do jornal) e Evandro Teixeira, além de cartas enviadas por moradores. Imagens, até então, eram raras (feitas de clichês, impressas manualmente).

Em suas andanças pela cidade, Evandro Teixeira fez inúmeras amizades. Em um desses momentos, foi apresentado ao dentista e compositor Manoel Pinto – ou Mapin, como menciona até hoje. A convivência com o amigo foi um divisor de águas em sua vida profissional, que acabara de começar. Em 1952, Teixeira conheceu, por intermédio de Mapin, o fotógrafo do *Jornal Jequié* Walter Lessa. Com estilo fotojornalístico, Lessa deu os primeiros ensinamentos, o que motivou o fotógrafo aprendiz a adquirir seu primeiro equipamento com a ajuda de seus pais. Era uma *Agfa Isolet*, câmera de fole fabricada no início dos anos 1950, na Alemanha. Usando um filme de 120 milímetros, médio formato e com foto e fotometria ajustados no olho, Evandro Teixeira finalmente iniciou sua carreira, oficialmente, como fotógrafo. Lessa, embora também fosse inexperiente na época, deu conselhos valiosos: “Olha, Evandro, a fotografia pra mim se fundamenta em duas coisas: amor e luz. Sem esses elementos, não há boa fotografia. Sem luz, não

há fotografia, e sem amor não há boa fotografia” (MOREIRA, 2014, p. 43). Curioso e sempre disposto a aprender mais, Teixeira carregou consigo esses ensinamentos.

Ao acompanhar os jornais que chegavam à cidade, Evandro Teixeira foi se interessando pela profissão de repórter fotográfico e o modo como fazia suas imagens, sempre à procura do instantâneo, tornou-se sua marca registrada. Um dia desses, deparou-se com uma pilha de revistas *O Cruzeiro* no estúdio de Walter Lessa e comoveu-se com um ensaio fotográfico sobre mães em diversos lugares do mundo. A autoria das imagens saltou-lhe aos olhos, abrindo novos caminhos na fotografia: tratava-se do trabalho de José Medeiros, um fotógrafo renomado na época. Além das imagens, Teixeira notou um anúncio nas páginas da revista que divulgava cursos de fotografia por correspondência, optando prontamente por José Medeiros. Neste curso, que nada mais era que um manual didático sobre fotografia, aprimorou seus conhecimentos sobre luz, enquadramento, composição – enfim, todos os elementos que pudessem contribuir em sua percepção artística.

Em 1954, por influência de Mapin, Evandro Teixeira rumou a Salvador. Novamente em busca de melhores oportunidades e portando uma carta de recomendação nas mãos, dirigiu-se a um estúdio fotográfico, procurando por Nestor Rocha (tio de Glauber Rocha), para que lhe ensinasse ainda mais sobre o ofício. Reconhecendo sua determinação e talento, Rocha não somente instruiu Evandro com novas técnicas de fotografia, mas colocou-o para estagiar no *Diário de Notícias*, órgão do *Diários Associados*. Permaneceu em Salvador por aproximadamente 3 anos, até ser seduzido pelo centro de efervescência cultural do Brasil: o Rio de Janeiro.

2.2 MEMÓRIAS DO RIO DE JANEIRO

Evandro Teixeira se mudou para a capital carioca, que, na época, era a capital federal, em 1957. Ao lembrar esse momento, afirma que ficou atordoado com a quantidade de pessoas, o barulho dos automóveis e a correria da metrópole – que quase o fizera desistir de tudo. Portando pouco dinheiro e duas cartas de recomendações, redigidas pelo amigo Mapin, Teixeira procurou sua primeira referência: um jornalista que atuava como chefe de redação no *Diário da Noite e O Jornal*. Chegando à sede do jornal, localizada na rua Sacadura Cabral, foi recebido por Ariston Andrade, que logo o apresentou a Ângelo Regato, chefe de

fotografia do periódico. Não havia vagas disponíveis naquele momento e enquanto aguardava ser chamado, passou dias conhecendo o Rio de Janeiro, encantando-se rapidamente pela cidade maravilhosa.

Na virada de 1957 para 1958, recebeu a oportunidade de ser o “santo casamenteiro” – atribuição de menor valor no jornal, mas que abriu-lhe as portas. Sua função, basicamente, era a de fotografar casamentos, mas havia uma regra imposta pelo chefe: “Pode fotografar pobre, rico, só não quero preto!”, relembra o fotógrafo. Sua primeira fotografia no novo cargo foi a de um casamento de um negro com uma alemã – e foi quase demitido. A garantia de permanência no jornal foram as suas fotografias tiradas no desfile das escolas de samba posteriormente, iniciando ali sua carreira de fotojornalista em um dos mais prestigiados jornais do Rio de Janeiro (MOREIRA, 2014, p. 56).

Em 1961, sua carreira já estava consolidada e foi convidado pelo editor de fotografia do *Jornal do Brasil*, Dilson Martins, a trabalhar na grande escola de jornalismo do país. Sentindo-se despreparado, recusou a oferta. Posteriormente, pediu demissão no *Diário da Noite* e *O Jornal* e estagiou por dez meses na revista *O Mundo Ilustrado*. Em 1963, após muita insistência, entrou para a equipe de fotógrafos do JB. Evandro Teixeira relembra o prestígio do jornal, em entrevista para a pesquisadora em 25 de julho de 2019:

Até que o *Jornal do Brasil* me chamou, fui aparecendo, o jornal que era muito importante, por muitos anos, o mais importante jornal do país, tinha grandes nomes lá dentro: Carlos Drummond de Andrade, Antonio Callado, Otto Lara Resende, Bento Ferreira, Nelson Pereira dos Santos, enfim...

Naquele ano, o editor-chefe Alberto Dines coordenava uma reforma gráfica no diário. As mudanças propostas por Dines fizeram o JB ocupar uma posição de destaque na imprensa brasileira, o que estimulou a estruturação de outros jornais. Alberto Dines foi o responsável pela criação da editoria de fotografia, departamento de pesquisa, Agência JB e os Cadernos de Jornalismo.

Na redação, compunham o time: Ferreira Gullar, Jânio de Freitas, Wilson Figueiredo, Amílcar de Castro, dentre outros que inovaram o jornalismo. Na ala dos fotógrafos, Evandro Teixeira, Campanella Neto, Alberto Jacob, Erno Schneider, José Antônio Moraes, Delfim Vieira, Walter Firmo entre outros. Vale ressaltar que as fotos eram clichês gravadas em zinco e dificilmente estampavam os

jornais. Era comum repetir as mesmas fotos, devido ao custo e a dificuldade do procedimento. No entanto, a reforma gráfica do jornal fez com que as imagens aparecessem em tamanhos maiores, facilitou a leitura das chamadas, dispostas com simetrias. Para Moreira (2014), essa mudança estrutural foi um impacto, pois a maioria dos jornais não usavam fotografias com tanta frequência, sendo o JB pioneiro nesse quesito. Alberto Dines afirmou que essa mudança foi incentivada por sua experiência trabalhando em revistas, as quais a fotografia era extremamente valorizada. O *Jornal do Brasil* passou a ser inspiração para os demais jornais nacionais.

A mudança de departamento fotográfico para editoria não foi apenas nominal: o local passou a funcionar como produtor de conteúdo e informação. As mudanças propostas por Dines impactaram diretamente na profissão dos fotógrafos, que passaram a ter *status* tal e qual repórteres de texto. Evandro Teixeira para Moreira (2014) relata que havia liberdade para os ensaios fotográficos, porém era proibido o uso de fotômetro e *flash*: quem quisesse ser um bom fotógrafo, deveria usar o “olhômetro”. Essa valorização da imagem também impactou na conservação dos negativos, contatos e fotos ampliadas, que passaram a ser arquivadas. O historiador Peter Burke, para o livro *Testemunha ocular: história e imagem* (2004) defende a ideia de que imagens, assim como textos e testemunhos orais, constituem-se como evidências históricas, pois registram atos de testemunho ocular. Em suma, imagens nos permitem imaginar o passado de forma mais vívida, permitindo uma leitura com múltiplas interpretações e significados. Com o declínio da revista *O Cruzeiro*, o JB ganhou ainda mais destaque como referência do jornalismo.

2.3 MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR

64 foi a época de chumbo no Brasil, começou com a derrubada do Jango. O Jango era uma pessoa muito liberal, era uma pessoa incrível. Foi uma época difícil pra se trabalhar, os repórteres, o pessoal que escrevia, eram mutilados, os militares e censores chegavam na redação arrasando com tudo, acabando, cortando, apagando tudo, destruindo tudo e a fotografia superava isso porque os militares não sabiam fazer uma leitura visual das imagens e a gente conseguia mostrar aquilo que o pessoal de texto não conseguia, porque eram mutilados. (Trecho retirado do documentário *Instantâneos da Realidade*, 2004).

Na madrugada de 31 de março de 1964, Evandro Teixeira recebeu uma notícia que mudou toda sua trajetória como fotógrafo: era o Capitão Leno, seu amigo do Exército, que lhe informara que os militares haviam invadido o Forte de Copacabana. Após a queda de João Goulart, novamente instalou-se um regime ditatorial no Brasil e o presidente deposto precisou dirigir-se às pressas para o Rio Grande do Sul, onde ficou exilado. Infiltrado, Teixeira fez o primeiro registro de um dos períodos mais sombrios da história nacional (Figura 2). Em entrevista para o portal Terra, Evandro Teixeira narrou essa experiência:

Eu morava na rua Júlio de Castilhos, em Copacabana, e jogava voleibol com um grupo de amigos no posto 6. Entre eles estava o Leno, capitão do time. Pois na madrugada do dia 1º de abril, Leno apareceu na minha casa e disse: 'Olha, a revolução estourou e o forte está sendo tomado - quer tentar entrar comigo?' Escondi minha *Leica* e fomos. Ele então disse: 'Se entrar entrou, mas se não entrar você não me conhece, senão fica ruim para mim'. Chegando lá Leno bateu continência, eu bati também, falei qualquer coisa e entrei. Enrolei a voz. Fomos direto para a sala de comandantes. Em seguida chegou o (marechal) Castello Branco com um monte de oficiais. Continuei por lá fotografando todos, formados. O mais engraçado é que eles achavam que eu era fotógrafo do exército. Mandavam eu tirar uma foto aqui, outra ali. Todo mundo fazia pose, todos durões. Passados alguns minutos, o Leno piscou os olhos como quem diz 'tá bom, te manda'. E eu me mandei. Foi assim que fui o único a registrar aquele momento.

Figura 2: Tomada do Forte de Copacabana, Rio de Janeiro, 1964.



Fotografia: Evandro Teixeira. Fonte: *Evandro Teixeira: um certo olhar* (2014).

Evandro Teixeira se opôs ao regime militar desde os primeiros momentos em que o golpe foi deflagrado. Acompanhando os movimentos de resistência com sua *Leica* (Figura 3) em punho, o fotógrafo não apoiava a neutralidade do jornalismo e a ambiência política e cultural fez com que seu posicionamento fosse além do registro: tornou-se um denunciador, uma testemunha ocular com um objetivo:

Eu era contra o golpe militar. Tinha meus ideais políticos. Achava que minha função era lutar com a arma que eu dispunha, ou seja, a câmera fotográfica. Foi o que fiz. Subi em palanques, entrei em presídios e palácios, corri, apanhei, mas tive coragem de documentar e mostrar a realidade daquele terrível momento político do Brasil (MOREIRA, 2014, p. 81).

Figura 3: A câmera *Leica* de Evandro Teixeira.



Fotografia: Evandro Teixeira. Fonte: Acervo pessoal de Evandro Teixeira (2020).

No Rio de Janeiro, como já dito anteriormente, as primeiras lutas foram encabeçadas por estudantes universitários e secundaristas, cujas exigências eram por mais vagas nas universidades e melhorias no restaurante Calabouço, próximo ao aeroporto Santos Dumont. No dia 28 de março, enquanto organizavam um ato de protesto para cobrar um posicionamento do governo perante os

problemas estudantis expostos, tropas da polícia do Exército dispararam contra um grupo, na tentativa de reprimir a manifestação. O secundarista Edson Luís de Lima Souto, aos 18 anos de idade, foi morto pela polícia. Recusando-se a entregar o corpo aos policiais pois sabiam que os mesmos poderiam dar um sumiço com o intuito de omitir os sinais de truculência do regime, os estudantes o levaram para a Assembleia Legislativa, na Cinelândia. No dia seguinte, cerca de 50 mil pessoas tomaram as ruas da cidade e velaram o corpo do estudante (MOREIRA, 2014).

A missa de sétimo dia de Edson Luís na Candelária foi marcada por uma enorme tensão. A igreja, cercada por militares, foi tomada pela violência aos que se solidarizavam pela morte do jovem. Nos jornais, a censura se atenuou e criou-se um abismo entre o que era, de fato, registrado, ao que era mostrado pela mídia. “O *Jornal do Brasil* era censuradíssimo. No primeiro momento do Golpe, praticamente todos os jornais se manifestaram favoráveis aos militares. Depois mudaram de opinião. Até porque o próprio Golpe mudou”, afirmou Teixeira para Moreira (2014, p. 84).

Durante a Sexta-feira Sangrenta, enquanto os estudantes protestavam em frente à embaixada dos Estados Unidos contra o apoio norte-americano ao golpe militar, a polícia abusou de sua força para reprimir manifestantes e também jornalistas que documentavam a cena. Evandro Teixeira recorda este momento, em depoimento para Moreira (2014, p. 85):

Foi um dos dias mais sangrentos que o Rio de Janeiro viveu. O JB foi fechado à bala. A polícia começou a atirar e fechar portas. O que mais me impressionou foi aquele estudante de medicina batendo com a cabeça no meio fio, em frente ao Teatro Municipal, e caindo morto. Ele deu um berro horroroso, chocante. Fiz a foto num único fotograma, e não deu tempo pra mais nada porque os policiais vieram pra cima de mim. Foi horrível. [...] Fotografar, nessa época, era uma guerra. Você precisava ter noção do que estava fotografando, do que enfrentava e do perigo que corria.

O que estava diante dos olhos de Evandro Teixeira era registrado com agilidade, sem tempo para muita elaboração. Era a sua reação ao momento que determinava o que era possível registrar. Nas palavras do fotógrafo: “Se não se arriscasse, não fotografava. Como tinha que ter vivacidade pra fazer as fotos, passei a me arriscar. Isso me ajudou posteriormente” (MOREIRA, 2014, p. 85).

Diante da repercussão negativa da Sexta-feira Sangrenta, um novo ato surgiu, dessa vez com ainda mais indignação e força. Havia rumores de que o

líder da União Metropolitana dos Estudantes (UME), Vladimir Palmeira, seria preso ou morto no protesto que estava agendado para o dia 26 de junho de 1968. O líder da UME defendia um socialismo democrático e havia uma grande tensão contra o imperialismo americano. Evandro Teixeira seguiu rumo à Cinelândia para receber o líder estudantil, que chegara com outros estudantes à sua volta. Cerca de 100 mil pessoas ocuparam as ruas do Rio de Janeiro para protestar contra o governo.

Naquele 26 de junho, ao contrário de outras manifestações, não havia tropas de choque da PM nas ruas. Segundo o jornalista Fritz Utzeri, em depoimento ao livro *1968 destinos 2008: Passeata dos 100 mil*, de Evandro Teixeira (2007), às 10 horas, a Praça Marechal Floriano começou a receber estudantes, professores, intelectuais, artistas, mães de estudantes, padres e populares. Às 11 horas, a multidão chegou a 15 mil pessoas e ocupou as escadarias do Teatro Municipal e a estátua do Maestro Carlos Gomes. Para Utzeri, “a marcha dos 100 mil foi o troco da Marcha da Família, com a qual, quatro anos antes, a classe média expressava apoio ao Golpe. A roda viva da história girara e o governo, pela primeira vez, estava na defensiva” (2007, p. 36).

Rafael Hagemeyer (1997, p. 53) descreve o momento em que Vladimir faz o seu discurso: “todos se sentaram, na calçada, no meio fio, e até mesmo na rua. Este sem dúvida foi um dos gestos simbólicos mais significativos da passeata dos 100 mil”. O autor também afirma que, entre os oradores, a que melhor definiu a dimensão simbólica deste gesto foi Dona Irene Papi, ao discursar: “O povo está na praça pública, logo está na sua casa. Este é um direito de propriedade que precisa ser respeitado”. Em outras palavras, o ato de sentar-se foi o gesto simbólico que melhor correspondeu à demarcação de território, além de mostrar a intenção pacífica da manifestação.

Utzeri (2007) afirma que ao chegar à Candelária às 16h, Vladimir Palmeira discursou: “Este lugar tem um significado muito grande para nós. Na missa de Edson, foi aqui que nós fomos violentamente reprimidos” (p. 37). Às 17h30, a passeata dispersou-se e foi criada posteriormente a “Comissão dos 100 mil”, constituída pelos estudantes Franklin Martins e Marco Medeiros, do representante intelectual Hélio Pelegrino, do clero com Padre João Batista, pelo professor José Américo Pessanha e representando as mães, Irene Papi. Não houve incidentes.

Ao retornar para o JB, Evandro Teixeira levou dezenas de fotos importantíssimas deste momento histórico na política brasileira, mas dentre elas,

uma teve o seu destaque, cujo foco estava na mensagem de uma faixa erguida na multidão: “Abaixo a Ditadura. Povo no Poder”. Essa emblemática foto, que será analisada no capítulo seguinte, representa a face da resistência e da luta estudantil. É um recorte que representa o todo, a união de milhares de pessoas unidas e engajadas na mesma luta: a de recuperar a democracia.

Nesse cenário conturbado, Evandro Teixeira conseguiu escapar da brutalidade dos oficiais e construiu um acervo de imagens carregadas de significado e valor histórico, como observa-se em trecho da entrevista concedida para a autora, em 25 de julho de 2019:

Tudo era emoção, você trabalhava com o sangue na cabeça, trabalhava com emoção, com medo, um conjunto de coisas. No momento de clicar, você não chegava lá e pensava ‘vou fazer essa foto ali, tá feita a foto’, você fazia na correria, na paulera, na porrada, no susto. Você tava ali mas não tava tranquilo.

Quando questionado por Paulo César Boni sobre o posicionamento do JB em relação ao golpe, Teixeira afirmou:

Desde 1968, o *Jornal do Brasil* apoiava os estudantes e os estudantes tinham admiração pelo JB. Em 1968, a Cinelândia foi o grande palco de manifestações no Rio de Janeiro, especialmente dos estudantes. Era tudo por ali, Cinelândia, Avenida Rio Branco, Candelária. Os estudantes, especialmente, paravam em frente ao prédio do *Jornal do Brasil* para fazer barricadas e enfrentar a polícia. Eles faziam isso porque contavam com o apoio do jornal. E para fotografar esses confrontos era fácil, dava para fazer tudo da janela, com um ângulo privilegiado de visão. Alguns manifestantes morreram nesses confrontos, pois a disparidade era muito grande: os estudantes enfrentavam a cavalaria com bolinhas de gude, para derrubar os cavalos, e a cavalaria não saía dos quartéis só para intimidar, não, ela descia o sarrafo. Alguns morreram vítimas de baionetas ou de bala mesmo. Resumindo: no início, os jornais foram favoráveis ao golpe, logo depois o *Jornal do Brasil* ficou do lado dos estudantes e estes protestavam contra o golpe (Trecho retirado de entrevista para a revista *Discursos Fotográficos*, 2012, p. 238).

Após a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, o jornal anunciou a atmosfera sombria por meio da previsão do tempo “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máxima: 38°, em Brasília. Mínima: 5°, nas Laranjeiras” (MOREIRA, 2014, p. 89). Em momentos centrais de sua produção, as fotografias de Evandro Teixeira assumiram a essência do fotojornalismo e da própria técnica de fotografia. Seu

trabalho apresenta uma carga imagética absolutamente reveladora, subversiva em relação ao próprio imaginário que o regime buscava difundir.

2.4 MEMÓRIAS DO PASSADO, NARRATIVAS DO PRESENTE

2.4.1 Canudos 100 anos (1997)

No quintal da casa de dona Maria, sua avó, Evandro Teixeira ouvia histórias sobre Antônio Vicente Mendes Maciel – vulgo, Antônio Conselheiro. Dona Maria contava em detalhes a peregrinação do líder, que por quase 20 anos propagou ideais de fé, altruísmo, trabalho e bravura. Mal o garoto sabia que suas memórias de infância, tornar-se-ia um dos trabalhos mais importantes de sua carreira: o livro *Canudos 100 anos*.

Lembrar o passado é uma de suas principais características. Saudoso, Evandro Teixeira sempre sonhou em narrar a memória de Canudos, concretizando este sonho no ano em que se comemorou o centenário de seu fim: 1997. O livro, que une arqueologia da memória e crônica do presente, assim como seus registros fotográficos e o texto jornalístico de Ivana Bentes, conta a história de Canudos sob outra perspectiva, com o distanciamento da história, mas com as mesmas testemunhas: os sobreviventes. Trata-se de uma viagem pela história do Brasil, na qual o foco foi o cenário de um dos episódios mais sangrentos do país. Por meio de um olhar apurado e sensível, em uma saga que durou aproximadamente 6 anos, Evandro Teixeira conseguiu registrar três perspectivas de um mesmo lugar: os vestígios da primeira Canudos destruída pela guerra, as ruínas da segunda Canudos (submersa pelo açude de Cocorobó) e a Canudos de 1997 (TEIXEIRA, 1997).

Os relatos de sua avó alimentavam a imaginação. Conforme Moreira (2014) descreve, o tempo passava, mas as narrativas de dona Maria permaneciam, sendo revisitadas quando Teixeira encontrou-se com a terra, o homem e a luta em *Os Sertões*, obra de Euclides da Cunha, publicada em 1902. Cunha, que acompanhou presencialmente a última das quatro expedições militares do governo federal a Canudos como correspondente do jornal *A Província de São Paulo* (atual *O Estado de S. Paulo*), relatou não só de forma jornalística, mas também poeticamente, aquilo que seus olhos testemunharam, considerado hoje o primeiro

livro-reportagem brasileiro. Ao ler as mais de seiscentas páginas desse clássico da literatura, os olhos de Evandro Teixeira não só trouxeram à memória as tardes em que esteve sentado no cajueiro da avó, ouvindo suas histórias, mas também o fez tomar a decisão de reconstruir a história de Canudos 100 anos após sua destruição, em busca de um lugar que sempre esteve vivo em sua imaginação.

Em seu primeiro contato com o vilarejo, descreve sua primeira impressão: “o aspecto físico é triste, porque nada foi preservado. Canudos foi destruída” (MOREIRA, 2014, p. 242). No entanto, a sensação de respirar aqueles ares trouxe consigo a sensação nostálgica, fazendo o fotógrafo baiano retornar às origens. Assim como o seu passado retornava ao presente, Canudos também aparentava não ter visto o tempo passar. Suas ruínas denunciavam o passado/presente.

Revisitando o passado na busca de registrar o presente, Evandro Teixeira procurou por personagens que fizeram a história, nos locais que restaram. Um dos narradores da história é Ioiô Siqueira, que descreveu todos os acontecimentos, desde sua origem. Canudos foi destruída e sua população massacrada numa guerra que durou quase um ano, de 21 de novembro de 1896 a 5 de outubro de 1897. A narrativa de Siqueira, além de ser o complemento das imagens de Teixeira, tem um compromisso com a verdade, pois remete também à história de seus descendentes.

Muito além da captura do instantâneo, Evandro Teixeira construiu uma relação de afeto e se envolveu cada vez mais com o modo de viver simples daquele povo, que preserva e ama a sua própria história. A câmera fotográfica era um mero aparato tecnológico; a busca era a de captar a essência. Quando se trata de temas sociais, etnográficos ou antropológicos, um elemento é essencial: o pertencimento. Sem isso, o trabalho está fadado à superficialidade. A fotografia, como elemento de documentação visual, assumiu um papel discursivo na relação pesquisador-fotógrafo e por trás da imagem, há mais que o registro do evento: há a construção de uma narrativa.

Para o livro *Canudos 100 anos*, Teixeira documentou o que seus olhos testemunhavam e buscou oralidade, memória e história. Sua paixão por Canudos era e ainda é verdadeira, como se estivesse em solo sagrado. Presente e passado se entrelaçavam frente à hostilidade do ambiente, a exploração e as dificuldades para a mínima sobrevivência. Lembranças que, em detalhes

específicos, não são encontradas na historiografia oficial, mas que são encontradas nos registros imagéticos de Teixeira e na textualidade de Bentes. Nos milhares de fotogramas, a missão mais árdua foi a de escolher apenas 100 imagens que correspondem aos 100 anos decorridos (sendo a Figura 4 a escolhida para ilustrar a capa). Mesmo após a publicação da obra, Evandro Teixeira continua fazendo suas expedições anuais a Canudos e fez questão de enviar seu livro a todos os personagens ali registrados.

Figura 4: Retrato de João de Régis, 90 anos, 1994.



Fotografia: Evandro Teixeira. Fonte: *Canudos 100 anos* (1997).

2.4.2 Vou Viver - Tributo a Pablo Neruda (2005)

Das muitas histórias que Evandro Teixeira conta, principalmente em sua trajetória como fotógrafo, os 20 dias em que permaneceu no Chile registrando o golpe militar foram extremamente impactantes. Segundo Moreira (2014), Evandro Teixeira foi escalado pela equipe do *Jornal do Brasil* e foi também o único fotógrafo brasileiro a documentar o início da ditadura chilena. Teixeira afirmou que a situação do Chile foi muito pior que a do Brasil: nos 17 anos do regime militar, o saldo foi de 2.279 mortos e 1.102 desaparecidos. Para os jornalistas, as condições de trabalho eram precárias e não havia segurança. Foram dias de muita tensão.

Nesse cenário caótico, Evandro Teixeira precisava encerrar suas atividades até no máximo 18h, pois segundo ele “quem estivesse na rua após esse horário seria fuzilado” (MOREIRA, 2014, p. 96). Após o toque de recolher, as fotografias só podiam ser tiradas pela sacada do hotel Carrera, localizado no centro de Santiago. Em um desses momentos de recuo, conheceu uma paulista, casada com um militar que fora convocado às pressas para o golpe. Em um jantar, ela mencionou uma informação importante sobre Pablo Neruda, poeta e líder político que representava a força ideológica do governo deposto: ele estava confinado em Isla Negra (uma de suas casas próximo a capital) e que havia sido trazido à Clínica Santa María, em Santiago, pois estava à beira da morte. Dois dias depois da informação, Teixeira recebeu a notícia do falecimento do poeta.

Como aponta Moreira (2014), o atestado de óbito relatou que a causa da morte foi caquexia (quadro de desnutrição grave) cancerosa, derivada com câncer de próstata com metástase. Apesar da grave doença, Teixeira acredita que o coração de Neruda possa ter enfraquecido ainda mais diante do que seus olhos presenciaram. Encerrado o toque de recolher, o fotógrafo estava preparado com sua *Leica* e correu para o hospital. Sorrateiro, entrou pela porta dos fundos e ao se deparar com Matilde Urrutia – a última esposa de Neruda – a cumprimentou e identificou-se como “fotógrafo de Jorge Amado”. Derramando-se em lágrimas, Urrutia consentiu e disse que Jorge Amado era um amigo-irmão e autorizou as fotos (Figura 5).

Em entrevista concedida a Boni para a revista *Discursos Fotográficos* (2012, p. 229), Evandro Teixeira descreveu o momento:

Eu tive o privilégio, a honra, a glória e, ao mesmo tempo a tristeza, de haver fotografado a morte do poeta Pablo Neruda, Prêmio Nobel de Literatura. Eu sempre digo que foi um misto de alegria e tristeza. Alegria por ter sido o único fotógrafo/jornalista do mundo a vê-lo e fotografá-lo morto, por documentar aquele momento terrível do Chile. Tristeza por presenciar a finitude de um mito e todo o aparato militar para que ele não fosse decentemente velado e sepultado.

Figura 5: Fotografia exclusiva de Pablo Neruda morto, ainda no hospital, 1973.



Fotografia: Evandro Teixeira. Fonte: *Vou Viver* (Tributo a Pablo Neruda em fotos de Evandro Teixeira, 2005).

Muito além da homenagem ao poeta, as fotos também indicavam denúncia. Teixeira acompanhou todo o cortejo fúnebre fazendo registros exclusivos e percorreu as ruas de Santiago com uma multidão que cantava em homenagem a Pablo Neruda. As fotografias desse momento triste e simbólico foram fontes de inspiração para seu 5º livro – *Vou viver (Tributo a Pablo Neruda em fotos de Evandro Teixeira, 2005)*, o qual uniu suas fotografias e os poemas do escritor chileno. Evandro Teixeira prestou sua última e solene homenagem. Algumas de suas fotografias também se encontram em *La Chascona*, uma das residências de Neruda que hoje funciona como museu, em Santiago.

2.5 EVANDRO TEIXEIRA: PASSADO PRESENTE FUTURO

O interesse pelo trabalho do fotógrafo ultrapassou o ambiente dos jornais, chegando também ao meio acadêmico. Em pesquisa feita pela autora em 13 junho de 2019 (Tabela 1, atualizada em 27 de fevereiro de 2020), verificou-se cronologicamente as 30 primeiras páginas do Google Acadêmico com as palavras-chave “Evandro Teixeira Ditadura”. Aproximadamente 2.010 resultados foram apresentados. Nota-se que o alcance não é somente pelo uso de suas imagens, mas também de sua narrativa e memórias como fotojornalista, tanto de forma direta como indireta.

De testemunha a historiador, Evandro Teixeira conquistou, aos poucos, prestígio nacional e internacional por meio de suas fotografias. Atualmente, é autor de oito livros – *Fotojornalismo* (1982), *Canudos 100 anos* (1997), *O Livro das Águas* (2001), *O caminho das águas* (2004), *Vou Viver (Tributo a Pablo Neruda em fotos de Evandro Teixeira, 2005)*, *1968: destinos Passeata dos 100 mil* (2008), *Caminho de Transformação* (2010) e *Evandro Teixeira: Retratos do Tempo - 50 anos de Fotojornalismo* (2015). O fotógrafo também teve suas obras incluídas em acervos de museus ao redor do mundo e recebeu no Japão o Prêmio Especial da Unesco no Concurso Internacional “A Família” (1993) e os Prêmios de 1975 e 1991 do Concurso Internacional da Nikon. Na mostra dos 40 mais importantes fotógrafos do mundo, evento promovido pela *Leica* nos Estados Unidos, em 1997, seu nome estava na lista, destacando-se mais uma vez mundialmente.

Tabela 1: Produção acadêmica com temáticas relacionadas a Evandro Teixeira 39

Autor	Título da pesquisa	Tipo de pesquisa
Paulo César Boni	A fotografia a serviço da luta contra a ditadura militar no Brasil Ano: 2012	Entrevista – Revista Discursos Fotográficos
Maria Fernanda Almeida Torres Márcia Neme Buzalaf	A estética moderna no fotojornalismo brasileiro: uma análise do trabalho do fotógrafo Evandro Teixeira no período da ditadura civil-militar Ano: 2018	Artigo - Intercom
Maria Fernanda Almeida Torres Márcia Neme Buzalaf	O fotógrafo como testemunha ocular: Evandro Teixeira e o movimento estudantil em 1968 Ano: 2019	Artigo - Intercom
Charles R. Ross Lopes	Cenas da Ditadura Militar brasileira retratadas por Evandro Teixeira Ano: 2018	Artigo - Seminário Imagem e Poder: Fotografia e cultura visual nas ditaduras latino-americanas (1960-1990)
Francisco Carlos Teixeira da Silva	Evandro Teixeira: O olho da resistência Ano: 2014	Artigo - Boletim do Tempo Presente
Armando Fávaro	O fotojornalismo durante o regime militar: imagens de Evandro Teixeira Ano: 2009	Dissertação - Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica - SP
Elaine Schmitt	Fotojornalismo e subjetividade em tempos de ditadura: produção de sentidos e suas relações com os feminismos Ano: 2019	Artigo - Revista de la Red de Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea Córdoba
Alberto Melo Viana	Entrevista com Evandro Teixeira Ano: 2007	Entrevista - Interin, vol. 4, núm. 2, 2007 Universidade Tuiuti do Paraná
Viviane Botelho Louro Pereira	Evandro Texeira o clique do fotojornalismo brasileiro Ano: 2016	Trabalho de Conclusão de Graduação - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Gilmara Moreira Soares	Da relação entre palavra e imagem: uma leitura da união entre a obra Vidas Secas, de Graciliano Ramos e as fotografias de Evandro Teixeira Ano: 2017	Dissertação - Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora
Vinicius Souza	Jornalismo de resistência – A ditadura em preto e branco Ano: 2015	Artigo - Revista ibero-americana para comunicação e cultura contra-hegemônicas
Gabriel Ferreira Vasconcelos	Uma Análise do Discurso Fotográfico no Livro '1968: destinos, Passeata dos 100 mil' Ano: 2015	Artigo - Intercom
Tania Rivera/ Isabela Pacu *	Arte, memória, sujeito: bandeiras na praça General Osório 1968/bandeiras na praça Tiradentes 2014 Ano: 2015	Artigo - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Itala Maduell Vieira *	1968 no 'Jornal do Brasil' de 2018 Ano: 2018	Artigo - Intercom
Nathalia Silveira Rech /Cristiane Freitas	O testemunho sobre a Ditadura Militar Brasileira nos documentários	Artigo - XI Salão de Iniciação Científica – PUCRS

Gutfreind *	contemporâneos Ano: 2010	
Aline Monteiro da Silva / Márcio Calafiori Dias *	Revista 1968 Ano: 2015	Artigo - Intercom
Ítala Maduell Vieira *	1968 no Jornal do Brasil de 2018: um tempo além de seu valor-notícia Ano: 2018	Artigo - Revista Parágrafo - São Paulo, Brasil, v. 6, n. 3, p. 27-37, set/dez. 2018
Alessandra Borges/ Gisele Rodrigues /Maurílio Láua *	Mostra sua cara Ano: 2010	Artigo - Intercom
Cristiane Fontinha Miranda, Luiz Roberto Carvalho, Alice T Cybis Pereira, Francisco Fialho e Maria José Baldessar *	Fotografia, imagem e criatividade: formas de expressão e implicações político-sociais Ano: 2014	Artigo - Revista Estudos em Jornalismo e Mídia Vol. 11 Nº 2
Simone Mesquita *	Viagem encantatória: os trabalhadores de Sebastião Salgado e o momento decisivo Ano: 2017	Artigo - Revista - Cadernos do CEOM - Ano 17, n. 20 - Imagens e Linguagens
Pedro Fraga Vianna *	A passeata dos Cem Mil nas fotografias de José Inácio Parente Ano: 2012	Artigo – Depart. História PUC - Rio
Stéphanie Christie Dias Fernandes/ Augusto Nunes *	Um estudo sobre o fazer jornalístico: O ato fotográfico entre a capa factual do jornal e a galeria de arte Ano: 2017	Artigo - Puçá - Revista de Comunicação e Cultura da Faculdade Estácio do Pará - Belém
Prof. Dra. Maria Paula Araujo *	1968, nas teias da história e da memória Ano: 2008	Artigo - Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 26- 1
Caroline Saut Schroeder *	A censura política às artes plásticas em 1960 Ano: 2013	Artigo - Anais do IX Fórum de Pesquisa em Arte
Fabiana Aline Alves *	“Sexta-Feira Sangrenta” nas lentes do Jornal do Brasil: as representações dos personagens pelas fotochoques Ano: 2017	Artigo – Revista MÉTIS: história & cultura – v. 16, n. 31
Caio de Carvalho Proença *	Fotografias do fotojornalismo no Brasil dos anos 1970: aproximações e distanciamentos temáticos em Veja, IstoÉ, Time e Newsweek. Ano: 2015	Artigo – XXVII Simpósio Nacional de História
Ana Lúcia Taveira *	Conexões antropológicas na Coleção Joaquim Paiva : uma antologia fotográfica Ano: 2017	Dissertação – Mestrado em Artes - UNB
Monica Villares Ferrer *	Arte fotográfica e liberdade de expressão: um diálogo entre o Brasil e Cuba (1960-1990) Ano: 2010	Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas
Cassandra Barteló *	Fotografias que contam histórias: uma análise das narrativas nas séries Não minta para mim (Paulo Coqueiro), Postcards from Brazil (Gilvan Barreto) e Transparências de Lar (Ilana Bar) Ano: 2018	Dissertação - Programa Multidisciplinar de Pós- Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia
Caio de Carvalho Proença *	Confrontando visualidades no fotojornalismo de Veja e Istoé: práticas fotográficas e fotorreportagens na segunda metade dos anos 1970 Ano: 2017	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em História – PUC - RS

***Trabalhos que citam Evandro Teixeira, porém não são diretamente ligados ao fotógrafo.**

Fonte: Gráfico elaborado pela autora em 13 de junho de 2019, atualizado em 27 de fevereiro de 2020.

Embora suas imagens tenham conquistado o Brasil e o mundo, foi em Irajuba, sua cidade natal, que ocorreu a mais emocionante das homenagens (Figura 6). Em entrevista concedida à autora, em julho de 2019, Teixeira fez questão de descrever com detalhes o momento vivido dias antes da entrevista. Em comemoração ao aniversário da cidade, Evandro Teixeira foi surpreendido com tamanha festividade, que narrava sua trajetória como fotógrafo. Em nota no *Facebook*, ele compartilha a emoção com os amigos:

Meus amigos, depois de 70 anos fui descoberto pela minha cidade, Irajuba BA, foi uma das mais emocionantes homenagens recebidas por mim. Na verdade, foram 3 dias de homenagens, o meu amigo, o prefeito da cidade Jerônimo Santos me fez chorar em algumas das visitas recebidas, especialmente nas escolas dos pequenos vilarejos; também na câmara de vereadores foi uma homenagem muito honrosa. Foram momentos inesquecíveis.
Obrigado Jerônimo, obrigado minha Irajuba...

Figura 6: Evandro Teixeira com camiseta feita em sua homenagem.



Fotografia: Maria Fernanda Almeida Torres. Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

Evandro Teixeira acompanhou o JB por 47 anos e viveu momentos de glória, assim como seu declínio. Nos anos de ouro, relembra as grandes coberturas, inúmeras viagens e fotografias icônicas. No declínio, lamenta a diminuição de investimento na equipe, nas notícias. Lamenta o afastamento e a frieza estabelecida sobre os acontecimentos, numa era em que tudo se reduz em prol da instantaneidade. Após 119 anos, o jornal publicou sua última versão impressa em 31 de agosto de 2010. O fotógrafo se demitiu na mesma semana. Aos amigos que acompanharam esse momento próximos a ele, o fim do jornal era comparado à perda de um filho.

O capítulo a seguir apresentará, por meio de um entrelaçamento entre história, imagem e narrativa, algumas das principais movimentações estudantis em 1968, retradadas por Evandro Teixeira. Propõe-se, também, uma análise imagética destas fotografias, fazendo uma breve contextualização política dos anos anteriores e tais acontecimentos serão descritos por meio de pesquisa bibliográfica e se complementarão com a narrativa de Evandro Teixeira, em sua posição de fotógrafo e testemunha ocular.

3. HISTÓRIA, IMAGEM E NARRATIVA: O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM 1968 PELAS LENTES DE EVANDRO TEIXEIRA

Antes de compreender os desdobramentos da luta estudantil, especificamente em 1968, é necessário pontuar alguns fatos e decisões marcantes no cenário político brasileiro, desde o início dos anos 1960 até sua plena efervescência, ao final da década. Pelegrini (1997) afirma que o ano de 1961 foi marcado pela renúncia de Jânio Quadros e pelo impedimento de posse do vice João Goulart por ação das Forças Armadas. O desacordo de sua posse ocasionou em uma significativa mobilização popular liderada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul. Diante dessa forte pressão, os militares recuaram e impuseram o sistema parlamentarista de governo, na tentativa de assegurar o controle sobre o presidente.

Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado, historiadora, as intenções militares foram reconhecidas como caráter preventivo e em 1961, a deposição do governo constitucional empossado foi uma intervenção na ordem política, estimulada por um descontentamento com a crescente e autônoma organização de diferentes setores da sociedade civil. Essa ação, segundo a autora, seria destinada a evitar profundas transformações nos sistemas econômico e político brasileiros. Para o historiador Daniel Aarão Reis Filho, o mês de agosto de 1961 foi o marco inicial do período ditatorial. Jânio Quadros, que estava há somente sete meses no poder, havia despertado esperanças positivas, no entanto, os ministros militares, nomeados por ele, não se conformaram e urdiram o golpe, acusando-o de vínculos com o sistema e legado de Getúlio Vargas e, também, com o comunismo internacional (REIS FILHO; RIDENTI; MOTTA, 2004).

Reis Filho (2004) afirma que Leonel Brizola formou uma cadeia nacional de comunicações – a *rede da legalidade* – e convenceu o general Machado Lopes, comandante do III Exército, a resistir ao golpe. No entanto, ao temer enfrentamentos, Goulart aceitou negociar a sua posse, em 7 de setembro de 1961 e assumiu a presidência com seus poderes castrados por uma emenda parlamentarista votada poucos dias antes no Congresso Nacional. O presidente, que percebeu a fragilidade da aliança em que se apoiava, tentou a partir de então manobrar com ela, por meio da arbitrariedade e conciliação que herdou de Getúlio

Vargas. Desde o início, sua intenção era a de recuperar os plenos poderes presidenciais, sem optar por métodos de confronto.

Para compreender a crise institucional que se desenvolveu nos anos seguintes, é importante analisar o contexto internacional e seu impacto na política brasileira: vivia-se tempos de Guerra Fria entre EUA e URSS, empenhando a polarização de contradições existentes em escala mundial. Os partidários da liderança americana defendiam a livre iniciativa, os valores liberais, a civilização cristã enquanto a União Soviética enfatizava a justiça, o progresso, a libertação nacional, as reformas e a revolução social. Nos anos 1950 e 1960 do século XX, no chamado *terceiro mundo*, a Guerra Fria tornou-se *Quente* – embora aparentasse um processo de transição pacífica e de conciliação, o que povoava o imaginário e repercutia na mídia eram os confrontos violentos, a luta armada, as reformas arrancadas pela força, as guerrilhas e revoluções sociais. Todos esses fenômenos evidenciaram uma fase em que a política estava associada constantemente ao confronto e/ou luta armada. Naturalmente, o Brasil não ficaria imune a essa atmosfera. É importante ressaltar que isso não significava que o país estava entregue nas mãos das superpotências, com os movimentos de direita manipulados diretamente pelo imperialismo norte-americano e nem os movimentos de esquerda pelos ideais radicais socialistas (REIS FILHO, 2004).

Reis Filho (2004) também afirma que as esquerdas, eufóricas com a rápida vitória do “não golpe”, esqueceram importantes circunstâncias associadas e assumiram, ao lado de Brizola e do III Exército, uma posição defensiva, que articulou-se em torno da preservação da lei. A posição defensiva e a defesa da lei, naquele momento, foram suficientes para vencer a tentativa de golpe, no entanto, as mesmas circunstâncias levaram a profundas consequências posteriormente. A tentativa de golpe de 1961 desencadeou em todo o país amplos movimentos sociais populares: camponeses, trabalhadores urbanos (principalmente dos setores públicos e empresas estatais) e estudantes e graduados das forças armadas. Todos desejavam, em geral, melhorar suas condições de vida e de trabalho, além de atingir um nível de participação maior no meio político. Havia, também, a percepção de que o surto desenvolvimentista dos anos 1950, embora tivesse promovido grande mobilidade geográfica e social, não havia distribuído equitativamente os benefícios e lucros obtidos, tampouco ampliou de forma significativa a democratização do Estado e das instituições. Essas demandas foram cobradas por meio das reformas de base

– alegava-se que era preciso reformar as bases do sistema econômico e do regime político e, também, fazer reformas agrária, urbana, bancária, financeira, universitária e educacional. Ao longo do processo de lutas, os movimentos reformistas adquiriram um caráter nacionalista, anti-imperialista (contra a hegemonia dos capitais estrangeiros) e estatista, dada a importância atribuída ao Estado e ao lugar central que ocuparia após a reorganização da economia e da sociedade. A partir de 1963, quando João Goulart recuperou plenamente os poderes presidenciais, as elites e classes dominantes não pareciam estar sensíveis às demandas populares, culminando na radicalização dos movimentos de diversos setores sociais.

Em 1964, quando efetivou-se o golpe militar, configurou-se uma nítida ofensiva política reformista-revolucionária dos movimentos mais radicais, além da descrença na possibilidade de que as reformas pudessem ser conquistadas por meios legais. Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014), o golpe de 1964 não foi um movimento essencialmente antirreformista, mas, sobretudo, anticomunista – os apoiadores do golpe eram favoráveis às reformas, desde que não fosse de cunho radical ou que fortalecesse as lideranças revolucionárias. Em outras palavras, as classes dominantes tiveram uma clara percepção de que seus privilégios estavam ameaçados. Essa “ameaça comunista” também é discutida no livro *O Fantasma da Revolução Brasileira* (1993), do sociólogo Marcelo Ridenti, obra em que autor descreve as raízes sociais da luta dos grupos armados contra a ditadura militar no Brasil. No caso da estrutura do movimento estudantil, que era essencialmente composto por militantes de esquerda, Ridenti (1993) ressalta que o movimento lutava em defesa das liberdades democráticas, das reformas de base – principalmente a conquista da reforma universitária, que implicava, dentre outras coisas, a extensão do ensino público e gratuito e sua participação na gestão das universidades (fato inaceitável pelo regime militar). Entre 1965 e 1968, as ações do movimento, a repressão governamental numa conjuntura de relativa liberdade de ação, a agitação cultural e a crise econômica instaurada contribuiu para que as organizações de esquerda encontrassem público entre os estudantes, que aos poucos aderiram à militância clandestina, principalmente após a implementação do AI-5, em 1968.

Em relação aos cortes nos investimentos das universidades, Ridenti (1993) destaca que após 1964 os recursos governamentais para o ensino superior foram diminuindo gradativamente. De 1965 a 1968, as verbas para o Ministério da

Educação (MEC) caíram de 11% para 7,7%, no total do orçamento da União; proporcionalmente, também caíram as verbas repassadas do MEC para as universidades, de modo que as federais tiveram redução de mais de 30% em seu orçamento. Este cenário implicou em um congelamento na oferta de vagas, ao passo em que a demanda de estudantes aumentava consideravelmente (vide tabela 2). Um problema que mobilizava o meio estudantil era o dos chamados *excedentes*, ou seja, estudantes aprovados nos vestibulares com média superior a cinco, mas que não podiam frequentar a universidade pois as vagas eram ocupadas por estudantes com melhores notas. Este mesmo problema também era comum em faculdades privadas, pois estas eram, geralmente, ligadas à entidades religiosas que não visavam lucro.

Tabela 2: Vagas no ensino superior brasileiro e número de excedentes

Ano	Nº de vagas nas universidades	Nº de excedentes
1964	57.342	40.139
1966	58.752	64.627
1968	89.582	125.414

Fonte: Gráfico elaborado pela autora. Adaptado de Ridenti (1993)

O problema de excedentes somado à falta de verbas, modernização autoritária e outras iniciativas governamentais, o arcaísmo das instituições pré-64, a crise econômica geradora de arrocho salarial e de estreitamento de oportunidades de trabalho, a chamada “crise da cultura burguesa” e a política repressiva da ditadura contra os estudantes culminou em uma insatisfação generalizada sem precedentes e retomou-se a luta pela reforma universitária, ligada ao projeto de ascensão social pela educação, nos anos anteriores a 1964 (RIDENTI, 1993).

1968 foi um ano incendiário, marcado por explosões e revoltas: operárias, estudantis, ambientais, dos negros, das feministas, dos homossexuais e foi caracterizado por um levante geral ocasionado por um descontentamento social e político, em um cenário de grandes transformações e movimentos de contracultura. Em maio, observou-se a plena efervescência, ao representar o auge de um momento histórico de intensas transformações políticas, culturais e comportamentais que marcaram a segunda metade do século XX. Países como Vietnã, Alemanha,

Estados Unidos, México e República Tcheca reuniram grupos que apresentavam algo em comum: sua indignação e questionamentos ao poder. Na França, sob forte influência inicial da juventude, essa indignação cresceu gradativamente e passou a apresentar diferentes formas de resistência política, seja nos palcos das universidades de Nanterre e Sorbonne ou nas fábricas e ruas do *Quartier Latin*. Estudantes e operários franceses protagonizaram um movimento que marcou a história estudantil para sempre e incentivou sucessivos movimentos de protestos em países europeus e americanos.

O historiador inglês Eric Hobsbawm (1995) explica em seu livro *Era dos Extremos* que houve um crescimento repentino de estudantes (especialmente no ensino superior) e essas mudanças quantitativas foram traduzidas por significativos números de estudantes matriculados nas universidades que, conseqüentemente, não estavam preparadas para tal influxo. O autor também afirma:

Essas massas de rapazes e moças e seus professores, contadas aos milhões ou pelo menos centenas de milhares em todos os Estados, a não ser nos muito pequenos e excepcionalmente atrasados, e concentradas em *campi* ou 'cidades universitárias' grandes e muitas vezes isolados, constituíam um novo fator na cultura e na política. Eram transnacionais, movimentando-se e comunicando ideias e experiências através de fronteiras com facilidade e rapidez, e provavelmente estavam mais à vontade com a tecnologia das comunicações que os governos. Como revelou a década de 1960, eram não apenas radicais e explosivas, mas singularmente eficazes na expressão nacional, e mesmo internacional, de descontentamento político e social (HOBSBAWM, 1995, p. 292).

Para Freire (2008), na América Latina, os confrontos desse período também foram motivados por questões ligadas à educação e ditaduras militares. No México, dezenas de pessoas morreram nas universidades e nas ruas; no Uruguai, violentos confrontos deixaram o governo em estado de emergência. Na Venezuela, Colômbia e Argentina, estudantes ocuparam universidades, decretaram greves e iniciaram a luta armada contra policiais e forças do Exército. Em outras palavras, 1968 representou e ainda representa uma história mundial de contestação à guerra, à sociedade de consumo e ao autoritarismo.

O documentário *Utopia e Barbárie* (2010), de Silvio Tendler, trafega por alguns dos episódios mais polêmicos dos últimos séculos, incluindo o fatídico ano de 1968, dialogando com imagens e depoimentos:

O ano de 68 tem muitas marcas. O mais violento, sem dúvidas, é o mexicano, com mais de 700 mortos na Praça de Tlateloco. O mais famoso é o francês, que registra para a história a marca *Maio de 68*, como sinônimo de todas as lutas daquele ano. Difícil imaginar que Maio de 68 na França tenha começado no mês de março, na Universidade de Nanterre, com um protesto contra os dormitórios masculino e feminino separados. Na terra do amor, o direito dos estudantes dormirem juntos quase derrubou o governo. São muitas as sementes da rebelião, as lutas do terceiro mundo contra o colonialismo e a violência colonial, a utopia anarquista, o socialismo, as experiências lisérgicas, a revolução nos costumes, as lutas antirracistas. Foi como se o mundo inteiro tivesse entrado em ebulição, animado pelas mesmas ideias, pelos mesmos desejos. Passeatas, protestos, revoluções, formavam-se quase que espontaneamente em todas as partes do mundo ao mesmo tempo, sem qualquer planejamento, ou liderança comum. Os alemães chamam essa catarse coletiva de *zeitgeist* – o espírito do tempo.

Para Garcia e Vieira (2008), o ano de 1968 representou um fenômeno histórico de vastas proporções e significações. Para aqueles que viveram intensamente esse ano, sobretudo seus protagonistas, acreditava-se que era o início de um novo ciclo revolucionário mundial, mais radical do que os anteriores – “a revolução na revolução”. Pensar no protagonismo desse ano é, sobretudo, compreender o comportamento de uma geração, a qual Zuenir Ventura descreveu como “geração de heróis ou um bando de *porralocas*”, em seu livro *1968: o ano que não terminou* (1988). Para o autor, esses “heróis” amavam os Beatles e os Rolling Stones, protestavam ao som de Caetano Veloso, Chico Buarque ou Geraldo Vandré, apreciavam o cinema de Jean-Luc-Godard e Glauber Rocha e carregavam dentro de si uma paixão revolucionária. No momento em que a moda era questionar os valores familiares tradicionais, como a monogamia, fidelidade e virgindade, houve uma explosão de sexualidade, violência, prazer e ansiedade. Impedidos de perdoarem seus pais por não terem evitado o golpe de 64, estes jovens deixaram a segurança do lar e partiram para uma aventura de experimentação existencial.

Um neo-existencialismo não pressentido na época convencia aquela juventude a rejeitar uma secular esquizofrenia cultural que separava política e existência, arte e vida, teoria e prática, discurso e ação, pensamento e obra. Essa talvez tenha sido a grande ruptura com a geração anterior – e uma das mais difíceis realizações de 68, principalmente para as ‘revolucionárias’ do comportamento (VENTURA, 1988, p. 31).

De acordo com o sociólogo Marcelo Ridenti, em artigo para o livro *Rebeldes e Contestadores: 1968 Brasil, França e Alemanha* (2008) – organizado por Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira –, o 1968 brasileiro teve suas especificidades, para além da influência dos fatores internacionais e movimentos

contestadores de outros países. O movimento estudantil, por exemplo, seguiu uma dinâmica de luta específica e um calendário político próprio, anterior ao maio de 1968 da França. Isso não significa que os brasileiros não estavam sintonizados com os acontecimentos do momento – pelo contrário, havia uma série de aspectos comuns aos movimentos libertários no mundo todo: inserção numa conjuntura internacional de prosperidade econômica, crise no sistema escolar, ascensão da ética da revolta e da revolução, busca do aumento dos sistemas de participação política, simpatia pelas propostas revolucionárias alternativas ao marxismo soviético, recusa de guerras coloniais ou imperialistas, negação da sociedade de consumo, aproximação entre arte e política, recursos de desobediência civil, ânsia de libertação pessoal das estruturas do sistema capitalista ou comunista, mudanças comportamentais, lutas sociais amplas e interesses imediatos de pessoas, aparecimento de aspectos precursores do pacifismo, da ecologia, da antipsiquiatria, do feminismo, de movimentos homossexuais, de minorias étnicas entre outros que desenvolver-se-iam nos anos seguintes.

Para o livro *1968: o ano que não terminou (1988)*, Zuenir Ventura atuou como narrador-participante e propôs um registro na memória dos principais acontecimentos, criticando um país que sofre de “amnésia crônica”. Ele também ressalta que 1968 ainda povoa o imaginário coletivo, não como objeto de reflexão, mas como uma vaga lembrança. Considerado um período rico demais para ser compreendido em apenas uma visão, Ventura, além de relembrar suas próprias vivências, mergulhou por dez meses em jornais e revistas da época, teve acesso a documentos inéditos até então e reuniu dezenas de testemunhos dos protagonistas 20 anos depois, mesmo ciente da possibilidade de, ao olhar para o passado, “promover um retoque aqui ou uma melhoria ali” (p. 15). Esses protagonistas, muito além dos cabelos longos, tinham a alma incendiada pela paixão revolucionária e era uma juventude que acreditava que tudo deveria se submeter ao político, inclusive arriscavam suas vidas pela política. Movidos por uma sintonia de inquietação e anseios, jovens de todo mundo iniciaram uma transformação planetária e no Brasil, o chamado Poder Jovem também ensaiava a sua tomada de poder. Nomes como: Vladimir Palmeira, Luís Travassos, Carlos Alberto Muniz, Franklin Martins, Jean-Marc Von Der Weid e José Dirceu destacaram-se como alguns dos principais personagens nesse cenário de transformações, unidos com o mesmo ideal revolucionário.

Os parágrafos a seguir utilizarão como fonte principal a pesquisa investigativa de Zuenir Ventura. Considera-se que esse distanciamento pode, instintivamente, levar à romantização ou sacralização da história, no entanto, objetiva-se fundamentar a pesquisa principalmente nas memórias e no discurso dos protagonistas, dentro e fora da luta estudantil.

3.1 MUITO ALÉM DE EDSON LUÍS

Como uma das forças de oposição à ditadura civil-militar, o movimento estudantil no Brasil ousou se contrapor às leis repressivas e mostrou sua capacidade de mobilização social por meio de manifestações, passeatas e atos públicos. Sua articulação por meio de debates, congressos e jornais da mídia alternativa envolveu não somente estudantes, mas também camadas intelectualizadas, trabalhadores e demais cidadãos que tinham em comum o descontentamento com o regime opressor da época. Esses estudantes tiveram um papel fundamental na cultura nacional e batalharam pela conscientização e engajamento da juventude brasileira. Em diversos momentos precisaram atuar de forma clandestina, foram brutalmente reprimidos e massacrados pela polícia assim como os demais movimentos oposicionistas. Eram vistos pelo regime como uma ameaça à segurança nacional, dessa forma, foram alvos de sucessivas tentativas de desarticulação. Motta (2014, p. 30) descreve o episódio mais marcante de repressão e perseguição contra os estudantes, logo no primeiro dia de golpe:

A violência deflagrada pelo golpe visou, com mais intensidade, às lideranças estudantis e suas entidades, consideradas mais comprometidas pela 'infiltração comunista' que o corpo docente. A repressão mais aguda contra estudantes ficou simbolizada pelo episódio de depredação e incêndio, na tarde do dia 1º de abril de 1964, no Rio de Janeiro, do prédio da UNE, objeto de ódio dos grupos de direita e fonte de preocupação constante dos governos militares, que acabaram por proibir seu funcionamento. Também no Rio de Janeiro, o Conselho Universitário da UB dissolveu três diretórios estudantis (Filosofia, Direito e Engenharia), por acusação de indisciplina grave durante os acontecimentos que levaram à 'Revolução'.

Outras batalhas decorreram ao passar dos anos. Segundo Ventura (1988), em 28 de março de 1968, 25 soldados do Batalhão de Choque da PM invadiram o Restaurante Central dos Estudantes (popularmente conhecido por Calabouço). É importante ressaltar que o restaurante reunia diariamente

aproximadamente 10 mil estudantes, portanto, inevitavelmente, o local se transformou num centro de efervescência estudantil. Cintra e Marques (2018) afirmam que em setembro de 1967, no governo Costa e Silva, os subsídios do MEC para o projeto de reforma do restaurante foram reduzidos a ponto de precisarem interromper a obra sem anúncio ou explicações. Além disso, os militares ameaçavam demolir o prédio para construir um viaduto. Os estudantes se mobilizaram e realizaram vários protestos durante meses e uma dessas manifestações ocorreu no dia 28 de março de 1968. Aproximadamente 600 estudantes planejavam uma passeata para o dia seguinte a fim de reivindicar melhorias para o Calabouço e protestar contra a ditadura. No entanto, a polícia (já avisada de antemão) cercou o restaurante pois supuseram que os estudantes atacariam a embaixada americana.

Ventura (1988) relata que a tropa da PM, que chegou por volta das 18h, fez o primeiro ataque com cassetetes. Os estudantes fugiram e depois se reagruparam, avançando sobre os policiais com paus e pedras, fazendo-os recuar. No retorno, iniciaram um tiroteio, que culminou na morte de Edson Luís Lima Souto. Embora não tenha sido o primeiro cadáver da ditadura e mesmo sendo a morte de um jovem desconhecido, no dia seguinte, aproximadamente 50 mil pessoas acompanharam o corpo do estudante ao Cemitério São João Batista.

O corpo foi velado na Assembleia Legislativa e reuniu estudantes, intelectuais e artistas. Foi uma longa noite de discursos indignados, com exibição da camisa ensanguentada do estudante. Logo após ser baleado, Édson Luís foi levado à Santa Casa de Misericórdia, próxima ao Calabouço, aos cuidados dos colegas estudantes. Mesmo sem vida, preocuparam-se em cuidar do corpo, a fim de evitar uma ocultação do cadáver pela polícia e impedir a comprovação do crime. Quando tentaram levar o corpo para o Instituto Médico Legal, os estudantes protestaram, afirmando que o corpo dali não sairia (VENTURA, 1988).

Ventura (1988) aponta que após longas e árduas negociações envolvendo autoridades estaduais, federais e os estudantes, obteve-se a garantia de que o corpo não seria retirado. A autópsia foi feita no Serviço Médico da Assembleia e às 2h30min da madrugada o corpo deixava o ambulatório autopsiado e dentro do caixão. Resolvido o impasse da autópsia, eles temiam pelo enterro, pois seria necessário retirar o policiamento das ruas e impedir que o cortejo fúnebre passasse em frente à embaixada americana e ao Palácio Guanabara. Com as chamadas do rádio e da TV, a notícia da morte de Edson Luís logo se espalhou. Suspendendo

seus espetáculos, os teatros do Rio de Janeiro convocaram seus espectadores para o velório do secundarista, que aos poucos encheu toda a Cinelândia. Intelectuais como Ferreira Gullar, Hugo Carvana, Tônia Carrero, Nara Leão, Di Cavalcanti, Arnaldo Jabor – entre tantos outros, prestaram suas condolências. Populares fizeram fila diante do caixão, enquanto estudantes discursavam ininterruptamente.

Duas horas antes do enterro, a Cinelândia já estava totalmente ocupada. As faixas, cartazes e *slogans* eram exibidos ou gritados: ‘Bala mata a fome?’, ‘Os velhos no poder, os jovens no caixão’. Uma palavra de ordem se destacava pelo irresistível apelo: ‘Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?’ (VENTURA, 1988, p. 102).

Durante mais de duas horas o cortejo percorreu o centro da cidade até o Cemitério São João Batista, em Botafogo. O povo, que acenava com lenços brancos e jogava flores do alto dos edifícios, cantava o hino nacional e entoava a *Valsa do adeus*. Ventura (1988, p. 103) descreveu esse momento relatado pela imprensa, no dia seguinte:

Juntamente com a emoção que tomou conta das pessoas, estudantes ou não, uma retórica fúnebre dominou a imprensa no dia seguinte. Um jornalista escreveu: ‘Édson Luís teve a homenagem que o povo brasileiro costuma consagrar aos seus heróis populares: o Hino Nacional. Sua mortalha foi a Bandeira brasileira’. Outro foi mais longe: ‘o luto e o repúdio à violência surgiram nas faixas negras. O amor, a solidariedade, a saudade estavam nas pétalas de rosas que caíam do alto dos edifícios’. Um terceiro garantia: ‘Desde o sepultamento de Getúlio Vargas, não houve no Brasil homenagem póstuma dessa grandeza’.

O relato do líder Vladimir Palmeira, para Ventura (1988, p. 103), complementou a narrativa do primeiro (de sucessivos acontecimentos) que marcaram aquele ano:

Aquele sol tremendo e as pessoas chegando sem parar, com flores, rosários: crianças de escolas primárias, freiras, mães, pais, alunos de colégios, professoras levando turmas, pessoas inclusive de direita. Crianças de 7, 8 anos, ao lado de mães, velhos, donas-de-casa se exprimindo politicamente pela primeira vez. Parecia que havia uma grande articulação e não era nada disso. Uma coisa contraditória esse enterro: uma manifestação imponente, cheia de vida. Foi comovente.

Édson Luís era apenas um estudante, que viera do interior para estudar, assim como muitos de seus colegas. Não era um líder e nem tinha os

componentes míticos para sonhar o que acabou sendo: um mártir. Sua morte foi o primeiro incidente que sensibilizou e engajou a opinião pública para a luta estudantil.

Quando o golpe militar de 1964 completou seu quarto ano no dia 1º de abril, havia rumores de que o governo decretaria um novo Ato Institucional ou declararia estado de sítio. No dia 30 de março, a agência da CIA no Rio de Janeiro enviou para a sede um relatório de duas páginas, intitulado “Planos iniciais para demonstrações estudantis no dia 1º de abril”:

Os líderes das manifestações estudantis agora planejam uma manifestação gigantesca para o dia 1º de abril, às 17 horas locais, na praça diante da Assembleia Legislativa, onde eles passaram parte do dia 25 de março, manifestando-se. A manifestação de 1º de abril será seguida por uma marcha. O roteiro e os detalhes finais serão tratados pelos estudantes em reuniões na manhã de 1º de abril. Nos planos já há o acordo de se queimar uma Bandeira americana, focalizando a demonstração principalmente contra o governo brasileiro, e, secundariamente, em temas antiamericanos (VENTURA, 1988, p. 108).

A imprensa – destacando-se a coluna *Coisas da Política*, do *Jornal do Brasil*, registrou tais rumores “alarmantes”. Diante da pressão militar, Costa e Silva estava disposto, se não editasse um novo ato ou decretasse o estado de sítio, a ordenar uma intervenção federal na Guanabara, com uma provável extensão a outros estados do país. Os estudantes, que estavam traumatizados em decorrência da morte de Edson Luís e proibidos de se manifestarem nas ruas, protestaram pelos quatro anos da chamada “Revolução de 64”. No dia 1º de abril, às 18 horas, foram às ruas como quem vai para a guerra, portando os “instrumentos” que tinham (paus e pedras). O centro do Rio de Janeiro paralisou, lojas e bancos foram depredados, carros foram queimados, danificaram uma ambulância e dois carros do Ministério da Saúde. Organizados, chegaram a travar lutas com as forças policiais, sobretudo nas imediações do prédio do antigo Ministério da Educação (MEC) quando houve tiroteio e luta corpo a corpo.

Embora desarmados, os estudantes espancaram e sequestraram alguns soldados. No dia seguinte, autoridades classificaram tais atitudes como “as mais modernas técnicas de guerrilha urbana”. Certa vez, quando questionado por correspondentes estrangeiros para uma entrevista coletiva, Vladimir Palmeira relembrou o fato, rindo: “Tudo o que nós sabemos, aprendemos com a polícia” (VENTURA, 1988, p. 109). A verdade é que, pelo menos desde 1966, os estudantes

estavam “acostumados” a apanhar, ou correr. Ao reverter a situação e “devolver” ao inimigo o que com ele tinham aprendido, foram classificados como vilões:

A técnica consistia em atrair grupos de soldados para um determinado lugar – o que era feito pelos chamados ‘pelotões suicidas’ – enquanto o grosso dos manifestantes se dirigia para os verdadeiros locais das passeatas. Os líderes e os coordenadores de grupos movimentavam-se sob a proteção de uma equipe especial, formada por jovens em condições físicas de enfrentar a polícia. Às vezes um grupo se reunia em um local e lá rapidamente recebia indicações de novos pontos de concentração. Buscava-se confundir a polícia e os elementos infiltrados. Os coordenadores tinham instruções para desnortear o próprio grupo, quando suspeitavam da presença de um espião (VENTURA, 1988, p. 109).

Segundo Ventura (1988), logo que soube dos confrontos, o ministro da Justiça Gama e Silva solicitou a ajuda de tropas do I Exército. Às 22h30min, cerca de 1.200 soldados do 2º Batalhão de Infantaria Blindada chegaram em frente ao Ministério do Exército seguidos por cinco carros de combate, oito carros de assalto e dois jipes de comando. Simultaneamente, 120 praças do Forte de Copacabana de juntavam a 90 soldados da PM e com metralhadoras, bombas de gás lacrimogêneo, fuzis e cassetetes ocuparam a Praça Serzedelo Corrêa. De Porto Alegre, para onde fora transferido provisoriamente o governo de Costa e Silva, o mesmo declarou: “Custe o que custar, a ordem será mantida”. Seu chefe de gabinete, o general Jayme Portella, manteve o mesmo discurso: “Temos que ser duros. Não podemos deixar que eles tomem conta da situação” (VENTURA, 1988, p. 111). Sintomaticamente, as agitações estudantis se alastraram por todo o país:

- Fortaleza (CE): o Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS) foi destruído por manifestantes;
- Recife (PE): cerca de 2 mil estudantes realizaram uma passeata proibida;
- Belém (PA): estudantes foram retirados à força da universidade que havia sido fechada pelo reitor;
- Natal (RN): uma greve paralisou todas as faculdades;
- Maceió (AL): houve vários protestos;
- Bahia: um estudante ferido por um policial gerou revolta na população;
- Brasília (DF): universidade foi ocupada por estudantes e cercada pela polícia;
- Minas Gerais: três estudantes foram baleados, um policial foi gravemente ferido por um paralelepípedo e um carro oficial foi incendiado;

- Goiânia (GO): um policial invadiu a Catedral Metropolitana, onde se reuniam estudantes e feriu à bala dois deles: Telmo de Farias e Maria Lúcia Jaime.

Para Sanfelice (1986), no Rio de Janeiro, esse foi o maior movimento de protesto contra o regime já ocorrido até então. O choque de manifestantes com a polícia auxiliada pelo DOPS resultou em outras mortes: o estudante Jorge Aprígio de Paula e o escriturário Davi de Souza Neiva. Além das mortes, 60 populares e 39 policiais ficaram feridos, 321 pessoas foram presas e toda cidade ficou ocupada por tropas federais. A morte passou a ser banalizada e surgiu uma nova palavra de ordem: “Só o povo armado derruba a ditadura”.

Em São Paulo, cidade em que a polícia permitiu as manifestações, o povo foi para as ruas pacificamente. Ventura (1988) levanta uma importante reflexão: os conflitos pareciam ser proporcionais ao número de policiais que a repressão utilizava, porém, só as autoridades não viam isso – ou faziam questão de não ver? Enquanto o Rio de Janeiro – literalmente – pegava fogo, em São Paulo, Plínio Marcos pôde discursar diante do Teatro Municipal. Na quarta-feira (03 de abril), à véspera da missa de sétimo dia de Édson Luís, os militares espalhavam: “o decreto de estado de sítio já está pronto e o presidente da República pode baixá-lo ainda hoje”. O Exército soltou três notas militares – uma pela manhã, uma à tarde e outra de madrugada, conforme descreve Ventura (1988, p. 113):

1. O Exército não foi treinado para atirar em estudantes, mas nos inimigos da Pátria;
2. As autoridades não permitirão atos públicos após as missas;
3. Os pais e responsáveis devem conservar seus filhos afastados de tais manifestações.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) também lançou nota, pedindo para os estudantes manterem a calma, depois de denunciar a infiltração de “agentes de órgãos da repressão”. Nesse clima de apreensão, o governo estadual decretou ponto facultativo nas repartições, feriado bancário e aconselhou o comércio a não funcionar. A partir das 6 horas da manhã, tropas do I Exército, da Polícia Militar e do Corpo de Fuzileiros Navais ocuparam pontos estratégicos da cidade, enquanto centenas de estudantes, artistas, intelectuais e populares se dirigiram para a Candelária (VENTURA, 1988).

Na manhã da quinta-feira, 04 de abril, celebrou-se a missa de 7º dia pela morte de Edson Luís. Segundo o relato do jornalista Fritz Utzeri para o livro *1968 destinos 2008: Passeata dos Cem Mil* (2008), ao final da celebração, no cruzamento entre a Avenida Rio Branco com Getúlio Vargas, o tenente que comandava a tropa ordenou aos seus soldados que desembainhassem os sabres para dispersar cerca de 2 mil pessoas que vinham em sua direção. Mais à frente, 16 sacerdotes de mãos dadas formaram um escudo humano, comandados pelo bispo-auxiliar Dom José de Castro Pinto. Embora o bispo-auxiliar houvesse dialogado com o comandante da PM, explicando que não se tratava de uma passeata ou manifestação, mas sim, uma dispersão; a polícia espancou quem assistia à missa com golpes de cassetete e sabre e jogou seus cavalos sobre mulheres e crianças, agredindo-os brutalmente. Ao fim do dia, mais de 600 pessoas foram levadas para o DOPS e outras dezenas ficaram feridas.

Ventura (1988) narra que antes da violência que os esperava fora da Candelária, nuvens de gás lacrimogêneo penetraram pelas frestas das portas e janelas durante a cerimônia e quando saíram da igreja, depararam-se a uma cena assustadora. Vale ressaltar que a posição da Praça Pio X, onde está situada a Igreja da Candelária, facilitou a ação dos oficiais: “a fachada barroca, com sua porta principal por onde deveriam passar os fiéis sitiados, dá para a menor parte da praça: as saídas são estreitas e mais facilmente bloqueáveis” (VENTURA, 1988, p. 117). Essa posição e os dois mil soldados que cercavam toda a área não deixaram espaço para nenhuma possibilidade de fuga, ocasionando atos de violência e covardia a qualquer pessoa que estivesse tentando sair dali. A palavra de ordem “desembainhar” foi dada diversas vezes pelo major Neyson Auler Rebouças, que comandava a cavalaria. Clamando em nome de Deus, os sacerdotes tentavam explicar que não se tratava de uma passeata e permaneceram na esquina da Avenida Rio Branco até que passasse a última pessoa das centenas que assistiam à missa.

3.2 IMAGENS QUE CONTAM A HISTÓRIA

Os termos “iconografia” e “iconologia” foram criados nas décadas de 1920 e 1930 para serem utilizados em análises de obras de arte. Peter Burke (2004, p. 44), em sua obra *Testemunha ocular: história e imagem* afirma que “para os iconografistas, pinturas não são feitas simplesmente para serem observadas, mas também para serem ‘lidas’”. A prática da iconografia também implica uma crítica ao realismo fotográfico em nossa “cultura de instantâneos”, ou seja, estes iconografistas – ou historiadores da arte – se opuseram à ideia de superficialidade na interpretação das imagens e buscaram enfatizar o conteúdo intelectual das obras, bem como sua filosofia ou teologia empregada (BURKE, 2004).

O grupo mais famoso de iconografistas que se tem registro se deu em Hamburgo, alguns anos antes da ascensão de Hitler ao poder. Reuniam-se estudiosos com boa educação clássica e interesses por literatura, história e filosofia. Dentre eles, destacou-se Panofsky, cujo ensaio publicado em 1939 sintetizou o enfoque dado às imagens, o qual se distinguia três níveis de interpretação correspondendo a três níveis de significado: 1. Descrição pré-iconográfica, voltada para o “significado natural” e identificação de objetos; 2. Análise iconográfica, voltada para o “significado convencional” (reconhecendo os fatos tais como são); e 3. Interpretação iconológica, voltada para o “significado intrínseco”, ou seja, princípios subjacentes que revelam a atitude básica de um período, uma nação, classe, crença religiosa, filosofia. É nesta terceira análise que as imagens oferecem evidência histórica (BURKE, 2004).

Para a leitura de fotografias, o método de Panofsky influenciou na Proposição Metodológica de Análise e Interpretação das Fontes Fotográficas de Boris Kossoy, sendo que, para este, o desmonte do signo fotográfico se dá em duas etapas complementares: a análise iconográfica, que corresponde a apenas parte da busca pela compreensão da fotografia, e a interpretação iconológica, que de acordo com Kossoy (2007, p. 46), busca “detectar seus elementos constitutivos (fotógrafo, assunto, tecnologia) e suas coordenadas de situação (espaço, tempo)”.

Ao analisar as fotografias de Evandro Teixeira, nota-se que essas imagens carregavam e ainda carregam um significado ainda maior do que uma simples fotografia jornalística. Em seu livro *1968 destinos 2008: Passeata dos 100*

mil (2007), Teixeira afirma que a câmera fotográfica foi a “arma” escolhida para lutar contra a ditadura. Seu compromisso era, de fato, registrar imagens com o propósito de denunciar as arbitrariedades e as injustiças cometidas pelo governo militar. Em um período de forte censura, principalmente na imprensa, as fotografias tinham o poder – e o dever – de comunicar além do óbvio.

As fotografias que serão analisadas a seguir foram tomadas por Evandro Teixeira em 1968, nos eventos: Sexta-feira Sangrenta e Passeata dos 100 Mil. Essa análise objetiva revisitar esses eventos do movimento estudantil por meio da identificação de elementos estéticos e visuais da imagem, juntamente com a narrativa do fotógrafo em entrevista concedida à autora em julho de 2019 e em seu documentário *Instantâneos da Realidade* (2004). Como complemento da análise, a autora propõe um levantamento histórico bibliográfico por meio de livros, artigos e pesquisas sobre o movimento estudantil. Para a seleção das imagens, levou-se em consideração, também, elementos estéticos da imagem a fim de propor discussões, comparações e identificação de contrastes, dentro do contexto em que estão inseridas individualmente.

Como aponta Reis Filho (2004), em história, enquanto ainda se desenrolam enfrentamentos ou mal se encerram, já se desencadeiam as batalhas de memória: “porque o tempo dá voltas inesperadas, os derrotados de ontem, na luta aberta, podem ser os vitoriosos de amanhã, na memória coletiva” (p. 30). O intuito não é restabelecer verdades, mas compreender de que forma a memória implica na construção desses símbolos tardios, construídos pelas lentes e pelo discurso de Evandro Teixeira. É importante ressaltar que foi necessário um distanciamento histórico para Teixeira tornar-se o que é hoje: narrador e testemunha ocular.

3.2.1 O famoso anônimo

Figura 7: Sexta-feira Sangrenta na Cinelândia, 1968.



Fotografia: Evandro Teixeira. Fonte: *Evandro Teixeira: um certo olhar* (2014).

Partindo dos conceitos de Panofsky e Kossoy, a primeira etapa da análise iconográfica parte da busca pela compreensão da fotografia (Figura 7). Ao primeiro olhar, constata-se que é uma imagem em preto e branco, com três pessoas em destaque no primeiro plano, uma pessoa em segundo plano e inúmeras pessoas em terceiro plano. É uma fotografia que indica uma ação, um movimento, que pode ser observado nos três homens que estão em destaque, dois correndo e outro prestes a cair. O movimento também é observado ao fundo da imagem, que está desfocado. É o retrato de uma aparente perseguição, cujos personagens são dois soldados armados com cassetetes e um jovem desarmado, prestes a ser punido. Ao fundo, um espectador assiste à cena, enquanto o fotógrafo, sujeito oculto, captura, no ar, os segundos que antecedem uma queda e ao que tudo indica, um ato de violência.

A segunda etapa – interpretação iconológica – busca detectar os elementos constitutivos da imagem e suas coordenadas de situação, espaço e tempo. Como já fora mencionado anteriormente, a fotografia foi tirada por Evandro Teixeira, no dia 21 de junho de 1968, data que posteriormente ficou conhecida por “Sexta-feira Sangrenta”.

Quando chegamos na Cinelândia, com câmera na mão, na corrida, tudo na disparada, não era nada parado. Isso aqui se você prestar atenção, se você olhar com muito cuidado, vão ver que ela tá ligeiramente tremida, ela tá tecnicamente...porque era tudo na mão, câmera na mão, corrido, você não parava, era ‘pá’, disparava e... então o estudante bate a cabeça no meio fio, fica morto ali... ai, que coisa horrível...deu um berro horroroso, morreu ali, ficou ali, como se diz... se ‘estribuchando’, e eles partiram em cima de mim e eu, como corria muito bem, eu consegui fugir. (Trecho da entrevista concedida à autora, em 25 de julho de 2019).

Devido aos riscos pela forte repressão da polícia aos manifestantes, o fotógrafo capturava o que conseguia enquadrar, em segundos, geralmente em um único clique. Como relata o jornalista e ex-diretor do *Jornal do Brasil* Marcos Sá Corrêa, no livro *1968 destinos 2008: Passeata dos 100 Mil* (2007, p. 30): “o profissional, àquela época, tinha de acertar no puro instinto a exposição do filme Tri-X em qualquer luz que lhe surgisse pela frente”.

Embora a fotografia tenha sido tomada na sexta-feira, 21, o embate já havia começado dias antes. No mês de junho, o governo brasileiro estava preocupado com a possibilidade de se repetir no Brasil o maio francês e acreditavam que havia um “plano comunista” de exportação de agitações estudantis. Ventura (1988, p. 133) transcreveu uma das declarações de Costa e Silva: “Enquanto eu estiver aqui, não permitirei que o Rio se transforme em uma nova Paris”. Os dias 19, 20 e 21 de junho – quarta, quinta e sexta-feira (que posteriormente, ganhou o adjetivo “sangrenta”), fez com que a promessa do presidente quase fosse quebrada. Nesses dias, o centro do Rio de Janeiro assistiu a uma sequência de batalhas campais protagonizadas não somente por estudantes contra policiais, mas do povo em geral que estava sendo brutalmente agredido nos últimos dias.

Ao contrário do movimento francês, não se lutava no Brasil contra abstrações como a ‘sociedade de opulência’ ou a ‘unidimensionalidade da sociedade burguesa’, mas contra uma ditadura de carne, osso e muita disposição para reagir. As barricadas de maio de Paris talvez não tenham causado tantos feridos quanto a ‘sexta-feira sangrenta’ do Rio, para citar

apenas um dia de uma semana que ainda teve uma quinta e uma quarta quase tão violentas (VENTURA, 1988, p. 134).

O cenário era caótico. As batalhas prosseguiram com a mesma intensidade, percorrendo a Avenida Rio Branco e as ruas México e Graça Aranha. A tabela 3 apresenta, cronologicamente, os fatos que se desenrolaram desde quarta-feira (19/06) até o principal embate – a Sexta-feira Sangrenta (21/06):

Tabela 3: Batalha entre estudantes e policiais, nos dias 19, 20 e 21 de junho de 1968

Quarta-feira (19/06)	Quinta-feira (20/06)	Sexta-feira Sangrenta
<p>Pela manhã, houve concentrações estudantis em três pontos do centro da cidade. Vladimir Palmeira chegou à Praça Tiradentes por volta das 8h, para discursar. Pela primeira vez haviam marcado uma concentração naquele local, devido à sua amplitude e exposição, pois acreditavam que “não era necessário se esconder”.</p>	<p>Foi convocada uma Assembleia geral pela UNE e pela UME para negociar a soltura do líder Jean Marc Van der Weid e reivindicar mais verbas e vagas nas universidades. Às 9h, quando chegaram as primeiras representações de algumas faculdades, choques da PM já estavam posicionados nos arredores da Faculdade de Economia, na Praia Vermelha.</p>	<p>A batalha se intensificou e além dos estudantes, houve a adesão do povo. 13h15min: soldados da PM, armados de fuzil, atiraram nos manifestantes, nas proximidades do edifício Avenida Central. Populares e estudantes correram em várias direções. Agentes do DOPS atiraram mais de 20 bombas de gás lacrimogêneo em populares e agrediram senhoras, grávidas e crianças.</p>
<p>08h30min: Quando o líder subiu em um poste para falar com o público, notou que algumas lojas próximas, que haviam acabado de abrir, estavam se fechando. Ciente dos riscos de um possível combate, líder e liderados rumaram em direção ao prédio do MEC, local onde encontrou Franklin Martins e seu outro grupo. Para eles, o conflito ia começar e acabar logo: algumas pedras jogadas nos vidros da embaixada dos Estados Unidos, discursos, as “mesmas coisas de sempre”.</p>	<p>11h30min: a liderança desistiu de realizar a reunião no <i>câmpus</i> e convocou os estudantes para o Teatro de Arena. Nesse momento, chegou um outro caminhão da PM com mais soldados. Era visível que um cerco policial se formava em torno de onde se localizava também a reitoria.</p>	<p>13h30min: Na Avenida Rio Branco, estudantes e populares começaram as barricadas. Reuniram-se cerca de 2 mil pessoas, que resistiram à repressão policial por quase duas horas. A cavalaria da PM veio acompanhada de dois batalhões de Choque. A polícia conseguiu atravessar a primeira barricada e abriu fogo com tiros de fuzil e pistola 45. Agentes do DOPS juntaram-se à repressão. Enfurecidos com a adesão popular, oficiais atiraram para o alto, em direção aos edifícios – que atiravam vasos e outros objetos em sua direção.</p>
<p>Em seguida, um veículo do DOPS fez o primeiro ataque com bombas de gás lacrimogêneo. Os estudantes correram, mas foram cercados de um lado por agentes do DOPS e da</p>	<p>12h15min: Vladimir Palmeira anunciou que recebera uma informação de que o esquema policial estava aumentando e que havia ordem de prender as lideranças na saída. Palmeira</p>	<p>14h30min: Já sem comando, a polícia tentou resistir aos ataques contra os “subversivos”. Alguns manifestantes foram presos e muitos ficaram feridos. Ao mesmo tempo, a Biblioteca</p>

<p>Polícia Federal, do outro por soldados da Polícia Militar. Todos gritavam: “vamos atirar para matar!”.</p>	<p>sugeriu que os estudantes subissem até a reitoria, local em que estava reunido o Conselho Universitário, para dar início às negociações com os professores e o reitor da UFRJ.</p>	<p>Nacional foi invadida por policiais que atiraram bombas em rapazes e moças.</p>
<p>12h: o povo começou a reagir. Jogaram pedaços de gelo do alto de prédios para acertar a polícia e em questão de minutos, outros objetos foram arremessados. Próximo ao Teatro Municipal, Vladimir Palmeira interrompeu o discurso ao ouvir disparos de tiros e fugiu.</p>	<p>15h30min: noticiaram a prisão de dois funcionários da UFRJ, além de vários estudantes. O reitor decidiu, então, pedir a retirada do dispositivo policial. Às 16h30min, retornou afirmando que tivera entendimentos com o chefe de policiamento e obteve a garantia de que os estudantes não seriam molestados “desde que saiam em ordem, em pequenos grupos, sem fazer passeata ou qualquer manifestação”.</p>	<p>Durante quase dez horas, lutaram com as “armas” que tinham em mãos: paus e pedras e atiraram do alto de prédios garrafas, cinzeiros, cadeiras, vasos de flores e até uma máquina de escrever.</p>
<p>A participação dos líderes no confronto se encerrou após os disparos, mas o povo tomou as ruas e deu continuidade. O comandante ordenou dispersão dos soldados.</p>	<p>18h30min: o reitor voltou com a informação de que as tropas seriam retiradas, tanto do sistema ostensivo como o de policiais à paisana. Ao saírem da assembleia, os estudantes foram massacrados.</p>	<p>Alguns hospitais divulgaram números do combate: 23 pessoas baleadas, 4 mortes (incluindo o soldado da PM – Néelson de Barros, atingido por um tijolo lançado de um edifício, 35 soldados feridos a pau e pedra, 6 intoxicados e 15 espancados pela polícia. No DOPS, aproximadamente mil presos amontoaram-se.</p> <p>* O verbete do Centro de Documentação de História Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, fala em “um saldo de 28 mortos, segundo informações dos hospitais – ou três, segundo a versão oficial” (Fonte: Memorial da Democracia)</p>

Fonte: Gráfico elaborado pela autora. Adaptado de Ventura (1988).

A expressão do suposto estudante caindo ao chão (Figura 8) indica a reação de pânico devido ao ataque dos policiais descrito acima. A mão de um dos policiais, indicando um sinal de “pare”, pode ter sido uma ação que pretendia evitar a queda do jovem, que segundo o relato de Evandro Teixeira em entrevista concedida à autora e em seu documentário *Instantâneos da Realidade* (2004), levou-o a óbito.

Figura 8: Detalhes da imagem.



Fotografia: Evandro Teixeira. Fonte: Recorte adaptado pela autora, 2020.

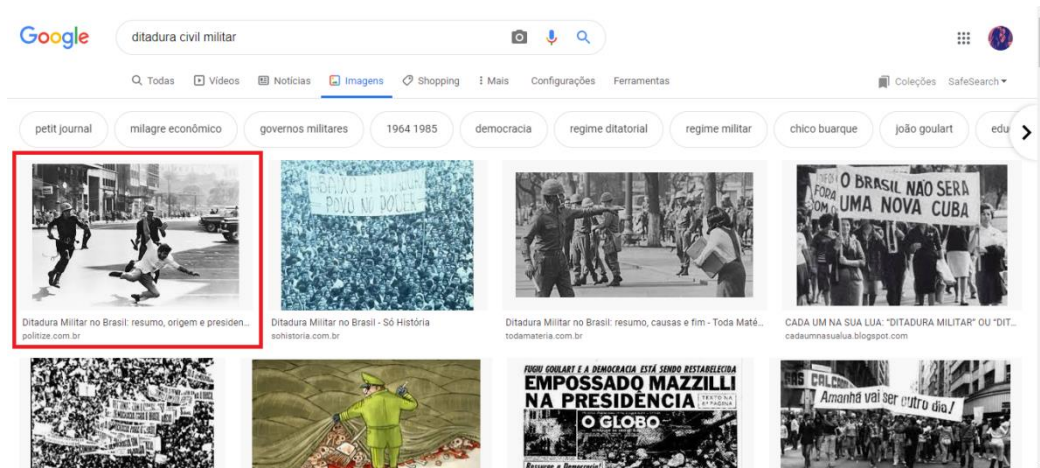
Por fim, traz-se uma reflexão referente ao subtítulo proposto para a fotografia analisada: o famoso anônimo. No dia 22 de junho de 1968, a fotografia saiu na primeira página do *Jornal do Brasil*, abaixo da manchete “Luta domina Rio e estudantes vão continuar” (Figura 9). Tecnicamente, o objetivo de denúncia, de fato, foi conquistado imediatamente. A truculência foi exposta visualmente, caso os textos não conseguissem expressar a barbárie em sua totalidade. Conseguiram driblar os censores e o resultado foi a imortalidade do registro, que perpassou décadas e continua aparecendo nos principais portais jornalísticos da atualidade e em trabalhos acadêmicos.

Figura 9: Primeira página do Jornal do Brasil, 22 de junho de 1968.



Fonte: Acervo digitalizado do *Jornal do Brasil*, adaptado pela autora (2020).

Figura 10: A fotografia no site de busca.



Captura de tela, adaptado pela autora (2020). Fonte: Google.

A fotografia de Evandro Teixeira é a primeira imagem sugerida pelo Google ao pesquisar com as palavras-chave “ditadura civil militar” (Figura 10). Fazendo outras pesquisas de imagens com as palavras-chave “movimento estudantil 1968” e “Evandro Teixeira”, novamente a fotografia aparece em diversos sites e em diferentes reportagens, em portais famosos como *El País*, *O Globo*, *Veja* e *Memórias da Ditadura* (ver anexos A, de 1 a 8). A imagem está associada tanto a notícias sobre a ditadura civil militar e o movimento estudantil, como em notícias sobre o trabalho de Evandro Teixeira. No meio acadêmico, principalmente nos trabalhos citados anteriormente na Tabela 1, a fotografia também aparece, seguida de análises e contextualizações históricas.

Em outubro de 2018, às vésperas das eleições presidenciais, a fotografia de Teixeira circulou nas redes sociais acompanhada de uma mensagem falsa: “Esta foto não tem preço...o vagabundo do Lula apanhando” (Figura 11). Os jornalistas do G1, Julião e Couto (2018), desmentem a *fake news* atribuindo a imagem ao seu verdadeiro contexto histórico, citando trechos da entrevista de Teixeira concedida a Boni (2012). Ao final da matéria, explicam também que de acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva trabalhava na Metalúrgica Villares, em São Bernardo do Campo.

Figura 11: Fotografia de Evandro Teixeira associada a *fake news*.



Fonte: G1.

Ao propor um estudo mais aprofundado desta imagem tão famosa e significativa, constata-se que pouco se sabe sobre os protagonistas, aliás, o protagonista da imagem. Quem é esta pessoa prestes a cair? O que aconteceu, de fato, momentos após a imagem ser tirada? Os indícios que se tem são dados por Teixeira, em sua posição de testemunha ocular – um estudante de medicina, que morreu após a queda:

Na sexta-feira negra, o Jornal do Brasil foi totalmente fechado a tiro. Tudo começou na embaixada americana, ali na Rua México, começaram a atirar na gente e aí nós corremos pra Cinelândia e aí eu fiz aquela foto do estudante caindo, que era um estudante de medicina. Ele ali ficou morto, deu um berro, uma coisa horrorosa, e ficou estirado, morto ali no chão. E ali a coisa partiu da Rio Branco em direção à Candelária, e ali, quem estava na frente era massacrado. (Trecho retirado do documentário *Instantâneos da Realidade* (2004).

A informação sobre a morte do estudante é dada por Evandro Teixeira em entrevista concedida à autora, em seu documentário, em seu livro biográfico e em demais entrevistas concedidas a outros portais. No entanto, muitas fontes indicam que não há outro registro que confirme a morte do estudante, a não ser o testemunho do fotógrafo. Como também não há, dentro da mesma perspectiva de análise e pesquisa, outros registros de informações sobre quem é essa pessoa, qual é o seu nome, quantos anos ele tinha. Por isso, o subtítulo: famoso anônimo. Seu último registro em vida – de acordo com Teixeira – foi essa fotografia. Embora ‘famoso’, segue no anonimato, assim como tantos outros mortos da ditadura. Ao contrário de Edson Luís, que não teve um registro tão marcante quanto este, mas tornou-se conhecido após sua morte.

Em *O Poder Jovem*, Poerner descreveu o secundarista morto, filho de uma lavadeira, como um menino ainda – completara 18 anos em 20 de fevereiro (...) ‘Órfão de pai, viera, havia três meses, de Belém do Pará, para cursar o artigo 99 do 1º ciclo (uma espécie de supletivo) no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo do Calabouço, onde passava a maior parte do dia, inclusive auxiliando em serviços burocráticos de secretaria e de limpeza do estabelecimento’. Edson, segundo Bernardo, ‘era uma pessoa meio que adotada pelo movimento. Não era uma liderança, mas uma pessoa muito querida. Foi morto porque estava numa passeata contra o fechamento de um restaurante estudantil – essa é a moral da história’. (CINTRA; MARQUES, 2018).

Retornando aos acontecimentos que culminaram na Sexta-feira Sangrenta, no dia seguinte (22 de junho de 1968) intelectuais, artistas e imprensa

mobilizaram-se para contestar a repressão dos últimos dias e concentraram-se em frente à sede do Fluminense Futebol Clube, para marchar até o Palácio Guanabara. Entre eles estavam Clarice Lispector, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Oscar Niemeyer, Ferreira Gullar, Luís Carlos Barreto, Hélio Pellegrino, Ziraldo entre outros. Segundo Utzeri (2007), os quase 300 intelectuais clamavam pelo direito da livre manifestação de pensamento, pelo direito de se reunirem e protestar e a destituição do secretário de Segurança Pública, responsável pelas ocorrências. Ao chegar no portão do palácio, o escritor Hélio Pellegrino apresentou-se ao guarda: “Somos intelectuais e estamos desarmados. Somos pacíficos. Queremos uma audiência com o governador” (VENTURA, 1988, p. 146).

Após um telefonema do governador, foi autorizada a entrada de todos, que superlotaram o salão nobre do Palácio Guanabara. À frente, Hélio Pellegrino discursou como porta-voz dos intelectuais:

Senhor Governador Negrão de Lima, eu fui um eleitor seu e posso lhe garantir que a esmagadora maioria dos intelectuais aqui presentes também foram eleitores seus. O senhor ocupa o seu lugar por delegação nossa. O poder que o senhor exerce é também, fundamentalmente, assunto nosso. Por isso aqui estamos para interpelá-lo com respeito, mas com austeridade. Temos a dizer-lhe, nós que somos responsáveis, que os estudantes não são baderneiros. Os estudantes representam hoje a vanguarda mais lúcida, mais limpa e mais corajosa da luta do povo brasileiro contra a opressão do Estado (VENTURA, 1988, p. 147).

Pellegrino lembrou todas as atrocidades cometidas pela polícia naquela semana, incluindo a fala do reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Clementino Fraga –, que havia dado sua palavra de que os estudantes estariam seguros ao sair da assembleia. O orador seguiu o discurso:

A polícia simulou uma retirada, os estudantes saíram – fiados na palavra do Senhor Governador e fiados no testemunho dessa palavra dada pelo reitor – mas foram agredidos, espancados, presos, tocados, humilhados e ofendidos. Nós vimos fotografias de moças de quatro, de moças com o rosto enterrado na grama do campo de futebol, e isto não nos honra, isto não é correto, não é direito. Senhor Governador, a sua palavra não foi respeitada. Isto é lastimável, e como o seu poder emana de nós – pois o senhor é o candidato que elegemos –, e, na medida em que sua palavra não é respeitada, nós estamos desrespeitados, nós queremos lhe pedir uma opção: ou o senhor, conosco, honrando o mandato que nós lhe demos, cumpre sua palavra de candidato, de fazer do Estado de Guanabara um Estado democrático, ou então o senhor opta por estar contra o povo e ao lado daqueles que o fuzilam (VENTURA, 1988, p. 147).

E finalizou:

Eu não creio, por sua tradição, por toda a sua vida pública, que o senhor faça uma opção tão melancólica. Nós estamos aqui para lhe pedir, ou, melhor, lhe exigir, várias coisas: o senhor tem de dar uma satisfação à opinião pública, que, maciçamente, esteve ao lado dos estudantes. Além do mais, exigimos, porque seu poder é legítimo e não usurpado, libertar os presos, pois há muita gente presa, há um clima de terror e nós não sabemos onde eles estão (VENTURA, 1988, p. 148).

Constrangido pela argumentação de Hélio Pellegrino e sentindo-se impotente diante da situação, o governador Negrão de Lima tentou se justificar, alegando que a PM às vezes tinha de ser violenta, referindo-se ao oficial morto pelos populares, em um dos ataques:

Exigir do soldado, que é uma pessoa modesta e está em cumprimento de uma missão, que leve uma pedrada, fique ferido e ainda responda, talvez agradecendo, é bem difícil, e não sei como qualquer de nós se comportaria numa posição ou noutra (VENTURA, 1988, p. 150).

Foram inúmeros debates – uma interminável guerra oratória –, no entanto, conquistaram um dia pacífico, sem intervenção da polícia, para protestarem. Além de artistas, intelectuais e estudantes, também conseguiram a adesão da igreja, das associações de mães e dos professores. O dia mais marcante e simbólico de todo o ano estava prestes a acontecer, e será analisado no tópico a seguir.

3.3CEM MIL PESSOAS NAS RUAS

Naquele 26 de junho, ao contrário de outras manifestações, não havia tropas de choque da PM nas ruas. Utzeri (2007) relata que às 10 horas, a Praça Marechal Floriano começou a receber estudantes, professores, intelectuais, artistas, mães, padres e populares. Às 11 horas, a multidão aproximou-se de 15 mil pessoas, ocupou as escadarias do Teatro Municipal e a estátua do Maestro Carlos Gomes. Utzeri, que esteve presente naquele momento, relatou: “a marcha dos 100 mil foi o troco da Marcha da Família, com a qual, quatro anos antes, a classe média expressava apoio ao Golpe. A roda viva da história girara e o governo, pela primeira vez, estava na defensiva” (TEIXEIRA, 2007, p. 36).

Vladimir Palmeira foi acompanhado por José Américo Pessanha (representante dos professores), Hélio Pellegrino (representante dos intelectuais) e Dona Irene Papi, a “supermãe” (personagem de Ziraldo, representando as mães). A passeata começou às 13h40 e sem alto-falantes: pessoas da frente ouviam o discurso de Palmeira e repetiam para os demais, em tom de oração. A multidão, movendo-se, clamava também o hino da independência, principalmente a estrofe: “ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil”. Vale ressaltar que o hino nacional havia sido apropriado pelos militares (UTZERI, 2007).

Ao chegar à Candelária, Palmeira começou o seu primeiro discurso:

Pessoal: a gente é a favor da violência quando ela é aplicada para fins maiores. No momento, ninguém deve usar a força contra a polícia, pois a violência é própria das autoridades, que tentam, por todos os meios, calar o povo. Somos a favor da violência quando, através de um processo longo, chegar a hora de pegar nas armas. Aí, nem a polícia, nem qualquer outra força repressiva da ditadura poderá deter o avanço do povo. A gente não está aqui por favor. A manifestação de hoje custou três dias de luta muito dura (VENTURA, 1988, p. 157).

Segundo Ventura (1988), os encarregados da organização da passeata foram, principalmente, Franklin Martins e Marcos Medeiros. Os “produtores”, que haviam madrugado no IFICS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, passaram a noite estudando e articulando o momento que, de fato, não havia sido previsto de acontecer da forma que aconteceu. Medeiros, pela manhã, acreditava que 20 mil pessoas estariam nas ruas. Martins, mais ousado, apostava nas 50 mil pessoas. Ao fim do discurso de Palmeira, a estimativa era de que mais de 70 mil pessoas tomaram a Cinelândia, mas para muitos, o número era ainda maior: 100 mil. Do alto das escadarias da Assembleia Legislativa, da Biblioteca Nacional ou do Teatro Municipal, a visão era de um espetáculo inédito. Grupos individuais, mas que representavam a união em prol de um descontentamento geral, carregavam cartazes com palavras de ordem. Não eram só estudantes, artistas ou intelectuais – eram professores, bancários, mães, garis, engenheiros, arquitetos, médicos, padres... até políticos, do alto da escadaria da Assembleia: o senador Mário Martins (pai de Franklin Martins) e seu suplente Marcelo Alencar; os deputados estaduais Alberto Rajão, Ciro Kurtz, Fabiano Villanova, Jamil Haddad; e os deputados federais Márcio Moreira Alves e Otávio Caruso.

Todos os representantes da passeata tiveram a oportunidade de discursar e fazer suas exigências. Na ala dos professores, José Américo Pessanha leu as reivindicações apresentadas ao ministro da educação Tarso Dutra, como a libertação de todos os presos e garantia de liberdade nas universidades. Às 13h40min, Vladimir Palmeira fez outro discurso, dessa vez para encerrar a concentração e dar início à passeata:

A ditadura mais descarada adora leis, deixa eles fazerem leis. Façam uma, duas, três constituições, instalem e depois amordacem um, dois, três congressos. A gente deixa, pessoal. Mas a gente sabe que não hoje, mas até o fim desta luta a gente derruba uma, duas, três constituições e faz nova lei e nova assembléia, porque esta assembléia não resolve problema de ninguém. Mas, minha gente, não pense que aplaudir e gritar 'abaixo a ditadura' é uma vitória. Hoje a repressão não veio porque não pode. E a nossa vitória é esta: ter saído na raça porque achava que tinha que sair. Mas a gente vai voltar pra casa, o estudante pra a aula, operário pra a fábrica, repórter pro jornal, artistas pro teatro. E é em casa, no trabalho, que a gente vai continuar a luta. Eu quero botar isso em votação: a gente vai continuar essa luta? (VENTURA, 1988, p. 161).

Com os milhares de braços levantados após o discurso de Palmeira, a passeata se movimentou em direção à Candelária, com o líder à frente. Os populares que acompanhavam a aglomeração pela calçada ou pela janela dos prédios, eram "intimados": "você, que é explorado, não fique aí parado" (VENTURA, 1988, p. 161). Quando o relógio marcava 16h e a multidão chegava ao lugar que já havia sido palco para a repressão, Vladimir Palmeira não deixou de lembrar:

Este lugar tem um significado muito grande para nós. Na missa de Édson, foi aqui que nós fomos violentamente reprimidos. Hoje o panorama é diferente. Prova de que a potencialidade de luta popular é maior do que as forças da repressão. Hoje, damos uma demonstração de força e de fraqueza ao mesmo tempo. Temos força para retomar a praça, mas ainda não podemos tomar o poder que eles usurparam (VENTURA, 1988, p. 164).

Antes de dispersar a multidão, Palmeira pôs em votação uma proposta de comissão que trataria da libertação dos estudantes presos nas últimas manifestações. De acordo com Utzeri (2007), a "Comissão dos 100 mil" foi constituída pela representação estudantil com Franklin Martins e Marco Medeiros, do representante intelectual Hélio Pellegrino, do clero com Padre João Batista, dos professores com José Américo Pessanha e representando as mães, escolheu-se Irene Papi.

3.3.1 Realidade modelada...ou emoldurada?

Figura 12: Passeata dos 100 Mil, Rio de Janeiro, 1968.



Fotografia: Evandro Teixeira. Fonte: *1968 Destinos 2008: Passeata dos 100 mil* (2007).

Evandro Teixeira seguiu rumo à Cinelândia para receber o líder estudantil Vladimir Palmeira, que chegou com outros estudantes à sua volta. Nesse dia, como já fora mencionado anteriormente, não havia tropas de choque da PM nas ruas. Em entrevista concedida à autora, Teixeira descreve esse momento histórico da luta estudantil:

Essa foto foi na grande manifestação dos Cem Mil. Na realidade era umas cem mil pessoas mesmo, foi o dia mais lindo do Rio de Janeiro, os militares deram de presente aquele dia. Deram aquele dia para os estudantes. [...] a passeata dos cem mil foi um dia de glória que eles deram, eles disseram 'ó, esse dia é de vocês'. Foi uma coisa que nem sequer uma pessoa escorregou e caiu, de tão lindo assim. O discurso do Vladimir Palmeira que abriu, chegando os intelectuais na praça, Chico Buarque, Antônio Callado, Otto Lara Resende, tantos famosos... Gilberto Gil, jornalistas... foi um dia magnífico. No dia seguinte, a coisa mudou. O galo cantou. No dia seguinte, salve-se quem puder.

Com base em conceitos de Panofsky e Kossoy, inicia-se a análise iconográfica da figura 12. Em um primeiro olhar, trata-se de uma imagem em preto e branco, que retrata um aglomerado de pessoas com uma faixa (objeto presente na imagem). É possível compreender que era uma manifestação contra a ditadura civil-militar, pois o objeto da imagem traz uma mensagem que remete ao protesto: “Abaixo a ditadura. Povo no poder”. Em um cenário ditatorial e sem democracia, clamava-se nas ruas o poder popular. O efeito de aglomeração traz uma ideia de união e força, que se atenuou por apresentarem interesses comuns.

Para o segundo nível de análise – a interpretação iconológica, compreende-se que, diferentemente da fotografia do “famoso anônimo” (que foi tomada em movimento devido ao confronto e à violência da Sexta-feira sangrenta), essa fotografia não indica movimento, pelo contrário, indica ser uma foto pensada, revelada em sua forma estática. Essa ausência de movimento está diretamente ligada ao seu contexto histórico: uma passeata pacífica, sem intervenção militar.

Para o livro *1968 destinos 2008: Passeata dos 100 Mil* (2007), o jornalista Marco Sá Corrêa relata que Evandro Teixeira, diferente dos demais fotógrafos, ousava em levar sua *Leica*, aparato que a maioria de seus colegas de profissão considerava ultrapassado. Foi com ela que o fotógrafo fez o registro da passeata, com simplicidade, mas com objetividade. Complementa que, provavelmente, Teixeira revelou o filme em um cubículo, sob os degraus de madeira da escada que ligava a redação à gerência no JB. Era aconselhado secar o negativo o mais rápido possível, para entregar ao laboratorista o mais rápido possível, antes dos outros fotógrafos, aumentando as chances de sua fotografia sair na primeira página. Tudo corrido, assim como o momento de efervescência dos discursos e manifestações de 1968.

Para o livro *Evandro Teixeira: um certo olhar* (2014), Corrêa faz outras observações sobre a imagem: a primeira, é que Evandro Teixeira optou por fotografar numa perspectiva verticalizada, do alto da escadaria da Câmara Municipal, diferente de uma cena de chão. Observando a imagem, têm-se a sensação de que o espectador enxerga um retrato, que foi tirado do alto. A foto, que foi realizada por volta das 11 horas da manhã, era de um momento em que as pessoas ainda se concentravam e apenas cerca de 15 mil pessoas estavam no local. No entanto, têm-se a sensação de totalidade, como se estivesse uma multidão absoluta.

A segunda observação de Corrêa (2007) é que apesar de conter uma faixa com os dizeres “Povo no poder”, o povo representado na foto, em si, são estudantes brancos, de óculos – ou seja, representa mais uma camada elitizada do que o povo, de fato. Observa-se, também, a expressão dessas pessoas: a grande maioria não demonstra sofrimento, mesmo em meio a um cenário caótico e repressivo. A expressão é de alegria, talvez o motivo seja a autorização do governo e por ser um ato pacífico, sem intervenção militar. O livre direito de se expressar é identificado dessa forma. Nas palavras de Teixeira para Moreira (2014, p. 89): “Vladimir era o foco. Mas uma hora vi que era preciso olhar além dele, e me virei para a multidão que estava ali escutando seu discurso”.

Fotografar a multidão com cartazes é uma das estratégias adotadas pelos fotógrafos, para atribuir poder narrativo e simbologias por meio da imagem. Por conta da censura, como foi dito anteriormente, a imagem tinha como função sintetizar o acontecimento referido e deveria servir de complemento às informações do texto escrito, que por vezes era censurado ou alterado. Moreira (2014) afirma que essa foto foi uma das escolhidas pela editoria do jornal para a edição do JB no dia seguinte, no entanto, foi censurada. Na tentativa de driblar a proibição, os jornalistas falaram mal do estudantes para os censores na hora da redação, no entanto, a faixa (elemento central da foto) incomodou os oficiais. Por fim, a fotografia permitida não trazia nenhuma mensagem tão específica e simbólica quanto a fotografia anteriormente escolhida (Figura 13). Para a autora, Teixeira relembra o momento em que a fotografia foi censurada na redação do jornal:

Então, foi um dia lindo. Essa foto, do material selecionado, escolhida pelo editor-geral do jornal, foi escolhida para a primeira página. Dentro do jornal ‘moravam’ dois militares (censores) e nós estávamos na sala do Dines, discutindo sobre a foto. A foto era ampliada na folha, como hoje é eletrônico, você não amplia mais, não toca nada, é tudo digitalizado. Mas nessa época você ampliava as fotos do jornal no tamanho 18x24, tamanho padrão, e as fotos que seriam para a primeira página o Alberto ampliava em 30x40. E nós estávamos com essa foto na sala do Dines, e todo mundo ‘é essa maravilha, vai ser essa foto’, todo mundo falando alto, esquecemos que do lado estavam sentados os dois caras. Os dois militares. Aí eles levantaram e vieram ‘que merda é essa aí, me dá essa merda aí’ e arrebatou a foto da mão do Dines (que disse): ‘Que é que houve, porra? Vocês não deram um dia glorioso pra gente, e vocês querem tomar a foto?’ (os censores responderam): ‘Mas essa merda nós não vamos permitir, me dá aí’ e rasgaram a foto. ‘Deixa eu ver, quero ver o material todo, eu vou permitir que se publique uma outra, mas nada que faça alusão. Isso aqui é uma provocação, não vamos permitir’. Aí pegaram outra foto, que mostrava a passeata na sua imensidão, mas que você não via nada, nem uma alusão a nada.

somente quando saiu um financiamento da Petrobras e por meio de uma intensa divulgação que o projeto foi tomando forma: catalogaram-se 170 participantes e concluíram o livro com 100 pessoas, fazendo referência aos 100 mil manifestantes (Figura 14). O critério de seleção não foi pela história pessoal, mas pela ordem de aparecimento.

Evandro Teixeira escolheu o mesmo cenário de 1968, a Cinelândia, para registrar as 100 pessoas selecionadas 40 anos após a emblemática foto da faixa. Do alto da escadaria da Câmara fez os retratos, como se aquelas pessoas estivessem assistindo novamente ao discurso de Vladimir Palmeira. Junto às imagens estão as suas histórias e seus destinos após a passeata.

Com depoimentos de jornalistas como Marcos Sá Corrêa, Fritz Utzeri, Augusto Nunes, Fernando Gabeira e o líder estudantil da época, Vladimir Palmeira, Evandro Teixeira conseguiu unir contexto histórico, narrativas e fotografias nas 120 páginas das quais o foco é, especificamente, a Passeata dos 100 Mil e seus destinos, 40 anos depois. De forma didática, conquistou o objetivo de sintetizar o complexo ano e comprova o que o escritor Zuenir Ventura já havia afirmado: o ano não acabou.

Figura 14: Os personagens da fotografia.



Fotografia: Evandro Teixeira. Fonte: *1968 destinos 2008: Passeata dos 100 Mil* (2007).

Em suma, ao passo que em 1968 seu intuito como fotógrafo era denunciar a violência dos militares e mostrar a reação do povo mediante esses confrontos, atualmente, busca lembrar a história por meio de suas fotografias e narrativas como testemunha ocular. Em *1968 destinos 2008: Passeata dos 100 mil*, ao unir imagens da luta estudantil com narrativas de participantes dessas manifestações, Evandro Teixeira cria novos discursos, novas fotografias e novas memórias coletivas por meio da ressignificação.

3.3.2 Mulheres na luta: o contraste das manifestações

Figura 15: Estudante ferida, 1968.



Fotografia: Evandro Teixeira. Fonte: Memorial da Democracia

Figura 16: Mulheres em protesto, 1968



Fotografia: Evandro Teixeira. Fonte: O Globo.

Para a terceira análise, propõe-se uma comparação entre duas fotografias, tomadas no mesmo ano, mas em eventos diferentes. A tabela abaixo oferece uma leitura comparativa para os dois níveis de estudo das imagens: análise iconográfica e interpretação iconológica:

Tabela 4: Análise de imagens em comparação

NÍVEL DE ANÁLISE	FIGURA 15: Estudante ferida	FIGURA 16: Mulheres em protesto
1ª: Análise Iconográfica	Fotografia em preto e branco.	Fotografia em preto e branco
	Imagem composta predominantemente por homens e somente uma mulher em destaque.	Imagem composta por homens e mulheres, mas as mulheres recebem o maior destaque, em primeiro plano, e homens em segundo.
	Todos visivelmente bem vestidos e com os cabelos arrumados, seguindo os padrões de estilo do período. Indica uma elitização do movimento.	Novamente, todos visivelmente bem vestidos, com roupas e cabelos seguindo os padrões de estilo do período. Indica um movimento predominante da elite.
	Embora estejam carregando uma pessoa possivelmente ferida, suas expressões são aparentemente tranquilas.	Os cartazes da cena indicam uma manifestação, ou protesto.
	É uma fotografia em movimento, mas por sua nitidez e expressão dos personagens da cena, não indica uma ocasião de velocidade ou ação de perigo para fazer o clique.	Os braços dados representam a união de um grupo social, neste caso, o destaque é para as mulheres.
2º Interpretação Iconológica	Fotografia tomada por Evandro Teixeira, em 21 de junho de 1968, na chamada Sexta-feira Sangrenta.	Fotografia tomada por Evandro Teixeira, em 26 de junho de 1968, na Passeata dos 100 Mil.
	São todos estudantes, carregando uma estudante mulher que havia sido baleada no embate com policiais.	Cartazes: “Greve protesto contra a censura, defesa na cultura” e “Vai tapar a boca da MMM...” “[...] a classe teatral contra a censura”. Os textos indicam a participação dos artistas ao movimento dos estudantes.
	A fragilidade da mulher retratada na imagem ganha destaque, no entanto os homens são predominantes, como seu exército protetor. Talvez, isso indique, também, a invisibilidade das mulheres dentro do movimento estudantil, ou até mesmo, uma distorção de seu papel, reduzindo sua força à sua fragilidade.	Na linha de frente, são as atrizes Eva Todor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara, Cacilda Becker e Norma Bengel.
		A fotografia indica uma posição de destaque por prestígio e não por estarem em situações hostis/feridas. Essa diferença de destaque se dá por serem eventos totalmente distintos, embora os artistas também tivessem sofrido ataques da polícia em diferentes contextos. Suas expressões e posicionamento indicam empoderamento feminino suscitado à época, principalmente a atriz Leila Diniz, posicionada ao meio da fotografia, que frequentemente

		estava envolvida em polêmicas envolvendo sexualidade e comportamento, considerada uma “porta-voz da contracultura”.
	Ambas fotografias tiveram uma boa repercussão na mídia atual, no entanto, a fotografia das atrizes teve maior destaque (ver anexos).	

Fonte: Gráfico elaborado pela autora (2020).

A análise parte de um ponto em comum: a representação das mulheres, portanto, como complemento da interpretação iconológica, é importante compreender o papel social da mulher na década de 1960 e especificamente, no ano de 1968.

Como já fora mencionado anteriormente, a década de 1960 foi marcada mundialmente por grandes mudanças, considerado um período distinto e complexo. A Guerra no Vietnã, a criação da minissaia e a queda da alta costura, a pílula anticoncepcional, o homem chegando à Lua... as ditaduras na América Latina e principalmente, para os brasileiros, a deflagração do golpe militar de 1964 e o Tropicalismo, subverteu alguns valores estabelecidos e revolucionou o comportamento da juventude. Muito além de estudar, trabalhar e namorar, era preciso viver a política, que se refletia em todas as instâncias sociais, nas universidades, nas empresas e na cultura de uma forma geral. A contestação à maneira em que a sociedade se afigurava por meio das artes e os movimentos de contracultura formaram uma onda de transformações mundiais. O Cinema Novo idealizado por Glauber Rocha, vanguarda da produção cultural brasileira, defendia a máxima “ideia na cabeça e uma câmera na mão”. Os artistas do teatro usaram e abusaram da experimentação, do deboche e da alegoria nos palcos para atacar o sistema político instaurado. Os jovens dos anos 1960 encaravam a cultura como uma arma para a tão sonhada transformação social e política, compartilhando os mesmos ideais de liberdade e tinham uma postura contestatória. A explosão do feminismo, um dos mais importantes movimentos do século XX, embalado pela ebulição revolucionária da década, incentivava que as mulheres deixassem seus papéis coadjuvantes para assumirem papéis principais na história. No entanto, a luta não foi (e ainda, não é) simples e está comprovado nos documentos históricos. Por exemplo, o direito da mulher ao voto foi um embate que teve início em 1865, em Manchester e somente foi conquistado em 1925. No Brasil, as mulheres votaram pela primeira vez somente em 1933. A pílula anticoncepcional, lançada em 1960 e

considerada o símbolo da revolução sexual e apoio ao espírito libertário feminino, ao mesmo tempo, representou aos conservadores o símbolo da promiscuidade (VARGAS; BENCHIMO; UMBACH, 2014).

A moda – ou a vida que ‘pregava’ essa geração de jovens e mulheres entre 20 e 30 anos – consistia em questionar os valores institucionais que davam sustentação ao que chamavam com desdém de ‘casamento burguês’: a monogamia, a fidelidade, o ciúme, a virgindade. Na prática, isso significava para elas deixar a confortável condição de apêndice econômico, a segurança psicológica de um lar, e partir para a arriscada aventura da experimentação existencial, que se podia traduzir na busca de uma profissão, em novas e descomprometidas relações, ou, às vezes, em um mergulho na solidão (VENTURA, 1988, p. 29).

Como uma forma de difamar e até mesmo diminuir a força das mulheres no movimento estudantil, Ventura (1988) relata que havia um preconceito, como se o medicamento fosse um instrumento de promoção da promiscuidade. Em outubro de 1968, quando as tropas policiais invadiram o Congresso da UNE em Ibiúna (que será discutido no tópico 3.5), os oficiais exibiram como um “troféu de guerra” várias caixas de pílulas anticoncepcionais que foram apreendidas. Como se o anticoncepcional fosse um preservativo de uso imediato, como a camisinha, a polícia acreditava que essa exibição provaria que as mulheres do movimento estavam no congresso com interesses diferentes do que discutir somente as questões estudantis. Para os conservadores, mudanças de comportamento não eram vistas como sinais de avanço, mas de retrocesso, um sintoma de decadência.

Mas as agressões não foram somente verbais. No dia 20 de junho, véspera da chamada Sexta-feira Sangrenta, o *Jornal do Brasil* publicou uma crônica feita pelo jornalista José Carlos Oliveira:

Os cariocas amanheceram hoje com as mãos trêmulas; no café da manhã, os jornais lhe serviram fotografias hediondas. Moças e rapazes deitados de bruços, com a cara enfiada na grama; moças forçadas a andar de quatro diante de insolentes soldados da PM; dezenas de estudantes encostados a um muro e com as mãos segurando a nuca, ou na mesma atitude, mas deitados de bruços (Trecho retirado de VENTURA, 1988, p. 138).

Ventura (1988) complementa que Oliveira se referia aos acontecimentos de quarta-feira (19), no campo do Botafogo, após uma assembleia na Faculdade de Economia. A descrição das fotos “hediondas” chocaram os leitores, pois relatava que os soldados urinavam sobre corpos indefesos, e estavam

“passeando” o cassetete entre as pernas das moças. Os traços da violência, principalmente contra as mulheres, era uma clara tentativa de silenciar, descredibilizar e tentar invisibilizar o poder feminino dentro do movimento estudantil.

Na contramão da invisibilidade, tem-se o artigo *Mulheres em movimento: militância estudantil e luta contra a ditadura*, inserido no Projeto de pesquisa: *A história das mulheres que os livros didáticos não contam: as lutas femininas contra a ditadura militar no Brasil*, coordenado pelo Prof. Dr. Vanderlei Machado, com a colaboração da Prof.^a Dr.^a Carla Simone Rodeghero, ambos historiadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O objetivo do artigo é construir uma narrativa sobre o movimento estudantil no período ditatorial, a partir de testemunhos de mulheres que foram coletados em entrevistas, em diferentes localidades. Essas entrevistas serviram como base para ressaltar a participação feminina na mobilização estudantil e observar as possibilidades abertas ou fechadas para a participação política da juventude e das mulheres. Dialogando com a análise das representações femininas divulgadas nos livros didáticos de história do ensino médio, nos capítulos que abordam a história da ditadura civil-militar brasileira, os autores constataram que o material indica tímidas referências nos manuais à participação das mulheres no movimento estudantil. Identificando uma carência no âmbito da pesquisa, o projeto visa, portanto, oferecer uma narrativa que contemple relatos de mulheres que também deram voz ao movimento, mas passaram despercebidas. Os temas enfocados são formas de atuação e militância política, como foram atingidas pela repressão, o processo de reinserção na vida social e a continuidade (ou não) do envolvimento político após a redemocratização do país (MACHADO; RODEGHERO, 2017).

Para o artigo *Mulheres em movimento: militância estudantil e luta contra a ditadura*, Machado e Rodeghero (2017) selecionaram os depoimentos de Rita, Vitória, Dulce, Ana e Nilce, que militaram nos ambientes estudantis e políticos de Fortaleza, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, no período que foi do início da década de 1960 até a decretação do AI-5. Tendo em vista que as fotografias aqui analisadas e toda a dissertação em si remete aos acontecimentos do movimento estudantil no Rio de Janeiro, apresenta-se, aqui, a fala de Ana Bursztyn, estudante de Farmácia. Antes de ingressar na universidade, ela frequentava o Colégio de Aplicação e conhecia o trabalho do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Segundo a entrevistada, a Faculdade de Farmácia era pequena e muito

conservadora, e os alunos sofriam forte controle por parte da direção. No caso das meninas, ela recorda que havia um constrangimento quanto ao uso de calças compridas, mesmo que à época já começavam a ser discutidas questões como o sexo antes do casamento, o uso da pílula anticoncepcional, a escolha de sair de casa ou continuar morando com os pais.

Em suma, o trabalho de Machado e Rodeghero foi o de construir narrativas sobre pautas, desafios e dificuldades do movimento estudantil e da luta contra a ditadura, partindo de depoimentos femininos. O exemplo de Ana Bursztyń apresentado nesta análise é apenas para comprovar que de fato houve uma participação significativa das mulheres nas ações estudantis, embora os textos sobre o movimento, em linhas gerais, utilizem uma linguagem homogênea ou somente indiquem participações masculinas nos principais embates e lideranças. Enfatiza-se a atuação masculina nas diretorias (nas quais as mulheres tiveram pouco espaço), nas correntes políticas, nos manifestos, nas disputas durante os congressos e nas atividades culturais, mas pouco se vê sobre a representação feminina nesses meios. Trabalhos que se referem à militância feminina contra a ditadura, assim como o projeto aqui apresentado, trazem importantes indícios sobre a atuação das mulheres no movimento estudantil, possibilitando um novo olhar sobre a história.

A respeito da imagem da estudante sendo carregada (Figura 15) tomada por Evandro Teixeira, a autora questiona a Teixeira qual era o cenário em que a fotografia foi tomada e o que havia acontecido naquela ocasião:

Houve uma manifestação na Santa Luzia, jogaram uma bomba numa creche, era do Governo Federal, aí os estudantes foram pra lá e ali começou na Santa Luzia uma grande manifestação... e um tiroteio aconteceu, como sempre, né, e essa moça foi ferida, essa estudante, e os estudantes resgataram o corpo e nós viemos andando. Passando em frente e chegando à embaixada americana, onde os policiais tomaram os equipamentos dos fotógrafos e eram mutilados, eu tava com uma Leica embaixo do braço e eles começaram a atirar nos jornalistas, nos fotógrafos e nos estudantes. Até hoje, onde é o consulado, se vocês forem lá, vão ver que é um prédio que tem umas praças enormes, umas colunas enormes, e ali a gente se escondia, eles começavam a atirar e conseguimos sair dali, fomos para a Cinelândia (Evandro Teixeira: entrevista concedida à autora, jul. 2019).

Assim como foi discutido na análise sobre o “famoso anônimo” (Figura 7), pouco se sabe, também, sobre os detalhes da cena retratada na Figura 14. Embora a única mulher da imagem seja o foco principal, a ação, o fato de ela estar sendo carregada e protegida por um “exército de heróis” retrata, nas

entrelinhas, sua aparente invisibilidade, fraqueza e indiretamente, sua fragilidade. Em contrapartida, as atrizes que protagonizam a Figura 16 revelam uma aparente união, força e autoridade, compondo a linha de frente de uma manifestação. É evidente que a ambiência oposta em que as duas fotografias foram tiradas – uma diante de um conflito de extrema violência e outra em um ato pacífico – retratam também, uma realidade oposta sobre a representação da mulher. No entanto, a fotografia das atrizes teve (e ainda tem, conforme consta nos anexos) uma repercussão muito mais significativa representando as “mulheres na luta” do que a *estudante*, que fazia parte do movimento *estudantil*.

Figura 17: O uso midiático da fotografia.

O GLOBO

1968: Mulheres que lutaram contra a ditadura e contra o machismo

Quando o feminismo era considerado uma pauta secundária no Brasil, elas conquistaram a igualdade militando lado a lado com os homens

Helena Borges
10/06/2018 - 04:30 / Atualizado em 03/10/2018 - 13:42

f
t
l



Em 1968, as atrizes Eva Todor, Tônia Carreiro, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara, Cacilda Becker e Norma Bengell, marcharam contra a censura do governo em plena ditadura militar. Foto: Gonçalves / Agência O Globo

Fonte: Captura de tela, adaptado de *O Globo* (2018).

A matéria (Figura 17), escrita por Helena Borges, possibilita outra interpretação e discussão. A fotografia usada para ilustrar a manchete “1968: Mulheres que lutaram contra a ditadura e contra o machismo” indica, num primeiro olhar, que essas mulheres que lutaram contra a ditadura e o machismo e que serão mencionadas no decorrer da notícia, foram as atrizes da imagem (e de acordo com a contextualização histórica, a classe artística realmente aderiu ao movimento). No entanto, o texto da reportagem dá voz a outras mulheres que também fizeram parte da luta estudantil, mas não ganharam o mesmo destaque como as da imagem. Embora as artistas tenham desempenhado um papel importantíssimo nas manifestações estudantis, a cineasta Lucia Murat, por exemplo, também envolveu-se nas demais atividades e nos maiores conflitos da luta estudantil:

A cineasta Lúcia Murat foi uma das estudantes presas no Congresso da UNE. Mais tarde, após o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), entrou na clandestinidade e veio a integrar a luta armada. Liberada após o congresso, Lúcia voltou a ser presa em março de 1971, aos 22 anos. Na sede do DOI-Codi, na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, foi torturada com pau de arara, choques elétricos e espancamentos (BORGES, 2018).

A história de Murat, a da ex-presidenta Dilma Rousseff (uma de suas companheiras de prisão) e de outras mulheres que foram presas políticas foi descrita no documentário “Torre das donzelas”, lançado em 2019. Ao refletirem sobre as torturas sofridas e sobre o impacto daquele momento na história, 50 anos depois, o documentário abre uma possibilidade para gerar visibilidade às mulheres que se fizeram presentes na luta, impedindo o apagamento ou abrandamento da memória dos anos de chumbo.

Ainda na reportagem *1968: Mulheres que lutaram contra a ditadura e contra o machismo*, Maria Amélia de Almeida Teles, hoje diretora da União das Mulheres de São Paulo, relata que em 1968 o machismo era sentido, inclusive, por mulheres que viviam na clandestinidade:

Eu questionava esse tratamento discriminatório, as relações desiguais tanto no poder de decisão quanto nas organizações, mas esse era um assunto para se tratar depois da revolução. Até 68 eu era a única mulher, mas naquele ano surgiram as estudantes e elas eram muito mais questionadoras do que eu (BORGES, 2018).

Entrar nos embates do feminismo não é o intuito da análise, mas, sim, levantar o questionamento sobre porquê as mulheres estudantes não tiveram o seu devido destaque para contar a história e principalmente, para contribuir na memória do movimento, assim como as atrizes tiveram o seu papel de destaque, mesmo que, indiretamente, a luta não seja específica desse grupo? Projetos como o de Machado e Rodeghero são necessários, para saber quem são essas mulheres que fizeram e ainda fazem a história, mostrar seus rostos e dar voz ao que ainda está silenciado.

3.4 O PÓS-PASSEATA

Após o fim da passeata, foram convocados para uma audiência especial Hélio Pellegrino, José Américo Pessanha, Marcelo Alencar (assessor jurídico e advogado do grupo), João Batista Ferreira (padre) e os estudantes Franklin Martins e Marcos Medeiros, que foram recebidos na sala dos ministros pelo presidente Costa e Silva. Eles objetivavam levar ao presidente os problemas enfrentados no Rio de Janeiro e expor, principalmente, a repressão dos policiais. No entanto, o presidente não parecia estar interessado – ao contrário, pretendia convencer a comissão de que estava empenhado em resolver todos os problemas, de que seu governo era democrata e até negou a existência de uma ditadura:

Estamos numa democracia: os jornais dizem o que querem – não é, Dr. Hélio, o senhor não escreve o que quer? – e os jovens vão para a rua gritar abaixo a ditadura. Que ditadura é essa em que as pessoas podem gritar abaixo a ditadura? (VENTURA, 1988, p. 173).

Quando questionou sobre a formação da Comissão, prontamente Pellegrino o respondeu, de forma audaciosa: “por eleição direta, presidente”. José Américo Pessanha lembrou este momento para Ventura (1988, p. 174) como “segundos de absoluto silêncio”. Costa e Silva refez-se e, finalmente, deixou os estudantes apresentarem sua pauta de reivindicações, que incluíam a libertação dos presos (entre eles, o líder estudantil Jean Marc), a reabertura do restaurante Calabouço, mais verbas para o ensino superior, mais vagas e uma reforma universitária que incluísse a participação dos estudantes. Os representantes intelectuais exigiram o fim da censura. Após a exposição dos argumentos e do discurso de Hélio Pellegrino, o presidente consentiu – porém, suspirou: “vocês vão me fazer tomar uma decisão difícil e arriscada” e completou: “mas vocês têm que parar com as passeatas. (...) se vocês garantem, vou tomar providências para libertar os cinco presos da alçada do Executivo e pedir que se estude a situação dos demais” (VENTURA, 1988, p. 176). Pellegrino, na tentativa de renegociar, explicou que o diálogo entre opositores e militares era impossível: “se sou agredido fisicamente, como posso conversar?”. Embora inexperientes na política e

negociação, o governo não estava aberto ao diálogo. As batalhas continuariam, pois, embora descredibilizados pelo governo, estavam respaldados pelo poder de um movimento que levava 100 mil pessoas para as ruas.

Em outubro de 1968, uma informação bombástica veio à tona, e comprovou que o Brasil quase viveu uma tentativa de terrorismo de Estado. Logo no primeiro dia do mês, o deputado Maurílio Ferreira Lima, do MDB de Pernambuco, denunciou na Câmara um plano de oficiais da aeronáutica que visava desvirtuar as funções do Para-Sar – uma unidade de paraquedismo especializada em prestar socorro, principalmente na selva. No plano constava a utilização desse serviço para sequestrar 40 líderes políticos, que seriam lançados do avião a 40 quilômetros da costa, no oceano, entre outras operações. Ventura (1988) explica que a imprensa noticiou, além da denúncia feita pelo deputado, a exoneração do major-brigadeiro Itamar Rocha do cargo de diretor-geral de Rotas Aéreas do Ministério da Aeronáutica seguida de dois dias de prisão domiciliar, por consequência da polêmica que foi intitulada “Caso Para-Sar”.

Após a primeira denúncia, outras informações polêmicas vieram à tona. No dia 4 de outubro, o *Correio da Manhã* divulgou um artigo do jornalista Perry Cota – *A operação mata-estudante* –, que consistia no ataque planejado para o dia 4 de abril. Sem o consentimento da diretoria da Força Aérea, o Para-Sar foi convocado para participar de uma missão policial à paisana, para dar cobertura à tropa repressora que estava posicionada na rua, próximo ao Palácio Guanabara (VENTURA, 1988).

Noticiou-se um dos mais sinistros planos terroristas em que, se obtido o sucesso, teria provocado a morte de aproximadamente 100 mil pessoas no Rio de Janeiro: a explosão de um gasômetro no início da Avenida Brasil, às 18 horas, no fluxo intenso de carros e pessoas transitando nas ruas. 100 mil pessoas poderiam ter morrido inocentemente e a origem do crime seria atribuída aos “comunistas”. Ventura (1988) nomeou essa perseguição dos radicais de direita como “caça às bruxas”. A operação foi impedida por um militar, que posteriormente se tornou herói: Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho. Em uma discussão com o brigadeiro Burnier, seu superior, ele questionou: “Capitão, se o gasômetro da Avenida Brasil explodir às 6 horas da tarde, quantas pessoas morrem?” Burnier

respondeu: “Nessa hora de movimento, umas 100 mil pessoas. É, vale a pena para livrar o Brasil do comunismo.” Estarrecido, Carvalho o questiona novamente: “Mas quem são na verdade os comunistas?”. O brigadeiro respondeu: “Todo mundo que tem profissão liberal: artistas, advogados, sociólogos, sociólogos então... Temos que desflorestar essa raça até a terceira geração, Sérgio” (VENTURA, 1988, p. 215-216).

3.5 MEMÓRIAS DE IBIÚNA

O subtítulo “memórias” atribui-se à pesquisa de Zuenir Ventura, que ao escrever sobre o XXX Congresso da UNE, reconstituiu fielmente o episódio com base em depoimentos dos principais protagonistas: Vladimir Palmeira, José Dirceu, Jean-Marc Van der Weid, Marcos Medeiros, Franklin Martins. No entanto, a fala do casal Neusa e Domingos Simões (antigos proprietários do sítio que sediou o congresso) e suas filhas possibilitou um mergulho ainda mais profundo na história do encontro mais importante do movimento estudantil.

O sítio Murundu, do proprietário Domingos Simões, fica próximo à cidade Ibiúna, a aproximadamente 70 quilômetros de São Paulo. De Ibiúna até o sítio, são cerca de 22 quilômetros entre asfalto e estradas de chão. Para seu livro, Ventura visitou o sítio em 15 de maio de 1988 e procurou por dona Neusa Simões e suas filhas. O autor relatou que para Neusa Simões, a chegada à antiga propriedade é tocante, pois ela relembrou as dolorosas reminiscências da prisão e tortura de todos aqueles jovens, incluindo o seu marido, por ser cúmplice do “crime” ao ceder sua propriedade aos estudantes. Ao mostrar o local a Zuenir Ventura, tentou reanimar em *flash-backs* cenas de 20 anos atrás, quando sua propriedade estava ocupada por milhares de jovens, vindos de várias regiões do país. Ao chegar a um estábulo, com chão de terra batida, relembrou que era ali que as lideranças guardavam nos arquivos os papéis mais importantes e tinham as melhores discussões. Numa nostálgica viagem retrospectiva, ela também recordou que havia em torno de 20 barracas, com médicos, enfermeiras, uma cozinha ao ar livre e

banheiros improvisados – mas nada disso foi um empecilho para o grande sonho dos jovens revolucionários.

As filhas de dona Neusa, Ana Joaquina e Cida, que em 1988 tinham 22 e 16 anos, respectivamente, também relataram suas memórias do congresso, inclusive o que sofreram em decorrência do que se passou ali. O pai, que havia conseguido fugir no momento da invasão policial, fora encontrado após dois anos e capturado na Operação Bandeirantes, juntamente com sua mulher e filhas. Ana Joaquina, embora na época tivesse apenas três anos, não ficou isenta da lembrança do pai gritando, em momentos de tortura:

- Isso a marcou muito? – Marcou - Você se lembra dessa cena de vez em quando? - Lembro. - Você tem pesadelos com isso? - Tive muitos, eu fiquei doente. (Trecho de entrevista feita por Zuenir Ventura, 1988, p. 243)

Na madrugada do dia 12 de outubro de 1968, às cinco da manhã, Vladimir Palmeira recebeu a notícia de que a polícia havia descoberto o congresso, após 30 dias de debates, discussões e muitas ideias na cabeça. A informação era que o congresso cairia ao meio-dia e havia pouco tempo para evacuar o local com segurança, devido à dificuldade de acesso. Discutiram propostas para que se tentasse salvar pelo menos as lideranças, mas não obtiveram sucesso. Em poucas horas, rajadas de tiros anunciaram que 400 soldados da Força Pública e alguns agentes do DOPS estavam invadindo o sítio. Muitos foram torturados e presos, incluindo líderes estudantis, como Vladimir Palmeira.

Ao relembrar o episódio que lhe custou a propriedade e pelo menos três costelas quebradas nas sessões de tortura, Domingos Simões não se diz arrependido de ter feito parte dessa história, mas lamentou-se pela “indecisão dos estudantes, que nem quiseram fugir e nem quiseram reagir” (VENTURA, 1988, p. 250). Para Ventura, olhando retrospectivamente, o XXX Congresso da UNE foi muito mais do que um erro: foi um ato politicamente suicida, uma imprudência do movimento estudantil, pois é praticamente impossível reunir mais de mil pessoas na clandestinidade. Na véspera do decreto do AI-5 (que será abordado no próximo tópico), Vladimir Palmeira recebeu um *Habeas corpus*, mas não foi solto. Somente

em setembro de 1969 foi libertado, por exigência dos sequestradores do embaixador americano Charles Burke Elbrick².

Com as principais lideranças na cadeia – Vladimir Palmeira, Luís Travassos, José Dirceu e Franklin Martins –, no ano seguinte, Jean Marc foi eleito presidente da UNE, por meio de conselhos estaduais. A prisão dos líderes fez com que o movimento estudantil perdesse sua força, as passeatas continuaram, mas já não conseguiam levar 100 mil pessoas às ruas. Protestando violentamente, as agitações estudantis não mais sensibilizavam as massas, nem sua própria classe. Ao contrário, eles atemorizavam. Ventura (1988) explica que a essa altura, era crescente o número de jovens que usavam o pretexto do movimento estudantil como trampolim para a luta armada, tendo em vista que o próprio congresso de Ibiúna havia funcionado, também, como um treinamento para guerrilha.

O dia 13 de dezembro de 1968 ficou marcado pela decretação do Ato Institucional Nº5. Costa e Silva, sob o pretexto de conter os opositores do regime e restabelecer a ordem pública, usou o AI-5 para fechar o congresso, cassar mandatos dos parlamentares, prender pessoas, suspender direitos políticos de cidadãos e a concessão de *Habeas corpus* e ganhou a prerrogativa de intervir em estados e municípios. As informações a seguir foram retiradas na página eletrônica da Presidência da República Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos:

- Art. 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.
- Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por

² Em 4 de setembro de 1969, Elbrick foi alvo do primeiro sequestro de um diplomata estrangeiro na América do Sul. Os responsáveis pela operação, militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e da Ação Libertadora Nacional (ALN), exigiram do governo, em troca da devolução do embaixador, a libertação de 15 presos políticos e a divulgação de um manifesto. No dia seguinte, após uma reunião dos membros da junta militar com participação do ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto, do ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, do chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Jaime Portela, e do chefe do Serviço Nacional de Informações, general Carlos Alberto Fontoura, o governo divulgou nota oficial em que declarava aceitar as condições dos sequestradores. Os presos políticos foram embarcados para o México no dia 6 de setembro e Elbrick foi libertado na noite do dia seguinte, 7, após a chegada dos presos a seu destino. O episódio do sequestro foi relatado posteriormente por um de seus articuladores, Fernando Gabeira, no livro *O que é isso, companheiro?*, lançado em 1979 e posteriormente, na obra cinematográfica que leva o mesmo nome, lançada em 1997 (FGV-CPDOC).

Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

- § 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.
- § 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os Vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.
- § 3º - Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.
- Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.
- Parágrafo único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.
- Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Conhecido como “golpe dentro do golpe”, o ato oficializou o terrorismo de Estado, que prevaleceu até meados dos anos 1970. O sociólogo Marcelo Ridenti (2008) afirma que generalizou-se prisões de opositores, além da intensificação de tortura e os assassinatos, em nome da “manutenção de segurança nacional”. Essa “manutenção” foi considerada indispensável para o “desenvolvimento” da economia, que posteriormente se autodenominou milagre brasileiro. Além das prisões, mortes, tortura e exílio de opositores, foi imposta uma rígida censura aos meios de comunicação e às manifestações artísticas. O

regime deu fim à agitação política e cultural daquele ano. “Anos de chumbo” viriam a suceder o “ano rebelde”.

Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, o AI-5 representou o ponto culminante de tendências autoritárias em vigor, desde o golpe de 1964:

Nesse sentido, correspondeu às demandas dos grupos radicais de direita pelo ‘aprofundamento da revolução’. Para tais segmentos, a ‘limpeza’ iniciada em 1964 fora interrompida e incompleta, sobretudo nas universidades, e a segurança nacional reclamava novas medidas de força para derrotar os inimigos (MOTTA, 2014, p. 148).

Motta (2014) complementa que, de acordo com essa visão, a ausência de rigor nas punições nos 4 primeiros anos de ditadura civil-militar teria estimulado a reorganização dos grupos de esquerda, que se tornaram mais ousados e contestadores, principalmente em 1968. De fato, nas avaliações oficiais sobre o “perigo subversivo” só havia as ações da esquerda, e não os atos terroristas cometidos pela direita, alguns deles, inclusive, travestidos em organizações “revolucionárias”. A edição do novo ato também correspondeu à progressiva redução de prestígio do governo, que passou a ser duramente criticado pela imprensa e personalidades públicas.

As razões por trás do AI-5 são controversas, e não totalmente esclarecidas, como afirma Motta (2014, p. 149):

Está claro que grupos e líderes radicais queriam intensificar o autoritarismo do Estado por razões próprias, e houve mesmo casos de militares da linha dura acusados de fomentar o voto contrário ao governo no Congresso. No entanto, a ação isolada dos radicais não seria suficiente para desencadear o novo ciclo repressivo, caso outros membros do governo e do establishment militar não se sentissem inseguros diante das ações da oposição e do enfraquecimento das bases de apoio ao regime. O próprio presidente Costa e Silva não desejava inicialmente a radicalização política – ao contrário, ao assumir o cargo, no início de 1967, fez tentativas para desanuviar o ambiente e aplacar a oposição. Visto de longe, o AI-5 pode parecer um desdobramento natural do regime autoritário, porém essa visão elide a dinâmica política e as ações crescentes das forças de oposição que, em 1968, na percepção de muitos atores, pareciam capazes de desestabilizar o governo. Os grupos de direita ficaram atemorizados sobretudo com a força demonstrada pela esquerda estudantil nas ruas, ocupando faculdades, fazendo passeatas, montando barricadas e atacando os setores universitários conservadores.

Em linhas gerais, o ano de 1968 integrou uma onda de revolta mundial, ou nas palavras de Zuenir Ventura, uma “revolução planetária”. No Brasil, a

revolução foi vista, principalmente, no contexto de luta contra a ditadura e nos interesses dos estudantes, das classes médias intelectualizadas e nos setores operários. Os movimentos de 1968 prometeram um futuro renovado, mas o distanciamento da história mostrou o oposto, em que vários ativistas da época passaram para o “campo conservador vitorioso”, ocupando cargos importantes em governos que adotam medidas neoliberais em todo mundo atualmente. Nas palavras de Ridenti (2008), os acontecimentos históricos de 1968 não devem ser mistificados, tampouco minimizados – ainda são discutidas a extensão e a profundidade das marcas deixadas na história.

4. HISTÓRIA QUE FAZ MEMÓRIA, MEMÓRIA QUE FAZ HISTÓRIA

Para este capítulo, que serve também como complemento das análises já apresentadas, propõe-se um entrecruzamento de conceitos sobre história e memória. Jeanne Marie Gagnebin, em sua obra *Lembrar escrever esquecer* (2009) agrupa ensaios escritos entre 1995 a 2004, em diferentes circunstâncias: palestras, mesas-redondas em congressos, capítulos de volumes temáticos. Para este debate, traz-se algumas reflexões a partir dos ensaios “Verdade e Memória do Passado” e “Memória, História, Testemunho”. Propõe-se, também, um entrelaçamento de conceitos do historiador francês Jacques Le Goff, em sua obra *História e Memória*, lançada em 1988.

No início do ensaio, Gagnebin (2009) levanta o seguinte questionamento: por que hoje fala-se tanto em memória, em conservação, em resgate? E por que atribui-se aos historiadores a tarefa de estabelecer a *verdade* do passado? A autora aponta o perigo de articular o passado, com base na tese “*Sobre o conceito da história*”, de Walter Benjamin, escrita em 1940: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo” (BENJAMIN *apud* GAGNEBIN, 2009, p. 40). Em outras palavras, nós articulamos o passado, não o descrevemos, como se pode tentar descrever um objeto físico. E complementa:

(...) hoje o paradigma positivista, e um certo discurso nivelador, pretensamente universal, que se vangloria de ser a história verdadeira e, portanto, a única certa e, em certos casos, a única possível. Sob a aparência da exatidão científica (que é preciso examinar com circunspeção), delineia-se uma *história*, uma *narração* que obedece a interesses precisos (GAGNEBIN, 2009, p. 40).

O propósito das análises das fotografias de Teixeira consiste, portanto, em: ao articular o passado, compreender de que forma essas imagens estão contribuindo para a preservação da memória dos principais acontecimentos de 1968. Para Le Goff (2003), o afastamento da história “vívda”, “natural” e do esforço científico para descrever, pensar e explicar essa evolução tem permitido a existência de uma disciplina ambígua: a filosofia da história. Desde o início do século XX, vem-se desenvolvendo um ramo da ciência que estuda essa evolução, no interior do desenvolvimento global: a historiografia. A ciência histórica, desde seu nascimento nas sociedades ocidentais (no século V a.C), definiu-se como uma relação a uma realidade que não é construída, nem observada (como na matemática, nas ciências naturais ou nas ciências da vida), mas sobre a qual se questiona, se testemunha. Dessa forma, a história “começou como um relato, a narração daquele que pode dizer ‘eu vi, senti’ (LE GOFF, 2003, p. 9) – também definida como história-relato ou história-testemunho.

Antagonicamente, atualmente critica-se esse tipo de história devido à vontade de substituir explicação por narração, no entanto, simultaneamente, presencia-se o renascimento da história-testemunho por meio do “retorno ao evento”, ligado à nova mídia, ao surgimento de jornalistas em meio aos historiadores e ao desenvolvimento da “história imediata”. Traz-se, aqui, o objeto da pesquisa apresentada: Evandro Teixeira, que como fotógrafo-participativo documentou importantes acontecimentos do movimento estudantil no Brasil. A possibilidade de uma leitura de imagens como as de Teixeira, somado ao distanciamento da história, permite o reconhecimento de uma continuidade em seu discurso, de modo que o retorno da história não se limita a um mero relato. Este discurso também se ressignifica, como observa-se no desenvolvimento do projeto *1968 destinos 2008*: há um retorno, de fato, ao mesmo local em que ocorreram as manifestações. No entanto, as fotografias são outras – adaptadas, atualizadas e outras narrativas são integradas e contextualizadas.

Le Goff (2003), sobre o renascimento da história-testemunho por meio do “retorno ao evento”, complementa com a observação de Gagnebin (2009), novamente fundamentada por Benjamin: é necessário levar em conta o presente do historiador e a relação específica que esse presente mantém com algum momento do passado. “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas aquele preenchido pelo tempo-agora” (BENJAMIN apud GAGNEBIN, 2009, p. 41).

A história é, também, uma prática social. Para Le Goff (2003), é legítimo observar que a história do mundo todo se articula sobre o desejo de transformá-lo, por exemplo, na tradição revolucionária marxista, mas, também, em outras perspectivas. A crítica à noção de fato histórico tem, também, provocado o reconhecimento de outras “realidades históricas”:

Junto à história política, à história econômica e social, à história cultural, nasceu uma história de *representações*. Esta assumiu formas diversas: história das concepções globais da sociedade ou história das *ideologias*; história das estruturas mentais comuns a uma categoria social, a uma sociedade, a uma época, ou história das *mentalidades*; história das produções do espírito ligadas não ao texto, à palavra, ao gesto, mas à imagem, ou história do *imaginário*, que permite tratar os documentos literário e artístico como plenamente históricos, sob condição de ser respeitada sua especificidade; história das condutas, das práticas, dos rituais, que remete a uma realidade oculta, subjacente, ou história do *simbólico*, que talvez um dia conduza a uma história *psicanalítica*, cujas provas de estatuto científico não parecem ainda reunidas. Enfim, a própria ciência histórica é colocada numa perspectiva histórica com o desenvolvimento da *historiografia*, ou história da história (LE GOFF, 2003, p. 11, grifos do autor).

Le Goff (2003) afirma que, para a explicação histórica ser eficaz, ela deve reconhecer o simbólico no interior de toda sua realidade, mas, também, confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam. Por exemplo, é preciso confrontar a ideologia política com a *práxis* e os eventos políticos. Toda história deve ser uma *história social*. O caráter dos eventos históricos, bem como a necessidade do historiador de misturar relato e explicação fazem da história um gênero literário, uma arte e ao mesmo tempo, uma ciência. As imagens de Evandro Teixeira são carregadas de simbologias e são documentos que exprimem a realidade do que já aconteceu. Atualmente, são elementos visuais essenciais para a compreensão da história (principalmente da luta e repressão ao movimento estudantil no Brasil) e adquiriram novos significados após o

distanciamento da história. Peter Burke, em sua obra *Testemunha ocular: história e imagem* (2004) reitera a importância do uso de imagens como evidência histórica:

Nos últimos tempos, os historiadores têm ampliado consideravelmente seus interesses para incluir não apenas eventos políticos, tendências econômicas e estruturas sociais, mas também a história das mentalidades, a história da vida cotidiana, a história da cultura material, a história do corpo, etc. Não teria sido possível desenvolver pesquisa nesses campos relativamente novos se eles tivessem se limitado a fontes tradicionais, tais como documentos oficiais produzidos pelas administrações e preservados em seus arquivos. Por essa razão, lança-se mão, cada vez mais, de uma gama mais abrangente de evidências, nas qual as imagens têm o seu lugar ao lado de textos literários e testemunhos orais (BURKE, 2004, p. 11).

No entanto, a leitura (ou a não leitura) dessas imagens pode apontar para o risco de cair num relativismo apático ou negacionismo, como afirma Jeanne Marie, que é quando o historiador insiste no caráter retrospectivo e subjetivo da memória, enquanto todas as versões da história são ancoradas em uma certeza objetiva, independente dos diferentes rastros que os fatos deixam e nas múltiplas interpretações possíveis a partir de documentos existentes. [...] “por definição, o historiador vive no relativo’ e se ‘ele não pode [...] dizer tudo’, sua luta não pode ter por fim o estabelecimento de uma verdade indiscutível e exaustiva”. (RICOEUR *apud* GAGNEBIN, 2009, p. 42). Em outras palavras, todo levantamento histórico apresentado neste trabalho, embora com poucos autores (se comparado à grandiosidade de tantas outras fontes, autores, livros e trabalhos acadêmicos que dissertam também sobre o contexto da ditadura civil-militar no Brasil), todos apontam para verdades praticamente indiscutíveis: houveram mortes, tortura, censura, violência. Não foi revolução, foi golpe. Foi ditadura civil-militar. Embora a construção da memória possa ser relativa, ou seja, pode variar do ponto de vista de quem tenha vivenciado ou não algum ato repressivo, as fotografias servem também para esta finalidade: comprovar – imagetivamente – que tudo isso aconteceu, caso os livros de história ainda não sejam provas suficientes.

Le Goff (2003), neste contexto, fala sobre as “perturbações da memória”, como a amnésia. A amnésia consiste não somente em uma perturbação no indivíduo, mas envolve a falta ou perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nações. Essa amnésia pode, inclusive, determinar perturbações graves na identidade coletiva. O problema da amnésia é também questionado por Zuenir Ventura em sua obra *1968: o ano que não terminou* (1988), pois nas palavras

do autor o Brasil (melhor dizendo, o povo brasileiro) sofre de uma “amnésia crônica”, por isso, a importância do registro dos fatos e das narrativas que o compõe. Os esquecimentos e os silêncios da história também são fatores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva e uma forma de relativizar ou negar o passado. Para Le Goff (2003), psicanalistas e psicólogos constataram que, a propósito da recordação ou a propósito do esquecimento, em manipulações conscientes ou inconscientes – do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo como uma forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se “senhores da memória e do esquecimento” é uma das grandes preocupações de grupos ou indivíduos que dominam ou desejam dominar as sociedades históricas. Desta forma, o estudo da memória social é fundamental para abordar e questionar os problemas do tempo e da história. Um exemplo de manipulação da memória coletiva é o “documentário” (ou propaganda política?) *1964: o Brasil entre armas e livros*, produzido pelo grupo Brasil Paralelo e posteriormente estudado por Márcia Neme Buzalaf (2019). Em sua análise, Buzalaf constata que o conteúdo audiovisual é de um revisionismo da ditadura que amenizou as diferentes formas de violência praticadas durante o período e além disso, percebe-se que sua essência é negacionista, pois não olha para o passado com bases documentais e científicas, mas, sim, com uma argumentação relativista. O objetivo é dominar o que é pra ser esquecido, negado – e estabelecer uma nova verdade, uma nova história.

Em relação à fragilidade da memória em favor de uma reconstrução do passado, Gagnebin (2009) utiliza o termo *rastros*, a partir de conceitos de Paul Ricoeur:

Seja sobre os tabletes de cera ou sobre uma ‘lousa mágica’ – essas metáforas privilegiadas da alma –, o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente. Sua fragilidade essencial e intrínseca contraria assim o desejo de plenitude, de presença e de substancialidade que caracteriza a metafísica clássica. [...] Por que a reflexão sobre a memória utiliza tão frequentemente a imagem – o conceito – de rastro? Por que a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente. Riqueza da memória, certamente, mas também *fragilidade* da memória e do rastro (GAGNEBIN, 2009, p. 44).

Esse reconhecimento da fragilidade da memória, segundo a autora, acompanha, também, a consciência da fragilidade essencial do rastro e da

fragilidade essencial da escrita. Cabe ao historiador, uma tarefa polêmica e, também, paradoxal: é necessário lutar contra o esquecimento e lutar, em suma, contra a mentira, mas sem cair em uma imposição de verdade.

Para Le Goff (2003), entre manifestações significativas da memória coletiva no século XIX e no início do século XX, destacam-se dois fenômenos: o primeiro, após a Primeira Guerra Mundial, é a construção de monumentos aos mortos – o Túmulo ao Soldado Desconhecido, que visa ultrapassar os limites da memória associada ao anonimato, anunciando sobre o cadáver sem nome a coesão da nação em torno da memória comum. O segundo fenômeno é a fotografia, que revoluciona a memória: “multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 2003, p. 460). É imprescindível associar ao primeiro fenômeno a morte de Edson Luís de Lima Souto, estudante secundarista brasileiro assassinado por policiais militares em 28 de março de 1968, pessoa comum, mas que tornou-se um mártir da revolução estudantil. Ao segundo fenômeno, concomitantemente, Evandro Teixeira registrou sua morte e os desdobramentos seguintes.

Assim como as fotografias são usadas para o avivamento da “memória dos heróis”, Gagnebin (2009) faz um contraponto sobre as teses revisionistas, que propõem o apagamento da história ou uma anulação dos próprios rastros de existência. Um exemplo são os líderes nazistas, que elaboraram uma lógica, prevista e consciente estratégia, que consistia em abolir as provas de aniquilação dos judeus e de todos os prisioneiros dos campos. A “solução final” do holocausto, nessa perspectiva, foi anular os rastros, queimar os arquivos nos últimos dias da guerra e explodir as câmara de gás e os fornos de Auschwitz. Essa ausência de sepultura, como define a autora, é o avesso concreto de uma outra ausência, aquela da palavra. O exemplo do apagamento da história nazista me remete aos mortos e desaparecidos da ditadura civil militar no Brasil. O que fizeram com seus corpos? O que fizeram com as suas histórias? Qual é a verdadeira história? Se a morte não foi confirmada, não existiu. Se não existiu, como provar? Como clamar por justiça? “O esquecimento dos mortos e a denegação do assassinio permitem assim o assassinato tranquilo, *hoje*, de outros seres humanos cuja lembrança deveria igualmente se apagar” (GAGNEBIN, 2009, p. 47).

Le Goff (2003) afirma que após a Revolução Francesa, houve um retorno à memória dos mortos na França e também em outros países da Europa. Isso significa que houve uma explosão do espírito comemorativo e comemorar faz parte do programa revolucionário. O autor complementa que as comemorações das revoluções são, sobretudo, uma característica dos conservadores e nacionalistas, para quem a memória é um objetivo e um instrumento de governo. Retornando ao exemplo do apagamento da história exposto no parágrafo anterior, ironicamente, o “documentário” foi lançado no dia 01 de abril de 2019, o que para eles significava a “comemoração” de 55 anos da “revolução de 64”. O historiador Daniel Aarão Reis Filho descreve os equívocos que a memória pode trazer, em um capítulo para o livro *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*:

São conhecidas as artimanhas da memória. Imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia. Não raro, é arbitrária, oculta evidências relevantes, e se compraz em alterar e modificar acontecimentos e fatos cruciais. Acuada, dissimula, manhosa, ou engana, traiçoeira. Não se trata de afirmar que há memórias autênticas ou mentirosas. Às vezes, é certo, é possível flagrar um propósito consciente de falsificar o passado, mas mesmo neste caso o exercício não perde o valor porque a falsificação pode oferecer interessantes pistas de compreensão do narrador, de sua trajetória e do objeto recordado. Por outro lado, e mais frequentemente, embora querendo ser sincera, a memória, de modo solerte, ou inconsciente, desliza, se faz e se refaz em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem (REIS FILHO, 2004, p. 29).

Le Goff (2003, p. 467), ao citar o historiador francês Pierre Nora, afirma que a memória coletiva é definida como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”. A junção de história e memória remonta a ideia de que a história parece ter-se desenvolvido sobre o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização. Com a evolução do mundo contemporâneo, sob a pressão da história imediata “fabricada ao acaso pela mídia”, houve um aumento de memórias coletivas e a história ficou, sintomaticamente, sob a pressão dessas memórias. Essa “nova” história, que esforça-se para criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser também interpretada como uma “revolução da memória”.

Mas não se deve esquecer os verdadeiros lugares da história, nos quais não se deve procurar sua elaboração ou produção – mas sim, os criadores e denominadores da memória coletiva: os Estados, meios sociais e políticos,

comunidades de experiências históricas ou de gerações. O valor da memória consiste em compreender essa evolução. A memória coletiva envolve grandes questões das sociedades desenvolvidas e em vias de desenvolvimento, faz parte de classes dominantes e classes dominadas. A memória é um elemento essencial da construção de uma *identidade*, seja ela individual ou coletiva. É não somente uma conquista, mas um instrumento e um objeto de poder. A sociedade cuja memória social está em vias de constituir uma memória coletiva são aquelas que melhor irão compreender essa luta pela dominação da recordação e tradição (LE GOFF, 2003).

Gagnebin (2009), reiterando a importância do avivamento da memória, aponta que dificuldades objetivas irão se opor ao restabelecimento da narração e ao avivamento da memória nas sociedades “pós-modernas” e “pós-totalitárias”. Isso significa que, infelizmente, os bons sentimentos nunca bastarão para reparar o passado. Não é necessário pedir desculpas por não ser herdeiro direto de um massacre, no entanto, pode-se fazer do exercício da palavra, dentro e fora da universidade, uma ferramenta de protesto, uma forma de dar voz aos silenciados, restabelecer espaços simbólicos e porque não recuperar as cores da nossa bandeira?

Gagnebin afirma que *testemunhas* não são somente aqueles que viram com seus próprios olhos, o testemunhador direto. Testemunha também é aquele que ouve a narração e aceita que suas palavras o levem adiante: “[...] não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente [...]” (GAGNEBIN, 2009, p. 57). Desta forma, assumo também a posição de pesquisadora-testemunha, pois não somente ouvi os relatos de Evandro Teixeira – mas, também, gravei, transcrevi e transformei-os em uma base de pesquisa acadêmica, para que o seu discurso seja (ainda mais) ampliado, possibilitando novas interpretações e esboçar uma nova história.

Retornando à pergunta inicial de Jeanne Marie, sobre porquê é atribuído aos historiadores a tarefa de estabelecer a verdade do passado...ouso em dizer que é dever de todos, de alguma forma, não necessariamente estabelecer uma verdade, mas ao menos, preservar a memória do que já se passou – mesmo que o momento presente tente fazer o oposto.

Que sejamos todos, de alguma forma ou outra, *testemunhas*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender de que forma Evandro Teixeira contribuiu (e ainda contribui) para a preservação da memória do movimento estudantil, especificamente no ano de 1968, no contexto da ditadura civil-militar no Brasil. Muito além do registro, como se pôde observar na Tabela 1 (feita em 13 de junho de 2019 e atualizada em 27 de fevereiro de 2020), vida e obra de Teixeira foram e ainda são temas de muitas pesquisas, principalmente nas áreas de comunicação, história e fotojornalismo. Nota-se que o alcance não é somente pelo uso de suas imagens, mas também por sua narrativa e memórias como fotógrafo, de forma direta ou indireta. Essas pesquisas reiteram o papel importante da fotografia de Evandro Teixeira como evidência histórica e é importante ressaltar que essas imagens também já foram aplicadas a outros contextos, como em manifestações e propagandas políticas atuais.

Em “*O testemunho das imagens*”, capítulo inserido na obra *Testemunha Ocular* (2004), o historiador Peter Burke levanta uma importante reflexão acerca da dificuldade em desenvolver pesquisas em campos relativamente novos, se os pesquisadores estivessem limitados somente em fontes tradicionais. Dessa forma, as imagens ganham lugar ao lado de textos literários e testemunhos orais, como uma forma de atribuir mais significação como fonte histórica. Usando como exemplo a história do corpo, Burke (2004, p. 11) afirma que “imagens constituem um guia para mudanças de ideias sobre doença e saúde e são ainda mais importantes como evidência de padrões de beleza em mutação [...]”. Embora essa pesquisa caminhe pelos desdobramentos do 1968 repressivo no Brasil, vale a pena destacar por meio do exemplo de Burke que as imagens, de fato, podem ser como guias para mudanças de ideias e para esta reflexão, podem atuar como “refrescos de memória”, caso o momento presente esteja sofrendo de “amnésia” e propondo uma distorção, negação ou relativização da história passada, como bem pontua, também, Le Goff (2003) e Gagnebin (2009).

Para Mitchell *apud* Burke (2004) essa valorização das imagens também pode ser definida como “virada pictórica”. Foi ao final dos anos 1960 que Raphael Samuel (historiador britânico) e seus contemporâneos se conscientizaram a respeito do valor das fotografias como evidência histórica, com foco no cotidiano e nas experiências de pessoas comuns.

Pensando nas fotografias e textos como fontes ou indícios históricos, Burke (2004) aponta para o cuidado que se deve ter ao utilizar tais denominações, pois um relato passado possivelmente estará “contaminado” por intermediários: “é certamente impossível estudar o passado sem a assistência de toda uma cadeia de intermediários” (BURKE, 2004, p. 16). O uso de imagens por historiadores não pode e nem deve estar limitado à “evidência” no sentido estrito do termo. As fotografias, que são o foco da análise desta pesquisa, permitem à posteridade e à autora, como pesquisadora, compartilhar experiências não-verbais ou o conhecimento de culturas passadas.

Estabelecendo um elo com a memória, pode haver, neste distanciamento, o perigo da romantização ou a remodelação do passado, no entanto, as imagens ainda nos permitem “imaginar” o passado de uma forma mais vívida. Stephen Bann *apud* Burke (2004, p. 17) afirma que “nossa posição face a face com uma imagem, nos coloca face a face com a história”. As imagens, seja como objeto de devoção, como forma de persuasão, para transmitir informações ou oferecer prazer, permitem testemunhar, também, conhecimento, crença, deleite, entre outras coisas, constituindo-se no melhor guia para as representações visuais das áreas religiosas e políticas de culturas passadas (BURKE, 2004).

Ainda aplicando os conceitos de Burke (2004) para a pesquisa, o autor afirma que as imagens também são importantes ao que os advogados chamam de “evidência aceitável”, pois “nos últimos anos [...] policiais violentos têm sido condenados com base na evidência de vídeos. Fotografias policiais de cenas de crime são comumente usadas como evidência” (BURKE, 2004, p. 17). Assim como fora discutido em toda a pesquisa, as fotografias de Evandro Teixeira assumiram, igualmente, o caráter de denúncia, servindo como evidência histórica. No entanto, Burke (2004) levanta outra problematização, pontuando que imagens são testemunhas mudas, sendo difícil traduzir em palavras o seu testemunho. Há a possibilidade de terem sido criadas para comunicar uma mensagem própria, mas podem também ser utilizadas de forma distorcida ou enganosa, como é o caso da fotografia do “famoso anônimo” (Figura 11), aplicada em um contexto mentiroso nas eleições de 2018.

É necessário, portanto, estar consciente das fragilidades da imagem e conhecer, não somente o contexto o qual a imagem está inserida, mas antes, conhecer quem está “por trás” dela. Como aponta Burke (2004), se alguém planeja

utilizar o testemunho de imagens, comece estudando os diferentes propósitos dos realizadores dessas imagens, como os “Artistas de guerra”, que segundo Burke (2004, p. 24), são “enviados a campo para retratar batalhas e a vida dos soldados em campanha”, comumente testemunhas mais confiáveis, embora seja imprudente atribuir a estes repórteres um “olhar inocente”, livre de expectativas ou preconceitos. Não cabe aqui, devido à complexidade do assunto, levantar hipóteses sobre as intencionalidades de Evandro Teixeira ao fazer os seus registros. No entanto, compreendendo o contexto em que suas imagens foram tiradas, muitas delas em movimento devido à pressão em fazer a imagem em um único clique, num cenário conturbado e violento, suas imagens denotam mais veracidade em seu testemunho, com o objetivo de narrar um acontecimento ou, neste caso, expor a violência policial contra os estudantes no período estudado.

Pensando no poder narrativo das imagens, as fotografias também oferecem evidências da organização e cenário de pequenos e grandes acontecimentos. Burke (2004) afirma que uma das mais importantes repercussões das imagens impressas foi tornar possível a produção de imagens de acontecimentos em curso, como em jornais ou folhas de notícias. Por outro lado, o historiador aponta que quando uma sequência dinâmica é representada como uma cena estática, ou seja, quando há uma redução de sequência para apenas uma cena, isso pode gerar problemas interpretativos da imagem. Dentro desse cenário de manifestações e no contexto de representação de acontecimentos em curso para cena estática, observa-se o exemplo da fotografia da multidão com a faixa “Abaixo a Ditadura, Povo no poder” (Figura 12), tomada na Passeata dos 100 Mil (1968). Conforme já apresentado na contextualização histórica do tópico de análise, essa imagem foi censurada e substituída por outra fotografia, que diferentemente da primeira, não trazia nenhuma mensagem específica levantada pelos manifestantes (Figura 13). O interessante é que quase 40 anos depois, quando Teixeira lançou o livro *1968 destinos 2008: Passeata dos 100 mil* (2007), ele não somente publicou a fotografia que fora censurada, mas, também, expôs uma sequência de imagens (Figura 18), ou como define Burke (2008), uma sequência dinâmica, permitindo uma leitura visual ainda mais completa de um dos dias mais emblemáticos do movimento estudantil.

É necessário reafirmar que quando se trata de temas sociais, etnográficos ou antropológicos, um elemento é essencial: o pertencimento. Sem isso, o trabalho está fadado à superficialidade. A fotografia, como elemento de documentação visual, assumiu um papel discursivo na relação pesquisador-fotógrafo e por trás da imagem, há mais que o registro do evento – há a construção de uma narrativa. O presente trabalho buscou atingir essa perspectiva, por meio das vivências no Brasil e no Chile e principalmente, por estabelecer um contato pessoal com o principal foco de análise: Evandro Teixeira. Sem essa dimensão, ao estabelecer um elo entre imagem, história e testemunho, a pesquisa poderia ter caminhos diferentes.

Como estudante, bolsista e, portanto, parte do movimento estudantil atual, tomo a liberdade para escrever este parágrafo final em primeira pessoa, como uma forma de reforçar o pertencimento e a fusão-pesquisa-objeto. A realidade do sucateamento das universidades, dos cortes de verbas para a educação e o desmerecimento do movimento e da pesquisa na contemporaneidade não são fatos somente relatados nos livros de história, fazem parte, também, do momento presente. A relevância da pesquisa aqui apresentada consiste justamente em trazer informações históricas, testemunhar e ilustrar cenas de um passado recente e repetitivo.

Por fim, concluo que em um país onde há descaso na conservação da memória, os registros de Evandro Teixeira contribuem nesse avivamento e testemunho histórico, servindo tanto como representação do passado, quanto para atribuir novas possibilidades de pesquisas e explicações sobre o que se passou. Parafraçando a fala do professor Maximiliano Vicente em minha banca de defesa, “a partir da aprovação da Lei da Anistia, o culpado virou inocente, o inocente virou culpado”. Tocar nesses assuntos é como “tocar a ferida”, o sistema político não quer preservar a memória porque, de certa forma, é mais pertinente manipular ou relativizar a história. Nosso trabalho como cidadãos, portanto, consiste em denunciar esse processo. Meu papel, como pesquisadora, é e será, disseminar conhecimento. Permanecer firme na pesquisa é minha forma de resistir nessa luta contra o esquecimento.

REFERÊNCIAS

Acervo digitalizado do Jornal do Brasil. Disponível em: < <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

BORGES, Helena. 1968: mulheres que lutaram contra a ditadura e contra o machismo. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/1968-mulheres-que-lutaram-contra-ditadura-contra-machismo-22759477?versao=amp>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: Educs, 2004. 270 p.

BUZALAF, Márcia Neme. Revisionismo ou Negacionismo? A Ditadura Civil-militar no Filme “1964 – o Brasil entre armas e livros”. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 42., 2019, Belém do Pará. Anais eletrônicos... Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2116-1.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

CINTRA, André; MARQUES, Raisia. 1968, o ano em que os estudantes ficaram cara a cara com a utopia. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2018/05/22/1968-o-ano-em-que-os-estudantes-ficaram-cara-a-cara-com-a-utopia/>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

CORRÊA, Marcos Sá. A foto. *In*: TEIXEIRA, Evandro (Org.). **1968 destinos 2008: Passeata dos 100 mil**. Rio de Janeiro: Textual, 2007. p. 29 e 30.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: Temporalidade e Interpretações. *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)**. São Paulo: Edusc, 2004. p. 15-28.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. **Movimento Estudantil 68: Imagens da paixão**. Dissertação (mestrado). Curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX (1914 – 1991)**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JULIÃO, Luis Guilherme; COUTO, Marlen. É #FAKE que Lula foi retratado apanhando de policiais em uma das fotos mais famosas da ditadura. Disponível em: < <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/18/e-fake-que-lula-foi-retratado-apanhando-de-policiais-em-uma-das-fotos-mais-famosas-da-ditadura.ghtml>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

FGV CPDOC. Charles Burke Elbrick. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elbrick-charles-burke>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

FREIRE, Silene de Moraes. Movimento estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes. **Revista Historia de La Educación Latinoamericana**, v. 11, p. 131 – 146. 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice. **Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil, França e Alemanha**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 2003.

MACHADO, Vanderlei; RODEGHERO, Carla Simone. **Mulheres em movimento: militância estudantil e luta contra a ditadura**. Revista História Oral, v. 20, nº 2, p. 33-57, jul./dez. 2017.

Memorial da Democracia. 28 pessoas morrem na Sexta-feira Sangrenta. Disponível em: <<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/sexta-feira-sangrenta-28-mortos-nas-ruas>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

MOREIRA, Silvana Costa. **Evandro Teixeira: um certo olhar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. 302 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

O Globo. Evandro Teixeira, referência do fotojornalismo, tem acervo incorporado pelo Instituto Moreira Salles. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/evandro-teixeira-referencia-do-fotojornalismo-tem-acervo-incorporado-pelo-instituto-moreira-salles-24242853>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

PELEGRINI, Sandra C. A. **A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil**. Londrina: Ed. UEL, 1997.

Portal Terra. Infiltrado, fotógrafo registrou o começo do regime militar. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/infiltrado-fotografo-registrou-o-comeco-do-regime-militar,a9d4111cb00f4410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 23 out. 2019.

Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Ato Institucional Nº5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 24 fev. 2020.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)**. São Paulo: Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O**

golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004). São Paulo: Edusc, 2004. p. 29-52.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.). **Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil, França e Alemanha.** 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 55-60.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao Golpe de 64.** São Paulo: Cortez Editora, 1986.

TEIXEIRA, Evandro. **1968 destinos 2008: Passeata dos 100 mil.** Rio de Janeiro: Textual, 2007.

_____. A fotografia a serviço da luta contra a ditadura militar no Brasil. [Entrevista concedida a] Paulo Cesar Boni. Revista Discursos Fotográficos, Londrina, v. 8, nº 12, p. 218-252, jan./jun., 2012.

_____. **Canudos 100 anos.** Rio de Janeiro: Textual, 1997, 152p.

_____. **Fotojornalismo.** Rio de Janeiro: JB, 1982.

_____. **Vou Viver (Tributo a Pablo Neruda em fotos de Evandro Teixeira).** Rio de Janeiro: Textual, 2005.

UTZERI, Fritz. 1968 – O ano que terminou mal. In: TEIXEIRA, Evandro (Org.). **1968 destinos 2008: Passeata dos 100 mil.** Rio de Janeiro: Textual, 2007. p. 31-39.

VARGAS, Andrea Quilian; BENCHIMO, Ana Paula Fogaça; UMBACH, Rosani Ketzer. **A mulher nos anos 60: frágil ou subversiva?** Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo, nº 24, p. 81-92, julho a dezembro de 2014.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Referências filmográficas:

Democracia em Vertigem. Documentário. Direção: Petra Costa. Brasil, 2019. (113 min.).

Entrevista concedida à autora. Brasil: Rio de Janeiro, 2019. (90 min.).

Instantâneos da realidade. Documentário. Direção: Paulo Fontelle. Brasil: Canal imaginário, 2004. 1 DVD (76 min.).

Torre das Donzelas. Documentário. Direção: Susanna Lira, Brasil, 2019. (97 min.).

Utopia e Barbárie. Documentário. Direção: Silvio Tendler. Brasil, 2010. (120 min.).

ANEXOS

ANEXO A

O uso da imagem na mídia, referente à análise “o famoso anônimo”:

Anexo 1:

The screenshot shows a web browser window with the URL memóriasdataditadura.org.br/estudantes/. The page features a navigation bar with categories: HISTÓRIA DA DITADURA, CONTEXTO INTERNACIONAL, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E DITADURA, ARTE E CULTURA, COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, VIOLÊNCIAS DE ESTADO, IDENTIDADES E RESISTÊNCIAS, MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES, and APOIO AO EDUCADOR. A search bar is present with the text "Pesquisar no site" and a "Pesquisar" button. The main content area has a large heading "ESTUDANTES" and a sub-heading "FACEBOOK TWITTER". The text describes the student movement as a key protagonist in the fight against the military regime, highlighting their courage in facing repression and their goals of a better world and human rights. There are several images: a soldier with a baton, a man with a raised hand, a group of students, and a group of women. A yellow box on the left says "MEMÓRIAS DA DITADURA" and a red box on the right says "NOVOS CONTEÚDOS".

Anexo 2:

The screenshot shows an article on the El País website. The page header includes the El País logo and the word "CULTURA". The article title is "Maio de 1968 não foi um mês no Brasil, mas um ano inteiro". The byline is "Da morte de Edson Luis ao AI-5, passando pela sexta-feira sangrenta e Passeata dos Cem Mil: 1968 no país". There are social media sharing icons for Facebook, Twitter, and a general share icon, along with email and print icons. The author is "ANDRÉ DE OLIVEIRA" and the date is "São Paulo - 09 JUN 2018 - 11:35BRT". The article features a large black and white photograph of a street scene with soldiers and a man with a raised hand. A Google ad notice is visible on the right side of the page, stating "Anúncio fechado por Google" and providing a "Denunciar este anúncio" button and a link to "Anúncio? Por quê?".

Anexo 3:

biblioo
cultura informacional

ARTIGOS | CONCURSOS | ENTREVISTAS | FALA, EDITOR! | HUMOR | OPINIÃO | REPORTAGENS | TVBIBLIO

REPORTAGENS

“DITADURA EM CENA” RESGATA MOMENTOS DOS ANOS DE CHUMBO

Programação de 12 a 30 de abril inclui filmes clássicos e debates com militantes, cineastas e parentes de vítimas do regime militar

Da Redação / 9 de abril de 2016 / 0 / 514



Anexo 4:

veja RADAR COLUNISTAS ECONOMIA POLÍTICA MUNDO CIÊNCIA E TECNOLOGIA PLACAR ENTRETENIMENTO ASSINAR BUSCAR

Justiça toma seus 2 delegados do Deops por sequestro na ditadura

Prisão de Feliciano Eugenio Neto foi feita sem flagrante ou ordem judicial e registrada quase um mês depois; para o MPF, ele morreu após torturas no Deops

Por Agência Brasil - 7 dez 2017, 16h24



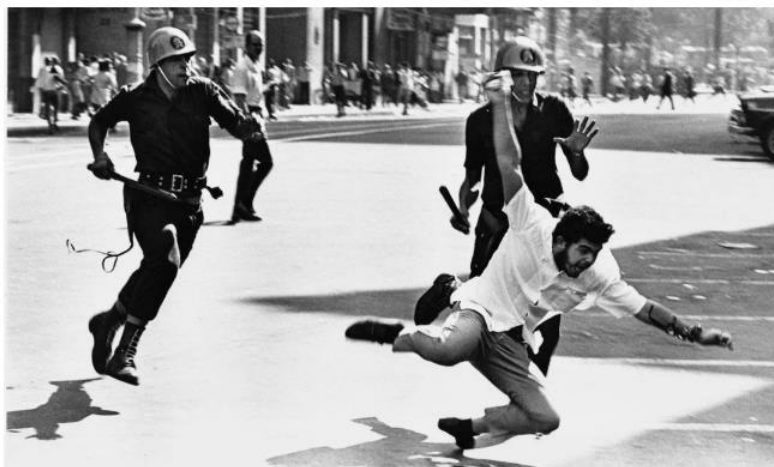
Anexo 5:

O GLOBO

Annotations

As imagens marcantes de Evandro Teixeira feitas em 1968

APRIL 02, 2017



Um estudante de medicina cai na Cinelândia, ao ser perseguido por policiais Foto: Evandro Teixeira

Anexo 6:

Programação 04/07/2018 | 12h53 Atualizada em 04/07/2018 | 12h54

3por4: Fotógrafo Evandro Teixeira participa da Bienal Brasileira de Arte Fotográfica Preto e Branco em Caxias

Palestra será realizada no dia 12 de julho

Compartilhar



Anexo 7:



Anexo 8:

Mestres da Fotografia: Evandro Teixeira

15/03/16 em Uncategorized.



ANEXO B

O uso da imagem na mídia, referente à análise “mulheres na luta”:

Anexo 9:

MEMORIAL da DEMOCRACIA

[O Memorial](#)
[Linha do Tempo](#)
[Extras](#)
[Português](#)
[Espanhol](#)

1968 21 DE JUNHO

28 PESSOAS MORREM NA SEXTA-FEIRA SANGRENTO

Com apoio da população, estudantes enfrentam cavalaria da PM no centro do Rio

Compartilhar

Uma semana que começou com a prisão do líder estudantil Jean Marc von der Weid termina no maior enfrentamento entre policiais, estudantes e população no centro do Rio, que resultaria em 28 mortes. No dia 18, Jean Marc havia sido preso com outros estudantes ao final de uma passeata. No dia seguinte, novo ato foi reprimido com violência pela polícia.

Em 20 de junho, centenas de estudantes se reuniram no Teatro de Arena da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e obrigaram o reitor e o Conselho Universitário a debater com eles a situação do ensino superior. Ao saírem de lá, os jovens são



Estudante é socorrida por colegas durante manifestação reprimida pela PM Odi@CPoc28

Anexo 10:



Por André Cintra e Raísa Marques*

Publicado 22/05/2018 14:54



Passeata dos 100 Mil

Anexo 11:

50 e mais
Vida adulta inteligente

MAYA SANTANA

ELAS PROTESTAVAM CONTRA A CENSURA NO BRASIL

Postado por: Maya Santana



+ Lidos
Recentes
Comentários
Tags


Com 45, 55 ou 65 anos, elas pagam para ter companhia masculina
24 de novembro de 2016


Médica: "A morte é um dia que vale a pena viver"
28 de maio de 2014


Coroa Metade, site para gente madura em busca de parceiro(a)
4 de janeiro de 2015


Empresas anunciam vagas só para pessoas acima dos 50 anos
5 de março de 2018


Intercâmbio de maiores de 50 é o que

Anexo 12:

☰
UOL NOTÍCIAS
✉

POLÍTICA

Produto do AI-5, DOI-Codi virou símbolo de repressão e tortura na ditadura



Anexo 13:

Os anos de chumbo para as mulheres: a ditadura militar no Brasil. Imprensa Feminista

5 anos atrás

Por Janaina Marques